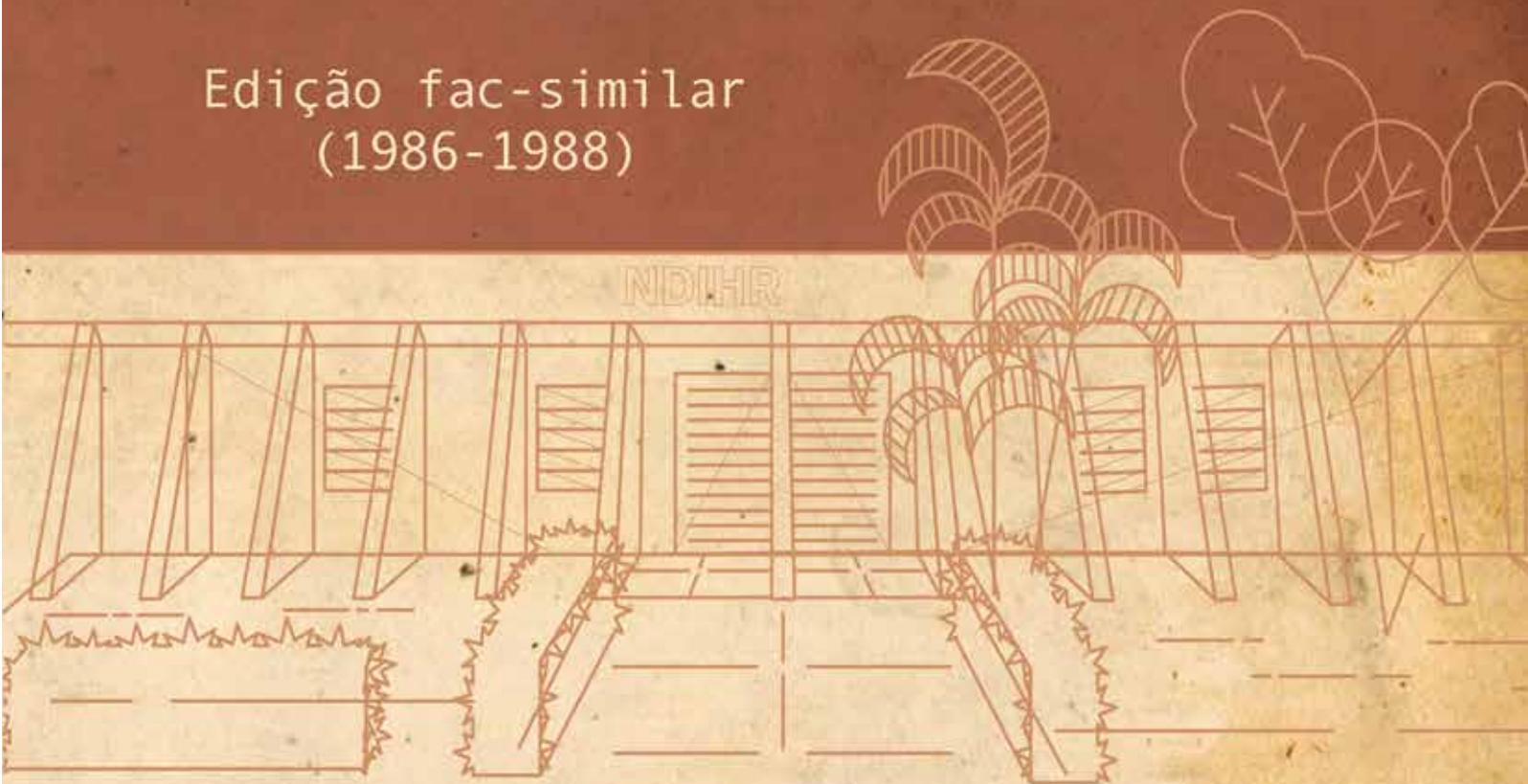


Nileide Souza Dourado  
Eliane Maria Oliveira Morgado  
Marcio Antônio Alves da Rocha  
Organizadores

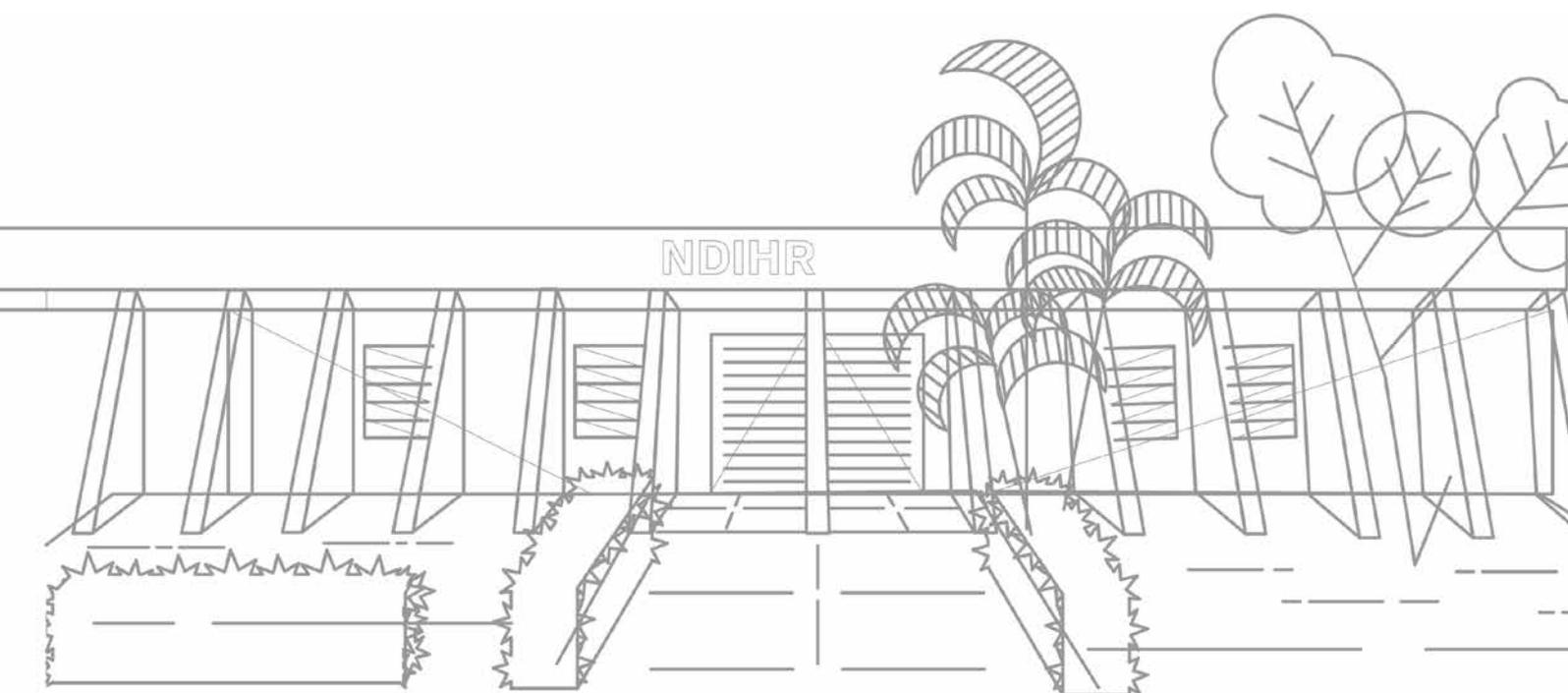
# SUPLEMENTO MENSAL DE HISTÓRIA, LITERATURA, MEMÓRIA E ARTES

Edição fac-similar  
(1986-1988)



# SUPLEMENTO MENSAL DE HISTÓRIA, LITERATURA, MEMÓRIA E ARTES

Edição fac-similar  
(1986-1988)



Governo do Estado de Mato Grosso

Governador do Estado de Mato Grosso  
Mauro Mendes

Vice-Governador do Estado de Mato Grosso  
Otaviano Pivetta

Secretário de Estado de Cultura, Esporte e Lazer  
Allan Kardec Pinto Acosta Benitez  
Secretário Adjunto de Esportes e Lazer  
Jefferson Carvalho Neves



Ministério da Educação  
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Reitor  
Evandro Aparecido Soares da Silva  
Coordenador da Editora Universitária  
Francisco Xavier Freire Rodrigues

Supervisão Técnica  
Ana Claudia Pereira Rubio

Conselho Editorial



Membros

Francisco Xavier Freire Rodrigues (Presidente - EduFMT)  
Ana Claudia Pereira Rubio (Supervisora - EduFMT)  
Ana Carrilho Romero Grunennvaldt (FEF)  
Ana Claudia Dantas da Costa (FAGEO)  
Carla Reita Faria Leal (FD)  
Divanize Carbonieri (IL)  
Elisete Maria Carvalho Silva Hurtado (SINTUF)  
Elizabeth Madureira Siqueira (IHGMT)  
Evaldo Martins Pires (CUS - Sinop)  
Gabriel Costa Correia (FCA)  
Gustavo Sanches Cardinal (DCE)  
Ivana Aparecida Ferrer Silva (FACC)  
Joel Martins LUZ (CUR - Rondonópolis)  
Josiel Maimone de Figueiredo (IC)  
Karyna de Andrade Carvalho Rosetti (FAET)  
Léia de Souza Oliveira (SINTUF/NDIHR)  
Lenir Vaz Guimarães (ISC)  
Luciane Yuri Yoshiara (FANUT)  
Mamadu Lamarana Bari (FE)  
Maria Corette Pasa (IB)  
Maria Cristina Guimaro Abegao (FAEN)  
Mauro Lúcio Naves Oliveira (IENG - Várzea Grande)  
Moisés Alessandro de Souza Lopes (ICHS)  
Neudson Johnson Martinho (FM)  
Nilce Vieira Campos Ferreira (IE)  
Odorico Ferreira Cardoso Neto (ICHS - CUA)  
Osvaldo Rodrigues Junior (IGHD)  
Pedro Hurtado de Mendoza Borges (FAAZ)  
Regina Célia Rodrigues da Paz (FAVET)  
Rodolfo Sebastião Estupiñán Allan (ICET)  
Sérgio Roberto de Paulo (IF)  
Zenesio Finger (FENF)

Nileide Souza Dourado  
Eliane Maria Oliveira Morgado  
Marcio Antônio Alves da Rocha  
Organizadores

# SUPLEMENTO MENSAL DE HISTÓRIA, LITERATURA, MEMÓRIA E ARTES

Edição fac-similar  
(1986-1988)

© Nileide Souza Dourado, Eliane Maria Oliveira Morgado, Marcio Antônio Alves da Rocha, 2020.  
A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial,  
constitui violação da Lei nº 9.610/98.  
A EdUFMT segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em vigor no Brasil desde 2009.  
A aceitação das alterações textuais e de normalização bibliográfica sugeridas pelo revisor  
é uma decisão do autor/organizador.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Douglas Rios – Bibliotecário – CRB1/1610

S959

Suplemento Mensal de História, Literatura, Memória e Artes:  
Edição fac-similar (1986-1988) [e-book]./ Organizadores:  
Nileide Souza Dourado, Eliane Maria Oliveira Morgado,  
Márcio Antônio Alves da Rocha. 1ª edição. Cuiabá-MT:  
EdUFMT, 2020.  
84p.

ISBN 978-65-5588-086-1

1. História. 2. Literatura. 3. Memória. 4. Artes.  
I. Dourado, Nileide Souza (org.). II. Morgado, Eliane Maria  
Oliveira (org.). III. Rocha, Márcio Antônio Alves da (org.).

CDU 94 (817.2)

Coordenação da EdUFMT:

**Francisco Xavier Freire Rodrigues**

Supervisão Técnica:

**Ana Claudia Pereira Rubio**

Revisão textual e normalização:

**Profa. Dra. Elizabeth Madureira Siqueira**

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

**Candida Bitencourt Haesbaert | Paruna Editorial**

Impressão:

**Gráfica Print**



**Editora da Universidade Federal de Mato Grosso**  
Av. Fernando Corrêa da Costa, 2.367 – Boa Esperança  
CEP: 78.060-900 – Cuiabá, MT  
Fone: (65) 3631-7155  
www.edufmt.com.br

Apoio:



## PREFÁCIO

Estava na Superintendência do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, NDIHR. Um dia, Pedro Rocha Jucá, lotado ali, trouxe a ideia de se ter um Suplemento Mensal no Diário Oficial com publicações do Núcleo ou de professores e pesquisadores de outros espaços da UFMT. Fomos conversar com o Diretor do Diário Oficial e a coisa andou.

A dificuldade da época era espaço para publicar trabalho acadêmico. Hoje continua a dificuldade, mas se tem meios diferentes, até eletrônicos, para difundir ideias ou pesquisas. Não era bem assim naquele tempo. E a proposta pegou. Aparecem muitos interessados em publicar.

O NDIHR fez um levantamento daqueles trabalhos e virá uma publicação com praticamente todos os artigos que saíram no Diário Oficial naqueles dois anos. Uma boa iniciativa. Boa por trazer de volta aqueles artigos e melhor ainda para mostrar para o momento como era difícil publicar trabalhos naquela altura da vida nacional e da Universidade.

O NDIHR continua na batalha do incentivo à pesquisa e à publicação. Mas enfrentou momentos de dificuldades e desinteresses de dirigentes superiores desse ou daquele período. Em outros houve mais suporte, mas não era contínuo. A saída era sempre focar no trabalho interno. E que trabalho. Sobreviveu. Está ali a vida e a história de parte de Mato Grosso.

No NDIHR se encontram documentos privados e públicos da vida regional. Arquivados e prontos para pesquisas, como os Arquivos Ultramarinos, Relatórios de Presidentes da Província de Mato Grosso, Documentos Históricos da Delegacia Fazendária, do Tribunal Regional do Trabalho, Arquivos Eclesiásticos, de Lavras e Concessões, Memórias Fotográficas, Catálogos de Revistas e Jornais de Mato Grosso. Tudo organizado, digitalizado ou em microfimes. E tem ainda uma Revista Eletrônica para se publicar artigos da área de Humanas.

O NDIHR deveria mostrar mais ainda o que se tem para pesquisa dos muitos e variados assuntos do estado. Um trabalho de divulgação maior, aqui e fora, sobre o que se tem arquivado. Deixar de lado qualquer receio e se mostrar mesmo. Aliás, a própria UFMT deveria se mostrar mais, aqui fora também.

Abusando do espaço que me está sendo dado: qual outro setor da UFMT pode competir com este Núcleo em ser base para tantas pesquisas? Qual outro tem tantos e diferentes meios prontos para pesquisas e publicações? Um lugar ímpar na Universidade para quem gosta da pesquisa.

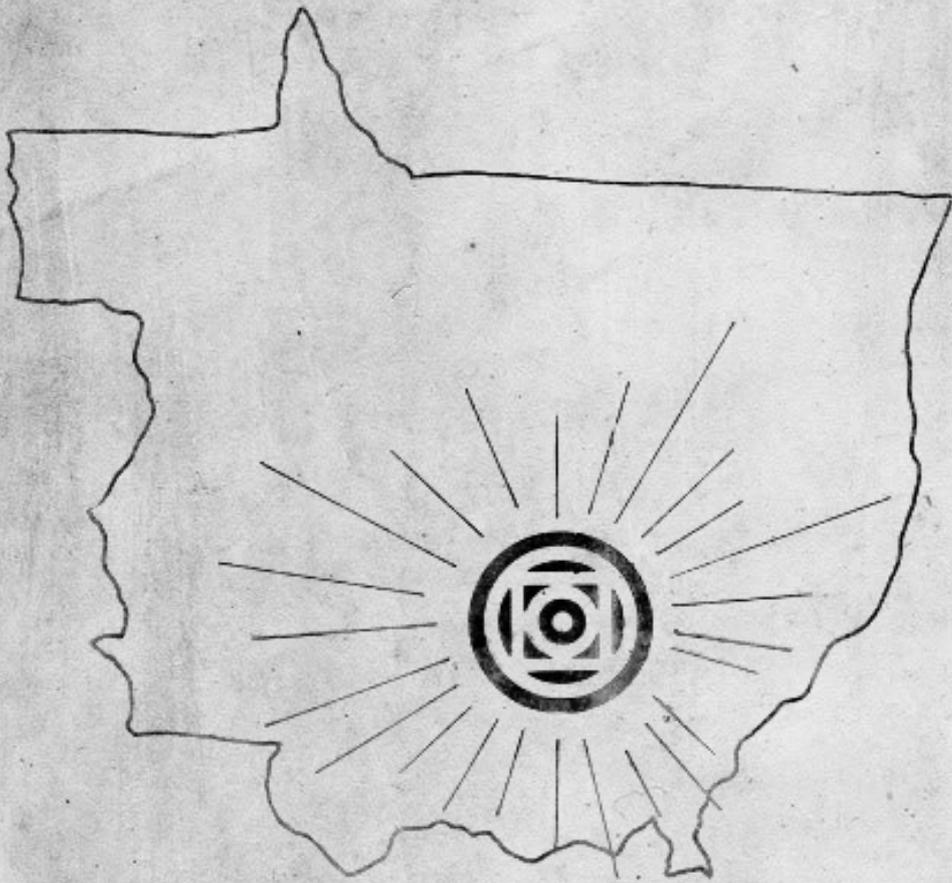
Lembro de caso recente de um candidato a PhD em História em Universidade norte-americana que fazia pesquisa em Mato Grosso para seu trabalho de conclusão de curso. Fez buscas no Arquivo Público, na Cúria, em jornais e outros lugares, mas ficou falando coisas positivas foi do que encontrou no NDIHR. Disse que isso valeu a viagem dele a Cuiabá.

Por fim, meus cumprimentos aos que organizaram essa publicação. Pessoas que dedicam uma vida para manter um arquivo do tamanho e da qualidade que hoje tem o NDIHR. A direção da UFMT deveria aumentar o apoio àquele Núcleo e, por consequência, à pesquisa regional com base naquela montanha de documentos. E todos catalogados e prontos para a busca histórica.

Cuiabá, 21 de abril de 2020.

Alfredo da Mota Menezes

Doutor em História da América Latina pela Tulane University, EUA  
Professor titular do Departamento de História/UFMT



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
PARTE I - EDIÇÃO 1986	
MÁRIO CORREA NO FOGO CRUZADO DE “A REACÇÃO” .....	16
Antônio Ernani Pedroso Calháo	
O PIONEIRO DO RÁDIO – AMADORISMO EM MATO GROSSO .....	19
Luis Philippe Pereira Leite	
MATO GROSSO: NEGRO FORRO & SOCIEDADE ESCRAVOCRATA .....	21
Edvaldo de Assis	
O CASO MARIA EUGENIA.....	23
Carlos Alberto Rosa	
AS FORMAS DE DOMÍNIO DO PODER: A CONJUNTURA POLÍTICA DE MATO GROSSO (1912-1918) .....	25
Jôny Augusto Pacheco	
OS MANIFESTOS DE BORDO: ACERVO PRECIOSO .....	27
Leônidas Querobim Avelino	
UMA “WALL STREET” CABOCLA .....	29
Octayde Jorge da Silva	
CUIABÁ E O MITO DO ISOLAMENTO .....	31
Jesus da Silva Brandão	
A REPRODUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NAS MINAS DE CUIABÁ.....	32
Elizabeth Madureira Siqueira	
IDEOLOGIA E SABER DA DONA-DE-CASA .....	34
Maria Luiza Canavarros Palma	
UM SENHOR DE ENGENHO SIMPLES E OPEROSO .....	36
Luís Philippe Pereira Leite	
CHÁ E CUIABANÊS.....	37
Antônio de Arruda	
UMA TRADIÇÃO DEFINITIVAMENTE MORTA EM CUIABÁ: AS TOURADAS.....	38
João Moreira de Barros	
ARRENDAMENTO NA USINA RESSACA .....	39
Eliane Maria Oliveira Morgado, Edvaldo de Assis e Luiza Pereira da Silva	
DE EMPRÉSTIMO E DE FIADO .....	41
Antônio de Arruda	

QUILOMBOS EM MATO GROSSO.....	42
Edvaldo de Assis	
CAMÕES NO EXTREMO OESTE .....	44
Carlos Francisco Moura	
BASÍLICA DO SENHOR BOM JESUS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS.....	46
Gabriel Francisco de Mattos	
PARTE II – EDIÇÃO 1987	
OS 260 ANOS DA VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ.....	50
Ubaldo Monteiro da Silva	
SOBRE AS OUVIDORIAS DE CUIABÁ E MATO GROSSO .....	51
Lenine Neguette	
MATO GROSSO: NO TEMPO DO 44.....	56
Marta de Arruda	
RONDON E A SUA EPOPÉIA NOS SERTÕES .....	57
Pedro Rocha Jucá	
ESCRAVOS MUÇULMANOS EM MATO GROSSO.....	63
Carlos Francisco Moura	
CEMITÉRIOS DE CUIABÁ: ARTE E SOCIEDADE .....	64
Hélio Ferreira Pimentel	
PARTE III – EDIÇÃO 1988	
AS FESTAS DE SÃO JOÃO EM CUIABÁ.....	68
Dunga Rodrigues	
EIS ONDE ESTÃO AS ALFAIAS E OS LAMPEÕES DE CUIABÁ.....	71
Vera Randazzo	
O MUSEU DOM JOSÉ.....	73
Hélio Ferreira Pimentel	
O APELO DE VILA BELA AO REI DE PORTUGAL.....	76
Ana Mesquita de Paiva	
A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM MATO GROSSO.....	78
Elizabeth Madureira Siqueira	
REFERÊNCIAS .....	81
SOBRE OS AUTORES.....	84

## APRESENTAÇÃO

No *Tricentenário de fundação de Cuiabá (1719-2019)*, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), do Instituto de Geografia, História e Documentação (IGHD) - Universidade Federal de Mato Grosso, homenageia esta significativa data com a reedição de publicações históricas e culturais de Cuiabá/Mato Grosso, reprodução exata, a exemplo daquelas que vieram a lume na década de 80 no *Suplemento Mensal (Diário Oficial de Mato Grosso)*, agora ressignificadas como *Suplemento Mensal de História, Literatura, Memória e Artes: Edição Fac-Similar (1986-1988)*, produzidas em comemoração ao tricentenário evento.

A reedição desse belíssimo trabalho do NDIHR integra o Projeto *Coleção Ouro e Mel: Cuiabá 300 Anos - Cuiabá em enredos, tramas e paisagens: história, cotidiano e sociedade*, sob a organização dos professores, historiadores Drs. Níleide Souza Dourado e Renilson Rosa Ribeiro, considerando a celebração do tricentenário de Cuiabá, em 2019.

O Projeto *Ouro & Mel* foi criado com a missão de abrigar publicações de coletâneas, edições de fontes, obras e catálogos documentais sobre a história e a cultura de Cuiabá, capital de Mato Grosso, no contexto das comemorações dos seus 300 anos de sua fundação.

Nos idos de 1980, a ideia de se publicar as produções textuais de professores, técnicos e convidados do NDIHR/UFMT no *Suplemento Mensal do Diário Oficial de Mato Grosso*, abordando a história de Cuiabá e do Estado, foi apresentada pelo jornalista e historiador *Pedro Rocha Jucá* ao professor *Alfredo da Mota Menezes*, vinculado ao Departamento de História da UFMT e, à época, supervisor do NDIHR. Tal proposta foi acatada e obteve grande receptividade, tanto pelo supervisor como pelo diretor do IOMAT.

Segundo Menezes, o diretor da Imprensa Oficial do Estado, Sr. *Ananias Vieira da Silva*, após ouvir a proposta, deu sinal verde para o início dos trabalhos, tendo sido assinado convênio entre as partes, conforme texto de *Apresentação* de Menezes na primeira edição do *Suplemento Mensal, Diário Oficial de Mato Grosso*, aos 31 dias de julho de 1986.

Conta Alfredo Menezes em sua apresentação que encontrar espaço para publicação no Estado, naquela época, não era tarefa fácil, mas, frente ao pronto aceite da IOMAT, a ideia se configurou na publicação mensal de um suplemento de 12 páginas, tratando sobre os mais diversos assuntos, sendo o enfoque principal o histórico, porém, aberto para as mais diversas áreas do conhecimento, visto contemplar textos referentes à literatura, o linguajar cuiabano, modo de vida da cuiabania ou de outra região, assuntos nos campos sociológicos, antropológicos, jurídicos, análise de um evento, enfim, todos teriam espaço naquelas páginas, tornando-se acessível a um expressivo número de leitores.

Assim, a equipe, após definições metodológicas, conclamou a comunidade universitária a colaborar seus resultados de pesquisas, e em seguida selecionou textos e assuntos encaminhados para o Suplemento. Deveriam os mesmos ser os quais deveriam ser redigidos em linguagem de fácil comunicação para atingir um maior número de leitores, tendo sido sugerida a jornalística. Tal Suplemento deveria atingir uma tiragem de 5 mil números mensais e veiculado no formato de encarte do *Diário Oficial*,

veiculado, assim, em todo o estado de Mato Grosso. Sua distribuição se cindia aos órgãos da esfera administrativa estadual, desde a secretaria das escolas do interior até o Gabinete do Governador, portanto, havia um público garantido e diversificado que, a partir de então, passaram a ter acesso às produções intelectuais, recebendo-as sem custo e podendo fazer delas o uso que considerasse mais apropriado.

Desse modo, a perseverança do NDIHR, que objetivou divulgar a produção intelectual própria e de parceiros, não foi em vão, vez que acabou batendo na porta certa, a *Imprensa Oficial de Mato Grosso – IOMAT*, entidade responsável pela publicização de atos oficiais, da legislação, mas, agora com o Suplemento, enriquecida com materiais e cotidianos histórico-culturais do contexto regional, mediante cadernos encartados e denominados *Suplemento*.

Vale um parêntese para aclarar que muitos foram os qualificativos para o uso da imprensa periódica, especialmente no que se refere à pesquisa histórica. Ela é vista por muitos, como “[...] manancial fértil para o conhecimento do passado”, “[...] fonte de informações sobre o cotidiano”, “[...] material privilegiado para a recuperação dos acontecimentos históricos”.<sup>1</sup>

De acordo com a historiografia brasileira, a imprensa no Brasil existe há mais de duzentos anos, porém, anterior ao seu aparecimento, a denominação *imprensa* sobreviveu a um longo período sujeita a vigilância e a repressão imposta pela Coroa Portuguesa e somente em 1808, com a transferência da Família Real para o Brasil, mais especificamente quando de sua instalação no Rio de Janeiro, teve início a publicação oficial de jornais editados pela Imprensa Régia. Sabe-se que os dois primeiros periódicos que circularam em território nacional foram *O Correio Braziliense*, impresso em Londres pelo exilado Hipólito da Costa, iniciado no dia 1 de junho de 1808, e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicada desde 10 de setembro de 1808, considerados os primeiros jornais brasileiros, apesar de *O Correio Brasiliense* ser sido impresso fora do Brasil.

Revela o jornalista Pedro Rocha Jucá (1988, p. 2), estudioso sobre a Imprensa periódica, que os registros históricos permitem conclusões que a “Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso foi a primeira Imprensa Oficial do Centro-Oeste brasileiro e o primeiro órgão criado pela administração mato-grossense em nível regional”.

Jucá argumenta também que o primeiro jornal a circular na região Centro-Oeste foi “*A Matutina Meyapontense*”, que foi veiculada de 5 de março de 1830 a 24 de maio de 1834, no antigo arraial de Meyaponte, hoje Pirenópolis, em Goiás, editado pela Tipografia de Oliveira, estampando atos Provinciais de Goiás e também de Mato Grosso.

Já Pitaluga<sup>2</sup> esclarece que a imprensa provincial mato-grossense já se fazia enunciar nas páginas da *Matutina Meyapontense* através de uma sessão denominada *Miscelânea Cuyabanense*, cujas características e identidade mais se assemelhavam a um jornal distinto da *Matutina Meyapontense*, mesmo que impresso no interior de suas páginas.

Assevera o jornalista Jucá (1988) que a Tipografia da província de Mato Grosso foi adquirida em 1838 e instalada após o estabelecimento da Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, marcando o funcionamento da primeira Imprensa Oficial

1 MORGADO, Eliane Maria Oliveira. *Memória da Imprensa de Mato Grosso: Periódicos dos Séculos XIX e XX*. Revista Eletrônica Documento Monumento. Cuiabá: UFMT, vol.4. n.1, jul./2011, p.10-26.

2 SILVA Paulo Pitaluga Costa. *Miscelânea Cuyabanense: o primeiro jornal de Mato Grosso*. Cuiabá: Buriti, 2000.

mato-grossense. Seu primeiro jornal foi o *Themis Mattogrossense* (1839), jornal impresso em papel almaço e que circulava apenas às quartas-feiras, tendo como função a publicação de atos oficiais do governo e da Assembleia Provincial, visando torná-los de conhecimento público.

A província de Mato Grosso efetivamente teve o seu primeiro jornal com a instalação da tipografia provincial na cidade de Cuiabá, deixando de publicar os atos oficiais provinciais na *Matutyna Meyapontense* de Mato Grosso para anunciá-los no recém-criado jornal, *Themis Mattogrossense*.

O Portal da Imprensa Oficial de Mato Grosso - IOMAT (2019) divulga a longa jornada dessa modalidade no Estado, considerando que no decorrer do tempo e de outros fatores, a Imprensa Oficial de Mato Grosso, veículo (jornal) oficial de publicação dos assuntos relacionados ao âmbito local sofreu mudanças e inovações, quando a *Typographia Provincial* foi reorganizada, possibilitando a circulação do jornal “*Cuyabano Oficial*” (1842), que mais tarde teve o nome alterado para apenas “*O Cuyabano*”. Ainda na *Typographia Provincial* foi editado o jornal “*A Gazeta Cuyabana*” (1847) e, por questões políticas, a *Typografia Provincial* foi colocada em “*hastá pública*” e arrematada.

Por isso, a Província de Mato Grosso, por necessidade de publicar atos oficiais, passou a contratar serviços e a publicação dos jornais oficiais, como o “*Echo Cuiabano*” (1848); o “*Noticiador Cuiabano*” (1857); “*A Situação*” (1868). Porém, em 1879 veio a lume o primeiro número do jornal “*A Província de Matto Grosso*” onde foram publicados os atos oficiais da Província até o fim do período imperial. Na fase intermediária entre império e república a divulgação dos Atos Oficiais ficou a cargo de “*A Província de Matto Grosso*” e da “*Gazeta Oficial*” editados pela *Typografia do mato-grossense*.

Registra também o Portal da IOMAT(2019) que, com o advento da República, surge a Imprensa Oficial em Mato Grosso e *Typografia* própria em 1890, ocasião em que foi criada a “*Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*”, que, além dos fatos oficiais, também eram divulgadas diariamente notícias de Cuiabá.

Aponta também que o primeiro diretor geral da *Typographia* do Estado de Mato Grosso, foi o advogado José Maria Velasco que, juntamente com o Sr. Manuel Ribeiro dos Santos Tocantins, levou ao general Antonio Maria Coelho, o primeiro governador republicano de Mato Grosso, a ideia da reimplantação da Imprensa Oficial.

Destaca ainda o *site* que no dia 2 de julho de 1896 foi inaugurado o prédio da *Typographia* do Estado de Matto Grosso, na esquina da atual Avenida Getúlio Vargas com a Rua Barão de Melgaço, onde se encontra atualmente a agência do Banco da Amazônia S.A., centro de Cuiabá. Esta segunda sede da *Typographia* do Estado foi construída por determinação do presidente Manoel José Murтинho e inaugurada pelo seu sucessor, Antonio Corrêa da Costa. Assim, a partir de 15 de janeiro de 1935, já sob a direção do professor Rubens de Carvalho, a “*Gazeta Oficial do Estado de Mato Grosso*”, passou a manter publicação diária.

Afirma ainda o Portal que, a partir de 8 de janeiro de 1938, o órgão oficial do governo estadual passou a se chamar “*Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*”, por iniciativa do diretor da época, o jornalista Archimedes Pereira Lima. Foi uma das mais brilhantes fases da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, visto ter recebido apoio do ex-governador e então Interventor Federal Júlio Strubing Müller, que tudo fez por sua modernização.

Assim, no dia 14 de agosto de 1939, com a presença das mais destacadas autoridades locais, foi inaugurada a rotativa tipográfica da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, a primeira instalada em território mato-grossense. E, a partir de setembro de 1968, por etapas, já havia sido iniciada a mudança da Imprensa Oficial do Estado para as suas instalações na Praça Ipiranga. Simultaneamente, o jornalista Emanuel Ribeiro Daubian, que por mais tempo este organismo, anunciava a importação de novos equipamentos.

Destarte, com a reedição *fac-similar* do Suplemento Mensal, a ideia dos organizadores foi a de reavivar a memória, o cotidiano, a história, os lugares específicos e as vivências de personagens tendo como pano de fundo os *300 anos de fundação de Cuiabá*, escritas por homens e mulheres pesquisadores e detentores de múltiplas ideias que, com sua escrita fizeram fulgurar as constantes transformações da cidade de Cuiabá e da sua diversificada população.

Acreditamos que a partir da leitura dos riquíssimos títulos selecionados e categorizados enquanto memórias, lugares e personagens históricas apresentados nesta reedição, com certeza possibilitará aos leitores revisitar e conhecer um pouco da *história de “nossa” gente*.

Nileide Souza Dourado  
Eliane Maria de Oliveira Morgado  
Marcio Antônio Alves da Rocha  
(Organizadores)



PARTE I – EDIÇÃO 1986



# MÁRIO CORREA NO FOGO CRUZADO DE "A REACÇÃO"

Antônio Ernani Pedroso Calhão

Para a reconstituição da História Política de Mato Grosso, a imprensa periódica se revela uma das mais indispensáveis fontes. Caracterizá-la em suas diferentes etapas constitui-se trabalho dos mais complexos já que seus primórdios encontram no início do século XIX. Entre tanto, um ponto parece nítido em sua performance: A trajetória político-partidária do Império à República, vivida e sentida pelos diferentes grupos, está marcadamente narrada pelos traços indelévels dos jornais e revistas.

Há poucos dias quando ouvia o depoimento da minha avó Aline Figueiredo Calhão, ao Jornal "A Tribuna Cuiabana", impressionou-me a emoção vivida pela depoente sobre a tentativa de empastelamento do jornal A REACÇÃO. Embora conhecesse superficialmente o fato, fui rebuscar no acervo de microfílmis um pouco da ação política desenvolvida por este jornal.

Na cronologia de nossa imprensa, com este título encontramos a A REACÇÃO, Órgão da Liga dos Livres Pensadores e, por último, A REACÇÃO, Órgão Independente.

Fundado a 9 de junho de 1928 por ULYSSES CALHÃO, traz em seu editorial os fundamentos de seu aparecimento por motivos de ordem político-administrativa destinado à "... combater a administração despótica e escravizadora das liberdades individuais implantadas pelo governo do Sr. Dr. Mário Corrêa".

Na sucessão política Mário Corrêa, empossado em 22 de janeiro de 1926, sucedeu ao Dr. Estevão Alves Corrêa e, preocupado em desestabilizar sua administração, o então Presidente do Estado determinou ao Diretor do Tesouro Jayme Fitzinger a divulgação das contas do governo anterior com "dados inexactos e excessos de despesas". Ulysses na época era Escriurário do Tesouro e ligado ao grupo político do Dr. Estevão, fez um levantamento no Balanço do Estado e enviou um documento desmentindo os dados divulgados e então se trava, através da imprensa, uma luta política que culmina com o término do mandato do Presidente Corrêa em 21 de março de 1930.

Na ocasião circulavam, além de A REACÇÃO, os jornais "O MATO GROSSO" de propriedade do Sr. Eulio Calhão (pai de Ulysses), A Penna Evangélica, A Penna e o periódico denominado "O Democrata". Como reação da sustentação política do governo, "A REACÇÃO" passou a responder aos artigos de A REACÇÃO e o debate se trava com a troca de inflames artigos.

Na réplica ao "DEMO", denominação dada pela A REACÇÃO ao O DEMOCRATA, publica:

"Está em festa a Nação  
Pela merecida promoção  
De "Pena" a jornalista  
Já sentindo o demerito  
A nossa penna ingrata  
Promoveu-nos o marreco".

Com uma linguagem direta e muito incisiva, entre as principais manchetes lê-se a violenta campanha movida contra o governo:

- O criminoso despreso do governo do Estado pela saúde pública;
- Director do Thesouro do Estado fornece dados inexactos para "Mensagens e outros officiaes";
- Mário Correa desorientado pela atitude de "A Reacção" desatrella sua matilha na "A Semana";
- Quem não te conhece que te compre;
- Marioladas chocantes;
- Regenerador pelo avesso;
- A falta d'água;
- Scena deshumana
- Scena selvagem'e requinte de perversidade;
- Triste sina destes ignôbeis;
- Afrontando a civilização;
- Abutres
- e tantos outros

A trova, forma muito usada na crítica política da imprensa da época, trazia no seu bojo um gosto satírico sem desprezar os mais rígidos preceitos gramaticais. Como o Dr. Mário andava sempre de terno branco e preocupado com a escassez de recursos para a administração pública, merece da A REACÇÃO mais uma destas observações:

**Conclui na página 16**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NUCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR

## MÁRIO CORREA NO FOGO CRUZADO DE “A REACÇÃO”

Texto ilegível: (coluna esquerda, 4º, 5º, 6º e 7º parágrafo:

Na sucessão política Mário Correa, empossado em 22 de janeiro de 1926, sucedeu ao Dr. Estevão Alves Correa e, preocupado em desestabilizar sua administração, o en-

tão Presidente do Estado determinou ao Diretor do Tesouro e ligado ao grupo político do Dr. Estevão. Faz um levantamento no Balanço do Estado e emite um documento desmentindo os dados divulgados e então se trava, através da imprensa, uma luta política que culmina com o término do mandato do Presidente Corrêa em 21 de março de 1930.

Na ocasião circulavam, além de A REACÇÃO, os jornais “O MATO GROSSO” de propriedade do Sr. Emílio Calháo (pai de Ulysses), A Penna Evangélica, A Cruz e o periódico denominado “O Democrata”. Como órgão de sustentação política do governo “O Democrata” passa a responder aos artigos da “A Reacção” e o debate se travava com a troca de inflamados artigos.

Na réplica ao “DEMO”, denominação dada pela A REACÇÃO ao O DEMOCRATA,

publica:

“Está em festa a Reacção  
Pela merecida promoção  
De “Pasquim.” a Jornaleco  
Já sentindo o Democrata  
A nossa penna ingrata  
Promoveu-nos o marreco”

## MÁRIO CORREA NO FOGO CRUZADO DE "A REACÇÃO"

Conclusão da página 4

"Todo de branco e lampeiro  
D'um chapeozinho palheta  
Perambula sem dinheiro  
O General malacaxeta".

Outro aspecto de singular importância eram as ligações da imprensa local com a imprensa nacional. Como as representações federais do Estado tinham como sede o Congresso no Rio de Janeiro, vez por outras os fatos da política Cuiabá ganham projeção nacional. O Diário Carioca estampou na primeira página notícia com o título:

- "MATTO GROSSO THEATRO DE HORROSAS SCENAS - Degradado a que chegou a cidade de Cuiabá".

Referia-se à prisão, espancamento do Cel. Carvalhinho, suposto responsável pela tragédia de Poxoreo, fato naquela cidade em que o destacamento policial havia sido assaltado, saqueado com várias mortes. Como o governo tivesse que punir seus autores e pairava dúvidas sobre a participação do Cel. Carvalhinho, foi o mesmo preso e submetido às maiores atrocidades. Toda imprensa local se pronunciou e a representação federal de Mato Grosso no Congresso fez violentas críticas à administração estadual.

E, à medida em que o mandato do Presidente do Estado ia chegando ao final, intensificavam-se novas acusações. O corpo redatorial de "A REACÇÃO", composto além do ULYSSES CALHÃO, contava com De Angelis, Hermenegildo Galvão, José Maria Lopes e Dr. Alberto Novis.

A 5 de janeiro de 1929, imprimem no roda-pé da própria página de "A REACÇÃO" um outro título de jornal denominado "O MARTELLO". Órgão crítico, trazia uma legenda em latim onde expressava em sua forma de ação - RIDENDO CAS TIGAT MORES. Seu Diretor, Dr. Alberto Novis se denominava HANDAYA e redactor TUCANO, cuja identidade não foi possível revelar. Com apenas 1/4 de páginas em seu nº 1, poeticamente se apresenta:

"Sou um órgão impagabilíssimo  
Filhote desta intrépida "A Reacção"  
Disposto a dar combate accérrimo  
A tyrania e a humilhação".

Toda ira de S. Exa., entretanto, se manifestou ao tomar conhecimento do artigo intitulado "CANALHA", dis-

tribuído em forma de panfletos, cuja teor não foi possível localizar. Usando de suas prerrogativas de chefe de governo, mandou invadir o jornal, prender seus redatores e funcionários. Foram conduzidos ao 19 Esquadrão da Cavalaria José de Angelis, João Benedicto Barreto e Antônio Caetano Fontes Costa e Silva, que "... após serem sequestrados foram encaminhados à residência do Sr. Presidente e, aí, na sua sala de visitas, maltratados com ofensivas e grosseiras palavras, sendo nessa ocasião esbofeteados o nosso amigo Antônio Caetano pelo ordenança de S. Exa."

Enquanto isso, a redação do jornal era assaltada pelo Delegado de Polícia Theodorico Correa com um forte contingente de praças para prender ULYSSES CALHÃO. ULYSSES resistiu e o Delegado pediu-lhe cópia do artigo, ao que respondeu que só o entregaria à Justiça e sua liberdade tinha que ser respeitada. Mas o Delegado irritado mandou que seus praças o agarrassem pelo braço sob o pretexto de que teria que ir "... DE QUALQUER GEITO". Opondo nova resistência, familiares e amigos que se encontravam armados postaram-se ao lado do possível prisioneiro quando chegou o Dr. EDMUNDO LUDOLF, Juiz Federal da Capital. O Dr. LUDOLF fora chamado pelos amigos alarmados com a tamanha arbitrariedade do ato e considerando a ilegalidade da invasão em domicílio determinou a retirada do Delegado de Polícia. Este fato ocorreu a 16 de fevereiro de 1929, tendo prosseguido entretanto a publicação do jornal até 21 de março de 1930, data da posse do novo Presidente do Estado, Dr. Aníbal de Toledo.

Em sua última edição, com vários artigos de políticos da maior expressão, como o Advogado RIES COELHO, Dr. ALBERTO NOVIS, Notas do jornal "O MATTO GROSSO", do redactor ULYSSES CALHÃO, e o desagravo dos empregados do jornal, a sua reacção está sintetizada neste artigo por um parágrafo extraído do texto escrito pelo Sr. José de Angelis:

"O LEGADO DO EX-PRESIDENTE DO ESTADO AO SEU SUCESSOR É DOS PIORES, POIS DEIXA UMA DIVIDA FLUTUANTE QUE SE FAZ ASCENDER A CERCA DE 30 MIL CONTOS DE RÊIS; E O FUNCIONALISMO COM 6 MEZES DE ATRAZO DE SEUS VENCIMENTOS, OCASIONANDO AO COMERCIO GRANDES PREJUÍZOS QUE O FAZ DEBATER-SE NUMA CRISA ASPHIXIANTE".

Qualquer semelhança com outros governos posteriores não seria mera coincidência?

# O PIONEIRO DO RÁDIO-AMADORISMO EM MATO GROSSO

O autor deste artigo é o historiador Luis-Philippe Pereira Leite (uma das maiores expressões da cultura mato-grossense). Ele é o atual presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e pertence à Academia Mato-grossense de Letras. No último dia 23 de abril, ele foi recepcionado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde tomou posse depois de uma eleição disputada por representantes de vários Estados. O dr. Luis-Philippe Pereira Leite é o terceiro mato-grossense a pertencer a uma entidade cultural a nível nacional. Antes dele apenas Dom Aquino Corrêa, que pertenceu à Academia Brasileira de Letras, e o historiador Virgílio Corrêa Filho, que chegou a ocupar a primeira-secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A publicação deste artigo é uma homenagem do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional ao dr. Luis-Philippe Pereira Leite, um dos mais consagrados homens de letras de Mato Grosso.

O nosso distinto co-estaduano Deodato Gomes Monteiro é, sem favor algum, o pioneiro do rádio amadorismo em Mato Grosso. Filho do saudoso casal Almerinda - João Gomes Monteiro, todos nós nos acostumamos a admirar a sua simplicidade e a sua solicitude. Fácil, por isso, seguir dele os pontos essenciais para uma pequena introdução ao rádio-amadorismo em Cuiabá. Em 1924, ele teve o primeiro contato a respeito com o colega Victor Starwisk, no internato do Colégio Batista, no Rio de Janeiro. Nos dias de folga, ficavam os dois entretidos montando e desmontando pequenos rádios de galena e elétricos. E ele, com grande curiosidade, perdia horas de descanso nesse novo "hobby". Regressando a Cuiabá, após o seu casamento, foi residir em 1928 à Rua 13 de Junho, época essa em que a comunicação nesta Capital era feita apenas por telegrafia Morse, sendo que o aparelho de rádio-telegrafia existente nos Correios de Cuiabá estava inoperante por falta de rádio-operador. Entrando em entendimento com o telegrafista Antonio Lacerda, Deodato Monteiro obteve a orientação necessária e iniciou-se assim no serviço de rádio-telegrafia em Cuiabá. Por exigência da época, construiu várias estações receptoras e transmissoras de rádio, destinadas ao 16º Batalhão de Caçadores, à Polícia Militar do Estado e ao Palácio Alencastro, então sede do governo mato-grossense. Na Interventoria do Bacharel Júlio Strubing Muller, Deodato Monteiro adaptou um modulador que transmitia música e voz, sendo captado em outros Municípios do Estado. Isto deu origem à fundação, em 18 de fevereiro de 1934, da Rádio Sociedade de Cuiabá, ficando a sua primeira diretoria assim constituída: presidente, o desembargador José Barnabé de Mesquita; vice-presidente, o dr. João Ponce de Arruda, e secretários os srs. Philogônio Paula Corrêa e Manoel Miraglia. A ocorrência foi bastante divulgada pela imprensa local, quando o "CONSTITUCIONAL" e a "FOLHA DO NORTE" salientaram a

importância da irradiação registrada no dia 18 de março de 1934, feita na onda de 32 metros, sendo ouvida, satisfatoriamente, pelos poucos aparelhos receptores existentes então em Cuiabá. O mesmo sucedeu em outros Municípios do Estado, dos quais chegaram cumprimentos e congratulações pelo bom volume da audição. Nessa transmissão, fruto da Rádio Sociedade de Cuiabá, revelaram-se alguns talentos da época, inclusive a voz belíssima do dr. Aurelino Pinto Botelho, anunciado como o "Gastão Formenti de Cuiabá" e algumas exímias pianistas, como Rosália Silva, Ada de Mattos, o violonista Eucário de Figueiredo e outros.

Foi também divulgado em um dos jornais do Estado o seguinte tópico: "A lembrança da fundação da Rádio Sociedade de Cuiabá partiu do jovem e talentoso cuiabano sr. Deodato Gomes Monteiro, amador do "sem fio", um dos pioneiros do rádio em Cuiabá, construindo ele próprio diversos aparelhos receptores com admirável habilidade, os quais prestaram relevantes serviços em 1930, pondo a população verdadeiramente ao par dos fatos políticos que antecederam à vitória da revolução. É de inteira justiça, pois, que se lhe faça este registro".

Rubens de Mendonça, a respeito dos acontecimentos de 1930, em um dos seus livros, disse que Deodato Gomes Monteiro foi apelidado de "O Boateiro" por ocasião do lance do dr. Getúlio Vargas, no Governo de Washington Luiz, pelo seguinte episódio: Possuidor do único rádio desta Capital, estava sempre atento ao movimento revolucionário, captando o desenrolar dos acontecimentos e ficando ciente do rumo da revolução. Saiu à janela de sua residência, já na Rua Cândido Mariano, declarando, em altas vozes, a notícia da deposição do governo e a implantação de uma junta militar de altas patentes, composta de Isaías de Noronha, Tasso Fragosso e Mena Baretto. O alarme de Deodato Monteiro chegou aos ouvidos do então presidente do Estado, dr. Aníbal Toledo, motivando a sua imediata prisão na residência palaciana. Acontece, porém, que pelas onze horas da noite chegou ao conhecimento do dr. Aníbal Toledo, através de um telegrama, a comunicação do fato, sendo, por esse motivo, Deodato Monteiro imediatamente solto e felicitado pelos presentes, inclusive pelo próprio presidente do Estado e pelo coronel Sebastião Rabelo Leite, nomeado para substituir o então governante mato-grossense.

Da mesma maneira, ele atuou captando notícias e imprimindo boletins na Revolução de 1932. A Polícia do Estado, para coibir essa desobediência, iniciou uma operação de apreensão de rádios existentes em Cuiabá, na época aproximadamente seis, incluindo entre eles o do próprio Deodato Monteiro. Este não se deu por vencido e montou no dia seguinte outro rádio, conseguindo driblar a fiscalização policial, ocultando-o em um urinol com tampa, abaixo da cama. Apesar de revelar aos policiais o local onde escondeu o rádio, eles não acreditaram e nem tentaram a busca.

Em 1935, foi criada a Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão, mais conhecida pela sigla LABRE, órgão oficial da classe, tendo Deodato Monteiro requerido a sua inscrição com o prefixo PY-9-AF, como o primeiro rádio-a-

**Conclui na página 9**

## O PIONEIRO DO RÁDIO----

Conclusão da página 5

mador mato-grossense, abrindo desta maneira, na distante Cuiabá, a comunicação com o resto do mundo. Como rádio-amador, Deodato Monteiro montou ele mesmo o seu equipamento de transmissão e recepção, com o qual se comunicou com rádio-amadores dos cinco continentes. Muitas vezes, punha-se em comunicação com outros colegas, fazendo contatos com doentes distantes, levando a tranquilidade a amigos, parentes e a todos que necessitavam de notícias, transmitindo, por seu lado, notícias diversas para os que se encontravam distantes. Citam-se, entre outras, algumas transmissões que foram de primordial importância, tais como o caso do incêndio no circo de Niterói, como também o incêndio na Casa de Espetáculos em Campinas. Trabalhou várias horas, por diversos dias, comunicando-se com essas cidades, para receber notícias de parentes e amigos, prováveis vítimas desses lamentáveis acidentes, que repercutiram no Brasil inteiro.

O seu trabalho de radio-amadorismo tanto representa na época um marco pioneiro nesse setor que o então ministro da Agricultura, Fernando Costa, em sua visita a Cuiabá, esteve por várias vezes na residência de Deodato Monteiro para entrar em contato com a sua família. O mesmo acontecia com o então governador Fernando Correa da Costa, que também se comunicava com os seus familiares em Campo Grande, chegando até a falar com a sua filha, que então residia em Londres.

Seria exaustivo assinalar, com a carência de recursos, principalmente de medicamentos, a importância desses contatos de Deodato Monteiro com outras cidades brasileiras e até mesmo do exterior, para conseguir socorros urgentes a muitos doentes que puderam ser salvos graças ao providencial trabalho do radio-amadorismo nesta Capital. Entusiasmado com a grandiosidade desse fato, o sr. Raymundo Bastos, aproximadamente em meados de 1937, recebeu os seus ensinamentos, montou o seu aparelho e requereu à LABRE a sua inscrição. Um pouco antes, em julho de 1936, Deodato Monteiro montou para o professor Jericy Jacob o seu primeiro transmissor, em ondas curtas, que mais tarde passou a se denominar "A Voz do Oeste". Eles se tornaram radio-amadores eficientes e úteis ao nosso meio social. Atualmente, Deodato Gomes Monteiro é o presidente do Conselho de Radio-Amadores de Mato Grosso e membro do Conselho Nacional de Rádio-Amadores.

**VISITE O NUCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO.**



# MATO GROSSO: NEGRO FORRO & SOCIEDADE ESCRAVOCRATA

Edvaldo de Assis \*

A introdução do negro africano em Mato Grosso ocorreu com a necessidade gerada pela mineração a partir de 1719, quando a bandeira de Pascoal Moreira Cabral descobriu o ouro no Coxipó-Mirim.

O ouro, metal cobiçado na Europa, despertou o sonho de muitos aventureiros que se deslocaram para Mato Grosso atraídos pelo novo achado. Assim, em 1722 a população negra em Mato Grosso era numericamente significativa ao ponto de construir uma capelinha em homenagem a São Benedito.

Nas monções fluviais e terrestres vieram os negros africanos nas condições de escravos ou forros para o trabalho nas lavras, os trabalhos domésticos, como negros de ganho, e para desempenharem os ofícios mecânicos de carpinteiros, pedreiros, ferreiros, seleiros e outros.

Outro papel desempenhado pelos negros foram como militares, embora com a discriminação que era feita pelos dominantes, estabelecendo a proibição da incorporação do negro na Companhia de Dragões, somente dando acesso a esta corporação os teinóis ou brancos nascidos no Brasil, constituindo um regimento de elite. O negro forro teve acesso a Companhia de Pedestres e houve corporações somente para negros ou para mulatos como foi o caso da Companhia de Ordenanças dos Homens Pardos.

A mão-de-obra negra empregada nas lavras foi intinerante, locomovendo-se nos momentos de novos achados. Somente a agricultura de subsistência, a cana-de-açúcar e as atividades urbanas (ofícios mecânicos, negros de ganho e domésticos) fixaram a mão-de-obra em Mato Grosso.

A sociedade escravocrata se caracterizou pela relação de produção onde o senhor (proprietários de terras e escravos) e os despossuídos de tais bens, que trabalhavam para o primeiro. Em regra normal, o segmento negro estava na categoria de despossuídos, embora surtissem alguns negros forros possuidores de bens (1 ou 2 escravos e de pequenas propriedades).

A nossa abordagem se prende à situação do negro forro na sociedade escravocrata mato-grossense, a partir do referencial de documentos existentes no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT), e da obra do viajante Hércules Florence: "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas", onde há uma referência sobre um negro forro no conjunto de proprietários de escravos.

A sociedade escravocrata diferenciava o negro escravo do forro, sendo que o primeiro era mão-de-obra que trabalhava sobre as ordens de seu senhor, enquanto o negro forro ou livre, trabalhava para o seu sustento e da sua família. As medidas repressivas eram tomadas pela classe dominante que tinha o controle social, atingindo a categoria étnica negra, não ficando imune o forro. Apenas sua condição de livre não lhe daria a liberdade como qualquer outro cidadão.

O preconceito racial estava implícito em qualquer procedimento político-jurídico tomado pela sociedade es-

cravocrata, destacando na legislação o escravo e o homem livre. Ora, quem seria o homem livre na sociedade? Os despossuídos que eram a maioria negra na população.

A alforria era condição de "liberdade" dada ao negro escravo para que ele pudesse ter a mínima condição para participar na sociedade. Condições estas como o trabalho assalariado, possuir bens e ter acesso, pelo menos, nas corporações militares.

Em Mato Grosso vamos encontrar o negro forro detentor de alguns bens (escravo e pequena propriedade) adquirindo capital através da agricultura de subsistência ou de criatórios de suínos, como foi o caso de Catarina Maria de Jesus, preta forra, que criava porcos fornecendo toucinho, ao armazém do Forte do Príncipe da Beira.

Pesquisando alguns autos de execução, encontramos a referência aos pretos forros "Domingos Martins, Bernardo Veiga e Cipriano José, que tiveram seus bens penhorados por serem devedores de dívidas. O primeiro devedor de captação e os últimos de dívidas. Na documentação não foram mencionados os bens que os citados pretos possuíam, mas, provavelmente, seriam casa, gado vacum, ou pequena posse de terra.

No conjunto de proprietários de escravos encontramos duas referências a negros forros; a primeira num requerimento onde diz: "José, escravo de Francisco da Silva, que sua mulher, Maria Correa, preta forra, comprou a escrava Joaquina, em Cuiabá, por libra e meia de ouro, pagando no início da compra a quantia de meia libra, ficando devendo uma libra". A segunda referência a negro forro como proprietário de escravos trabalhadores em lavras é encontrada na obra do viajante Florence.

A grande maioria de negros forros vivia do trabalho nos engenhos, nos criatórios, nos transportes de mercadorias no Porto Geral, de seus ofícios de pedreiros, carpinteiros, seleiros e outros. As mulheres forras podiam ser encontradas como vendedoras de iguarias nas cidades respeitando as determinações exigidas pelos códigos de posturas, como exemplo, a hora em que as vendedoras deviam estar na rua. Os negros forros passaram a ser trabalhadores no extrativismo, como mão-de-obra assalariada.

Como mão-de-obra o negro forro teve importante papel no processo produtivo em Mato Grosso, sobretudo quando as atividades extrativistas vegetais foram a maior parte da economia local. Esse tipo de trabalho tornava impossível contar com o escravo, visto que não se teria o controle do trabalhador. O extrativismo vegetal em Mato Grosso, baseado na seringa, desenvolveu na parte norte e na região de Diamantino. Na região do Baixo Paraguai a mão-de-obra era empregada na poia e na região que hoje compreende o Estado de Mato Grosso do Sul, o negro forro era mão-de-obra no extrativismo da erva-mate. Nos campos de criatórios de gado vacum ou cavalariço, o escravo tinha tarefa reduzida, ficando a maior parte dos trabalhos a cargo do negro forro, como também foi ser mão-de-obra explorada nas saladeiras.

Analisando o negro forro no contexto sócio-cultural podemos dizer que sua presença no seio da cultura mato-

Conclui na página 15

## **MATO GROSSO: NEGRO FORRO &**

### **Conclusão da página 6**

grossense permitiu o continuísmo da mesma. Ai temos as manifestações folclóricas como boi-a-serra, siriri, cururu, dança de congo, os mascarados, a capoeira e outras. As festas do catolicismo rural e urbano, como a de São Benedito, N.Sra. do Rosário, do Divino, São João, Senhora Santana, festa de Santa Cruz e outras, e ainda no contexto da religiosidade, as irmandades de São Benedito e do Rosário e as construções das igrejas de alguns santos citados, bem como a igreja e devoção a N.Sra. da Boa Morte, e os cultos afros como a umbanda.

Considerando que só existem os três grupos: o branco, o amarelo e o negro, este último segmento teve sua participação efetiva no contexto sócio-cultural e político de Mato Grosso. Basta salientar que durante a ocorrência da Rusga, o elemento forro teve papel importante, ocupando alguns cargos na burocracia local, substituindo os portugueses.

A participação do elemento forro no contexto socio-cultural não foi algo conseguido sem que houvesse a presença do Estado, através de regulamentação. Em Mato Grosso, os códigos de posturas, documentos normativos, emanados das Câmaras Municipais, disciplinavam a conduta do forro. Algumas manifestações eram proibidas em determinadas localidades ou então na zona urbana. Somente as manifestações que fossem de interesse da classe dominante permaneceram sem nenhuma proibição, como por exemplo, as congadas animadoras de festas de São Benedito e do Rosário, festas estas incentivadas pelos senhores.

O elemento forro participante e/ou patrocinador de festas no contexto urbano da sociedade escravocrata permaneceu até quando o capitalismo incorporou ao dominador tais encargos.

Para a aceitação do negro forro na sociedade lhe foi dado o adjetivo discriminatório "mulato" como sinônimo de ascensão social do forro, o que não eliminou o preconceito ao mulato, e a sociedade escravocrata passou a fazer certas exigências para a absorção do mulato na ordem social.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR

# O CASO MARIA EUGENIA

Carlos Alberto Rosa

Em inícios de 1778, a negra crioula e forra Maria Eugênia de Jesus, presa na cadeia de Cuiabá por difamação, era caracterizada pelas autoridades como "grande revoltosa e péssima de língua", um "monstro". Mesmo presa, continuava a fazer "ofensas máximas a muitas Senhoras na sua honra", particularmente às esposas do Mestre de Campo e do Sargento Mor.

Esse tipo de prática, difamatória, infamatória, não era incomum na sociedade colonial mato-grossense. Há registros dela, trazidos à formalidade dos documentos, contra autoridades. Nesses registros predominam, porém, as difamações anônimas, veiculadas socialmente por escrito, através de "pasquins" ou "bilhetes" manuscritos, por vezes sob a forma poética e até com "retratos" caricaturais. Geralmente afixados em algum estratégico lugar público, esses textos impunham-se como "revelações" de atos corruptos, vícios, comportamentos sexuais, das autoridades que eram objeto de sua incômoda atenção. Independentemente de sua "veracidade", esses textos visavam constituir-se como expressão de saberes apropriados aos representantes do poder oficial, fragmentos de uma "realidade" que esses representantes precisavam ocultar para impor sua superioridade, para legitimá-la socialmente. Armas aguçadas, afiadas, cortantes, esses textos manifestam uma luta permanente. Mas por serem escritos, por vezes com refinamento, tendem a apontar para uma luta situada nos limites do âmbito letrado, lugar da minoria dominante, numa sociedade majoritariamente analfabeta. O caso de Maria Eugênia abre outras perspectivas para o dimensionamento desse tipo de luta. Analfabeta, Maria Eugênia não produzia textos, mas falava perigosamente, ameaçadoramente, publicamente: "péssima de língua". Aqueles saberes contundentes, portanto, não seriam monopólio de letrados, mas talvez ao contrário, mesmo quando veiculados por escrito, poderiam ser oriundos da grande planície iletrada.

Tomando por objeto de sua "maledicência e imposturas", em matéria de alta consideração, as esposas de poderosos, inclusive militares, a prática de Maria Eugênia ameaçava, no limite, a própria imagem social de autoridade. A significação social de sua prática ultrapassava, por isso, os limites da ofensa individual, ganhando substância "política", tornando sua autora uma "grande revoltosa". O perigo representado pela difamadora era universalizado, estendido a todo o corpo social. Segundo as autoridades, era preciso expulsar Maria Eugênia da Capitania, para o "bem da República":

"(...) por nenhum princípio haja de ficar nem tornar a entrar nesta Capitania, para sossego de todos estes moradores".

Uma das autoridades denunciadoras do perigo representado por Maria Eugênia, o Vigário de Cuiabá, acrescentou à prática de difamação a de feitiçaria. Sua denúncia é curta, basicamente "descreve" as práticas e os instrumentos utilizados.

As práticas:

"(...) usava de certas feitiçarias, diabru ras ou embustiárias, ainda na prisão em que se acha e que as praticava com um preto forro por nome Manoel, que todas as noites ia falar àquela (...) esses malefícios os guardava ela com muito desvelo debaixo de uma pedra na mesma prisão; e que até os requerimentos ou cartas que fazia a V.Exa. eram pulverizados com essas embustiárias e passados por certas fumaças".

Os instrumentos:

"(...) dois embrulhos, um com todos os seus bonecos e várias ridiculárias, cabelos, raízes, búzios, cordinhas e outras coisas que não conheci; e o outro sem mais que algumas sementes e ciscarias (...)"

Como descritas pelo Vigário, as práticas de Maria Eugênia manifestavam três aspectos frisados pelo denunciante: ocorriam dentro da cadeia de Cuiabá, numa afronta ao próprio espaço onde o poder deveria imperar obviamente claro, absoluto; não eram práticas solitárias; revelavam a intenção de envolver "S.Exa.", ou seja, o próprio Capitão General Luis de Albuquerque. (Este último aspecto é também revelador da desconfiança que os iletrados mantinham para com a escrita: Maria Eugênia não deixava de "pulverizar" e passar "por certas fumaças" mesmo os requerimentos feitos em seu nome e certamente em sua defesa. Confronto de saberes). A feitiçaria de Maria Eugênia deslizava, assim, também para um nível laico, civil, "político".

Já os instrumentos utilizados pela "feiticeira" são organizados, na descrição do Vigário, em função dos significados a que poderiam ser remetidos. A descrição engendra uma ordem sequencial, talvez derivada da "leitura" que o Vigário fez dos instrumentos: os "bonecos" vêm em primeiro lugar, destacados, distintos, identificados em sua significação com certa familiaridade; a seguir são colocadas as "ridiculárias", cuja importância fica diluída pela nomeação adjetiva e pela diversidade ("cabelos, raízes, búzios, cordinhas"); depois, aqueles instrumentos suspeitos de remeter a referentes quaisquer, mas que são desconhecidos pelo denunciante: as "coisas que não conheci"; por fim aqueles aparentemente sem significado presumível, meras "sementes e ciscarias". Nessa ordem classificatória fica evidente a condição lacunar do conhecimento que lhe serve de base: as "coisas que não conheci" poderiam ser mais "importantes" que os "bonecos"; e as "sementes e ciscarias" poderiam estar prenhes de significados.

Mas o caráter lacunar de seu "conhecimento" aparentemente não preocupava o denunciante. Os instrumentos identificados em sua "significação", o "desvelo" com que Maria Eugênia guardava seus "malefícios", seus atos de pulverizar e defumar, - aí estavam sinais suficientes.

Em outros casos de feitiçaria registrados, esse ti

Conclui na página seguinte

po de identificação sumária era frequente. Os instrumentos utilizados, por exemplo, eram tidos como indicadores seguros, que "falavam" sobre o sentido de seu uso: "raízes", "bichinhos", "orações", "contas", "ervas", "certos pês", "lenço de tabaco encarnado", "panelinhas", "cabeça de cobra", "insetos", "cabeça de sapo" - todo um universo de estilhaços comuns da realidade trivial ganhava conotações terríficas. Outros indicadores, como comportamentos dos agentes no decorrer de suas práticas, seus gestos, atos, eram parcamente registrados: predominam indicações do ato de enterrar os instrumentos, raras vezes ocorrendo descrições mais extensas, como é o caso da prática curativa do escravo Domingos, o Muxiba:

"(...) usou de umas raízes e um frango e ali entrou a fazer vários embustes, até que apareceu com um manejo de cabelos que talves fingiu tirar da enferma (...)"

Mais frequente era a identificação feita por meio da descrição dos resultados da prática condenada: o "feitiçeiro" Antônio Mina:

"(...) danificara a outro escravo (...) o qual ficara enfermo, deitando pela boca carvão, agulhas e outras imundícies (...)"

A extrema escassez, à forma quase cifrada que marca essas caracterizações, provavelmente resultava de uma posse da verdade sobre "feitiçarias", o que tornava desnecessário estender-se sobre suas manifestações. A bibliografia jurídica e teológica, de origem européia, sobre o assunto, era desde o século XVI extensa. Disponha-se, portanto, no século XVIII, de um trabalho classificatório acumulado secularmente, razoavelmente difundido, a ponto de permear inclusive aqueles segmentos sociais que não estavam ligados nem ao Direito, nem à Teologia. A rigor, esses trabalhos tratavam particularmente de manifestações européias de "feitiçaria", sendo poucos os que tomavam as práticas ameríndias similares por objeto. E quanto às práticas africanas, o desinteresse era pouco menos que absoluto. Certamente o caráter lacunar da denúncia do Vigário de Cuiabá sobre a "feitiçaria" de Maria Eugênia decorria dessas limitações do conhecimento disponível. Mas reconhecer esse caráter lacunar seria também reconhecer especificidades em índios e negros, dar-lhes substância sócio-cultural, reconhecer nesse outro também o poder de criar saberes. E isso era extremamente raro, reduzindo-se, quando ocorria, ao reconhecimento de "saberes naturais", obtidos quase que por osmose, dada a extrema proximidade entre esses seres "inferiores" e a própria natureza. Incidentalmente, porém, mesmo aí transparece o confronto, resultante da ação de sujeitos antagonistas. Autoridades de Cuiabá, pretendendo fazer avançar as práticas medicinais, fundando-se na "Filosofia Newtoniana", lamentavam-se do caráter pouco cooperativo dos indígenas, que silenciavam sobre as

"(...) ervas medicinais de que usam, pois os conhecimentos dos seus efeitos nos ocultam aos Portuguezes os Gentios, tenazes do segredo e avaros dos Bens que lhes concede a natureza".

É possível que o reconhecimento do poder de índios, negros, mestiços e brancos pauperizados, de criar saberes, fosse mais difundido do que parece. Ao nível formal, porém, esse reconhecimento é sistematicamente silenciado. Mesmo no caso de saberes "sobrenaturais", é possível pressupor que tal reconhecimento acontecia: o próprio Capitão General Luís de Albuquerque era solicitado a "discorrer" sobre profecias "dadas ao soldado do Jauru por um

velho incógnito". A regra, entretanto, era remeter a origem desses saberes ao transcendente, ao universal e permanentemente combate entre Deus e suas criaturas e o Diabo e seus agentes. E particularmente no caso de índios e negros, se não eram por natureza agentes demoníacos, eram suficientemente "inferiores" e "fracos" para tornarem-se fáceis instrumentos do "comum inimigo do gentio humano". O cronista oficial Joaquim da Costa Siqueira, por exemplo, que registrou o caso Maria Eugênia (embora silenciando sobre o aspecto da difamação), afirmou claramente sua "instrumentalização" demoníaca; segundo ele, Maria Eugênia sucumbira aos desígnios do diabo, que se aproveitou de sua "fragilidade humana".

Mas se na definição do Vigário sobre a feitiçaria de Maria Eugênia está implicada uma remissão à origem transcendental dos saberes que fundam sua prática, o ser social dessa mesma prática é colocado como ameaça "política" às formas do poder dominante; desrespeitava o espaço da repressão (a cadeia, transformada em lugar de produção dessa mesma prática que ali deveria ser anulada); postulava um poder superior ao do próprio Capitão General, capaz de impor-lhe desejos, decisões, comportamentos - e, não último em importância, transbordava os limites da ação individual, ganhando uma dimensão social de que "o preto forro Manoel" era apenas o elo mais aparente. Este último aspecto é raro nos registros setecentistas de "feitiçarias". A regra é tais práticas serem apresentadas como atos isolados, individuais. Mas vários indícios contradizem esse isolamento, a começar pelas próprias denúncias, muitas vezes feitas por quem participou dessas práticas. Além disso, a demanda social certamente existia e por vezes chegou mesmo a ser registrada, como é o caso daquele Domingos, o Muxiba, cujo dono não só sabia das atividades de seu escravo, mas inclusive "alugava" seus serviços. No caso de Maria Eugênia, suas práticas no interior da cadeia de Cuiabá pressupõem apoios e cumplicidades que talvez não se reduzissem ao Manuel da denúncia. Mas há, ainda, quanto a Maria Eugênia, um dado a mais: nos registros da Irmandade de N. S. do Rosário parece uma Maria Eugênia de Jesus, forra, analfabeta, falecida a 27 de maio de 1783. Homônima? É pouco provável. Examinando o livro manuscrito em que há esse registro, um códice de 139 folhas, duplicadas pelo uso do verso e no qual ocorrem dois lançamentos de irmãos e irmãs em cada fólio, não encontrei nem um caso a mais de pessoa com esse nome. Fica apenas a dúvida quanto à data de sua morte, que o cronista Costa Siqueira estabeleceu um ano antes, embora sem indicar mes e dia. Erro do cronista, ou de seus copistas? De qualquer forma, a hipótese de a Irmandade abrigar detentores de saberes oficialmente condenados não é infundada. A própria N. S. do Rosário era identificada por africanos com Ifã, deusa das contas. E sendo os membros da Irmandade majoritariamente negros, escravos e forros, é possível que o pertencer à Irmandade ganhasse conotações não limitadas à significação formal. Vislumbra-se, assim, a tessitura de redes sociais pouco percebidas, iluminadas por esses saberes condenados, reprimidos, exorcizados.

Estudos nessa direção estão apenas começando. São ainda parcelares, inconclusos. Mas por partirem do pressuposto de que as práticas dos "dominados" não são desprovidas de sentido "político" por não manifestarem formas políticas clássicas, admitem a possibilidade de "alternativas teóricas". E com isso ultrapassam os limites de um repertório empírico cristalizado por concepções mais consolidadas, que definem os "dominados" como puros "em si". Tal ultrapassamento permite a constituição de "novos fatos", o reconhecimento na história de um outro tipo de presença desses "dominados", não episódica ou convulsiva, mas permanente, no dia-a-dia, quase imperceptível. Nem por isso menos essencial à constituição da própria história.

## AS FORMAS DE DOMÍNIO DO PODER: A CONJUNTURA POLÍTICA DE MATO GROSSO (1912-1918)

Jôny Augusto Pacheco \*

Este trabalho tem como objetivo principal o estudo da conjuntura política de Mato Grosso entre 1912-1918 momento em que começam os conflitos entre o Senador Azere do e Pedro Celestino, líderes de duas facções políticas. Pedro Celestino junto com o Senador Azeredo eram os dois chefes políticos mais fortes que dominavam a política matogrossense. Ambos faziam parte da alta cúpula do Partido Republicano Conservador o (PRC). Neste estudo procuramos nos deter nos acontecimentos mais próximos que tiveram influência para a eleição de D. Francisco de Aquino Correa. O primeiro conflito ocorreu em 1912 quando Pedro Celestino mobilizou seus correligionários para tentar obter da Assembléia Legislativa a recusa do partido de renovação dos ervais à Laranjeira, Mendes e Cia. A Laranjeira, Mendes e Cia. era uma firma estrangeira com sede em Buenos Aires, fundada em 1891, com o nome de Cia. Mate Laranjeira, transformando-se em 1902 na Laranjeira, Mendes e Cia. Esta firma conseguira o arrendamento de uma grande extensão de terras no sul de Mato Grosso. No entanto, Pedro Celestino via nessas terras possibilidades de assentamentos de um grande número de colonos. Suas ideias não eram partilhadas por muitos políticos sobre os quais a poderosa firma tinha alguma influência. A discussão em torno desse caso leva Pedro Celestino a afastar-se do PRC e funda o Partido Republicano Mato-grossense o (PRMG).

O pico da crise veio com a eleição do general Caetano de Albuquerque, em março de 1915, para presidente do Estado. Caetano de Albuquerque (PRC), que tinha a maioria dos deputados na Assembléia, começa a sofrer oposição dos mesmos, após ter nomeado um secretário que era do PRMG depois de ter feito acordo com este partido. Este fato teve como consequência a demissão dos funcionários e autoridades ligadas ao Senador Azeredo. Em consequência disso, a Assembléia vai romper com o governo estadual. Esse período é conhecido na história como "Caetanada". O general Caetano cometeu ainda a infelicidade de infringir o regulamento da Assembléia por várias vezes como anulando projetos que foram aprovados pela mesa ou fazendo obras sem a devida autorização dela. Isso não seria nada anormal se ele ainda estivesse do lado mais forte do poder, mas como ele já havia se desentendiado com o grupo dominante - grupo do Senador Azeredo os deputados fizeram um processo de cassação do mandato do presidente do Estado. Em apoio a esses deputados azeredistas, os coronéis perrecistas (PRC) levantaram-se em armas em todo o Estado.

Em dezembro de 1916 organiza-se e toma posse um governo separatista com sede em Corumbá tendo como presidente o Sr. Manoel Escolástico Virgínio, que havia sido demitido do governo pelo general Caetano. No entanto, esse grupo não conseguia se manter por muito tempo e para salvar a reputação de seu grupo, o Senador Azeredo que era vice-presidente do Congresso Nacional, pede ao governo federal a destituição de Caetano de Albuquerque e a intervenção em Mato Grosso. Assim a 09/02/1917 é nomeado como interventor federal em Mato Grosso o Sr. Camilo Soares de Moura. Em março chega a Mato Grosso o Senador Azeredo para buscar nomes de pessoas que pudessem concorrer

às eleições para substituir o interventor. Em maio de 1917, quando o general Caetano visita o Presidente da República, Sr. Wenceslau Bráz, este afirma a necessidade de solucionar o problema de Mato Grosso através de uma candidatura de conciliação. Em 20 de maio o presidente Wenceslau telegrafa ao coronel Pedro Celestino solicitando três nomes para a candidatura governamental e apela para um governo de conciliação.

Em julho do mesmo ano vários jornais nacionais mostram os conflitos em Mato Grosso e informa que o Presidente da República encaminhará como proposta o nome do Sr. Lício Borralho, como candidato de conciliação. No entanto, isto não era verdadeiro, pois o presidente desejava o nome de D. Aquino Correa. Acreditamos que o Presidente Wenceslau percebeu que dificilmente um político local poderia conciliar duas tendências políticas, pois ele facilmente se comprometeria com uma dessas tendências. Era preciso um poder ou alguma argumentação ideológica bem maior para apaziguar as tendências e o único poder que dificilmente seria contestado, por estar enraizado no íntimo de cada pessoa, seria o poder da Igreja. Em setembro, os grupos de Pedro Celestino e do Senador Azeredo aceitam o nome de D. Aquino como candidato de conciliação. Em 11/10/1917 é feito um acordo político entre os dois partidos que transcrevemos na íntegra:

"Nos abaixo assinados, representantes devidamente autorizados do PRC e do PRMG, atendendo ao desejo de paz de seus patrícios e aos altos interesses do Estado, e aludindo, bem assim, ao apelo dos Exmos. Srs. Wenceslau Bráz, Urbano Santos e Camilo Soares, presidente e vice-presidente da República e Interventor Federal em Mato Grosso, do seguinte modo: 1º) Ambos os partidos votarão nas próximas eleições estaduais na seguinte chapa: Presidente D. Francisco de Aquino Correa, 1º vice-presidente Antonio Ferrari, 2º vice-presidente Capitão Francisco Paes de Oliveira. 2º) Nas próximas eleições para a reconstituição da Assembléia Legislativa do Estado, cada partido votará em 14 nomes, sendo 10 nomes de sua própria escolha e 04 indicados pelo Exmo. Sr. D. Francisco de Aquino Correa. 3º) Nas eleições para renovação da câmara dos deputados federais, a se realizarem no próximo ano de 1918, ambos os partidos se comprometem a votar em apenas nas dois candidatos. 4º) A vaga na próxima renovação do senado caberá ao PRMG, e não pleiteando o PRC. Sala do Presidente do Senado, em 11 de outubro de 1917. Senador Antonio Francisco de Azeredo (PRC) Deputado João Carlos Pereira Leite (PRMG) "

Em 22 de janeiro de 1918, D. Aquino Correa ao ser empossado presidente do Estado faz um apelo para que os políticos se unam fazendo também promessa de "harmonizar e fazer feliz" o Estado de Mato Grosso. Em sua maneira peculiar disse ele, na íntegra, o seguinte: Srs. Membros da Assembléia Legislativa do Estado. Se foi sempre de faqueiros auspiciosos para o povo matogrossense, a reunião dos seus legisladores, muito mais é hoje, nesta fase extraordinária da sua vida política. A catástrofe que abalou até a estrutura mais íntima e essencial do Esta

Conclui na pág. seguinte.

## AS FORMAS DE DOMÍNIO DO PODER: A CONJUNTURA POLÍTICA DE MATO GROSSO (1912-1918)

Conclusão da pág. 15.

do, destruindo aqueles mesmos poderes, que formam, por assim dizermos, as colunas graníticas da sua constituição política, deixou-nos em face de um verdadeiro caos, onde será mister que uma poderosa voz repita a solene palavra criadora: Fiat Lux: Faça-se Luz! Esta palavra há de ser a vossa Srs. Deputados, porque vós é que fazeis a lei, e a lei é a luz, de que carecemos: Lex Lux. Esta primeira sessão ordinária da presente legislatura, tem para o estado a significação festiva de uma renascença, e são, portanto, muito mais do que uma pragmática rotineira e fria, as congratulações que hoje trago ao povo matogrossense, por vós tão dignamente representado. Acresce a este motivo de excepcional regozijo, a própria organização atual da Assembléia, das mais democráticas e auspiciosas. E aqui, Srs., Deputados, não será fora de propósito rememorar as tres singelas palavras, com que, na participação da minha posse tive que definir o meu programa de governo: união, trabalho, economia". Ao levantar dados para este trabalho, chama a atenção a pouca participação das massas populares na vida política de Mato Grosso. As lutas pelo poder ocorriam à sua revelia. No entanto, elas acabavam sendo envolvidas pelo medo da violência dos coronéis e suas milícias. A pouca participação do povo é mostrada, até mesmo no desinteresse pela posse de D. Aquino. Um acontecimento importante para a elite, era considerado pela massa como um acontecimento simples e sem entusiasmo.

O próprio fato de não poderem exercer seu direito de cidadania, devido à sua condição de analfabetos, coloca a maioria da população à margem do processo político. Enfim, o que importava mesmo para os políticos é que a conciliação fosse feita. Os partidos mais tarde fundem-se num só e os coronéis, em vez de se degladiarem, fazem um pacto de amizade e continuam dominando a sociedade, alijando a maioria da população de qualquer participação e de qualquer direito. A marginalização das massas é necessário em governos autoritários para que os mesmos se mantenham no poder por maior tempo, assim como é necessário para toda classe dominante continuar desfrutando eternamente dos privilégios do poder.

\* O autor é recém formado em História pela UFMT.



## OS MANIFESTOS DE BORDO: ACERVO PRECIOSO

Leonidas Querobim Avelino

A linguagem em primeira pessoa não é considerada apropriada para trabalhos de natureza científica. Corre-se o risco de fazer-se, como diriam os profissionais de análise textual, Euxegese em vez de sóbria e fria exegese. Vou correr este risco. E, transpondo para um trabalho, mais histórico que literário, à maneira de Machado de Assis, falo com o respeitável leitor que, por ventura, honrar-me estas linhas, com uma leitura distraída em momentos de sobra, antes do Noticiário Nacional, numa noite gostosamente cuiabana ... Leitor amigo: você já ouviu falar em Manifestos de Bordo? Não ouviu? Pois você está perdendo uma leitura das mais curiosas e distrativas de sua vida. Dentro dos limites deste trabalho, Manifesto de Bordo é um documento referente ao transporte fluvial que por muitas décadas se fazia e era à maneira normal de se chegar, de navio, subindo a Bacia do Prata, até Cuiabá. Era o "caminho das águas". Estas viagens eram, na verdade, coisa fabulosa. Capazes de despertar a imaginação de qualquer leitor dos dias de hoje. Tanto assim que, já naquelas épocas, alguém escreveu um relato da viagem fluvial de um inglês apelidado do Mister Johnson.

O pesquisador Carlos Francisco Moura que, entre outros estudos, está realizando um trabalho sobre o Teatro no Séc. XVIII em Mato Grosso, e já publicou, pela UFMT, duas peças levadas à cena em Cuiabá em 1790 e que eu re-apresentei aqui e em Ouro Preto com um grupo de alunos. - Carlos Francisco Moura publicará em breve uma peça que foi representada durante uma viagem fluvial... Pois é, respeitável leitor, viajar de navio para Cuiabá era uma grande e memorável experiência. Estou pedindo ao Senhor Bom Jesus, cuja estátua nos altos da Igreja de S. Gonçalo era um festivo e alviçareiro sinal nas veigas que vinham a Cuiabá, estou pedindo a Ele que faça reatar-se a grande história e as fabulosas estórias do caminho das águas ... E quero registrar aqui um voto de aplauso, a quem de direito, pela grande visão que se teve em construir o viaduto sobre o Rio Cuiabá, na perimetral sul, com trinta metros de altura sobre o estuário do rio, para que se permita a navegação fluvial novamente. Nenhum país desenvolvido deixa sem uso as possibilidades de navegação fluvial que temos.

Mas voltemos aos Manifestos de Bordo. Eles são documentos mais abrangentes e ricos do que se pensa à primeira vista. São escritos a mão. Você poderá ir admirando a linda caligrafia. Contêm um informativo completo sobre o navio e a viagem; o material transportado é minuciosamente descrito, de onde vem, para onde vai, quem remete, quem recebe, quantos ou quantas unidades, se de primeira ou de segunda qualidade. Identifica-se o navio, sua tonelagem, procedência e destino, nome do comandante. Identificam-se os passageiros: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, procedência, destino e até a bagagem! Leitor distraído, não há melhor distração. Veja já lá:

Exercício de 1891  
Manifesto nº 16  
Paquete Nacional Rápido  
Vindo de Montevidéu  
Entrado por inteiro em 11 de abril de 1891  
Comandante Luiz José dos Santos

Da lista de passageiros constam 23 brasileiros, 3 portugueses, 1 francês (Juan Barragat, destino Vila Ma

ria), 1 espanhol, 5 árabes. O primeiro da lista é o Dr. Antônio de Azeredo, figura de muito destaque em Mato Grosso, residente no Rio de Janeiro, jornalista, político. Sérgio de Sant'Anna: "desertor de Assumpção; observação: à disposição do chefe de Flotilha; José Gavino Pari: criminoso, procedente de Apa; observação: à disposição da Polícia". E por aí se vai.

É óbvio que só a lista de passageiros já enseja muitas perguntas e indagações sobre as pessoas mencionadas. Talvez entre elas se encontre o primeiro ou primeiros de família que ao depois se tornou tradicional na região. Causa interesse desde logo o fluxo de gente estrangeira. Mas, distraído leitor, a lista do material transportado é também muito curiosa. Veja só: tudo vindo no Pacote Nacional Rápido; 11 de abril de 1891:

Procedente do Rio de Janeiro:

"1 caixão com impressos; dono H. Sant'Anna, despachado por Henrique S.A. - 1 caixote de livros sortidos; Antônio José da Rocha - Salvador Paes de Campos. - 1 caixão com piano; Ordem.

Carga do Governo:

1 caixão com uma bandeira; Governador de Mato Grosso.

Procedente de Montevidéu:

4 barricões de ferragens; Fumo de Matos e Cia.

10 caixões de cerveja; 10 caixões de idem; 10 idem genebra; 10 idem vermouth; 10 idem bacalhau; 10 sacos de arroz; 4 bordalezas vinho; 1 barril idem; 3 volumes com 23 barris azeitonas; 4 caixões armas; 1 caixão espoletas; 4 bordalezas vinho; 10 caixões cerveja; 6 oitavos vinho; 25 caixões vermouth; 2 quartos vinho".

Olhe aí, meu leitor, olhe aí! Pelo jeito a gente de Cuiabá daqueles tempos comia e bebia muito finamente. Vinhos estrangeiros! Bordaleza era um barril de vinho de Bordéus (por isso: bordaleza ...). Quanta azeitona! Também para tanto bacalhau ... E quanta cerveja! Mas, note também, caro leitor, os impressos. Eram livros. Já antes havia sido dada a notícia de um "caixão com piano" ... Nada mal, meu leitor, nada mal ... Ler tomando vermouth ou genebra, ou até cerveja ... Ou ler ouvindo piano. Ou ouvir ou tocar piano bebendo coisas finas, lá da Europa ... O cuiabano sempre soube viver ... E é assim, meu caro, que o Manifesto de Bordo contém informações curiosíssimas sobre a história, a sociedade, o estilo de vida ... O Manifesto é uma manifestação de vida e de história. Estas listas devem ser projetadas em ampla perspectiva humana e cultural.

Mas voltemos à carga do Pacote Nacional Rápido que ainda tem mais itens:

"Procedentes de Buenos Aires:

100 saccos farinha trigo; 1 casco ferragens; 1 caixão ferragens; 1 caixote sacão; 6 latas tinta; 2 barras cobre; 1

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

## OS MANIFESTOS DE BORDO: ACERVO PRECIOSO

### CONCLUSÃO DA PAGINA 7

os Manifestos, guardados nos arquivos do NDIHR, na UFMT, cobrem nada menos que três décadas de navegação fluvial. Trinta anos! Na verdade um longo e significativo período de história nacional e regional. Tenho certeza que os Manifestos terão seus estudiosos e seus entusiastas que saberão estabelecer o elo de ligação cultural, social, política, econômica, demográfica e comercial que fará com que estas informações associadas a outras, contem uma história completa e variadíssima. A história de tudo o que havia no princípio e no fim, às margens e no percurso, deste ainda misterioso e lendário "caminho das águas". Tudo isto será possível levando-se em conta os sábios planos da direção do NDIHR. Informou-me o Prof. Dr. Alfredo da Mota Menezes que proximo se procederá à completa classificação dos Manifestos; posteriormente a sua microfilmagem e, por fim, a sua computadorização. Não resta senão formular votos por que estes planos se realizem e que assim os estudiosos tenham à sua disposição, para fácil manejo, este riquíssimo repertório de informações.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR

## UMA "WALL STREET" CABOCLA

Octayde Jorge da Silva

O Casarão ainda está lá. Por uma dessas voltas do destino, acabei morando na mesma rua, em que ficava (e que fica) o Casarão, que a fantasia do menino criou e construiu para as horas de reflexão e de memória do velho. A criança sempre tem uma visão exagerada das coisas. As casas, os animais, as pessoas, os seus pertences de infância, a criança os transporta para o futuro, em dimensões enormes. Lembro-me de que morava na rua de Cima, bem perto ao Jardim, a menos de cem metros. Estu dava no Casarão, de segunda a sábado. E antes das uma da tarde, já partia para o Curso, com a recomendação na terna:

"Vá sempre pela rua de Cima. Quando chegar no beco da D. Janoca, vire e pegue a rua do Campo. Na volta, venha pelo mesmo caminho, porque a rua do Campo é meio de serto. O movimento lá é um pouco parado! ...".

Era assim que eu atingia o CURSO DE ADMISSÃO de "seo" ISAAC. Lá, eu me preparava para entrar no LYCEU CUYABANO. "Seo" ISAAC era uma figura austera. De cumprimentar os transeuntes e os que estavam espionando nas ja nelas, apenas com um toque de dois dedos no chapéu. Ho mem sem chapéu, não estava completamente vestido. E, se a pessoa cumprimentada era mais chegada, o professor ISAAC emitia um pigarro, como se fosse o Bom dia! ... Mas, voltando um pouco ao passado, não entendo porque aquela preocupação materna, em fazer com que eu evitas se a rua do Campo, no percurso em direção ao Curso de Admissão do "Seo Isaac". Sem dúvida, nas primeiras quadras, havia mais muros de quintais das casas da rua de Cima do que casas de residência. Especialmente, do lado direito de quem vai em direção ao Casarão. Que me recordo, onde está o Banco do Brasil, havia uma grande casa velha; depois, outra, onde morava o futuro herói da FEB, Capitão BUENO. Na esquina, onde fica o Banco América do Sul, a família PASSARINHO. Seria nome ou apelido? Na mesma quadra, o bonito prédio, que fora "sede da Hípica" e residência de Presidente do Estado. Pois ali morou DOM AQUINO, que fez na parede da casa, um nicho, para guardar a Nossa Senhora de sua devoção. Do quintal da minha casa, via-se o alto-relevo na parede. Do lado do meu quintal, perto das goiabeiras, estava o altar.

O progresso derrubou tudo isso. Da passagem dos LIMA AVELINO, já não há nem sombra. Os jardins bem cuidados da D. ALICE se foram. O Nacional e o Finasa tomaram conta de tudo, assim como o Comind fez com que acabasse mais de meio século de tradição dos BATINGA. Uma enorme mansão de esquina, que LENIRA cuidava com dedicação e zelo, deixando o corredor da entrada, com o mosaico brilhando, de tanto pano molhado, paredes lavadas, janelas e portas recebendo, a toda hora, as cócegas do espanador. O Comind venceu Lenira, mas, em reconhecimento a tantos anos, suados, de dedicação pela casa que o Banco derrubou, plantou um jardim, em frente.

E tinha mais gente, nesse trecho: os PEREIRA LEITE que ainda lá estão. LEONIDAS MENDES e sua família. Do outro lado, o sobradinho do ARMINDO DE MATOS, que deu lugar ao Bameríndus, a residência do TIDICO, militar que lecionava Matemática, da ex 4ª Rodoviária, a célula mártir da CER/5. O pessoal de EMÍLIO CALHÁU, editor de nomeada, dono de uma gráfica e de um jornal, o pesso-

al do BOTU, a família do historiador ESTEVÃO DE MENDONÇA, cujo filho RUBENS resistiu tanto quanto pôde. Até que veio outro Banco e rachou-lhe toda casa. O Rubens morreu, deixou órfã muita gente. Inclusive a casa, pois D. Ivone, com medo que as paredes lhe caíssem na cabeça, tantas fendas havia nelas, mudou-se prás bandas do Coxipô. No lugar do JOÃO ALFREDO, está o enorme prédio, que leva o nome do casal. Mais longe, os FREITAS, com seu presépio inesquecível, o "Seo" CELESTINO amarrando o cavalo, junto ao poste da esquina onde morava, o solar do NHONHO DE MANDUCA, aquele povareu de gente, despendendo pelas janelas, numa alegria intensa, nunca vista. Tantas moças, normalistas, estudando junto, vozes e risos, à ufa. Festa diária. E D. CODÓ, alta estirpe, ce ga, atravessando a casa e dirigindo os trabalhos, pelo tato, pelo cheiro, pelos hábitos. E no fim, o Casarão! ... Depois dele, a pirambeira.

Hoje, o Casarão fica na Barão de Melgaço, porque, na rua do Campo, na segunda metade do século passado, morou também o Almirante AUGUSTO LEVERGER. O Casarão está cada vez menor ... já não tem as duas mesas grandes, separadas, cada uma com dois enormes bancos laterais, onde se sentavam os alunos e "Seo" ISAAC, à cabeceira. Junto dele, a palmatória. No fundo, junto à pedra, LÉLIA, sua filha, professora de Matemática, bamba nas reduções do sistema métrico e nos carroções com frações ordinárias. Engraçada a irreverência do cuiabano: Mes tres da maior envergadura, como ISAAC e NILO PÓVOAS, que manipulavam com domínio e familiaridade a gramática portuguesa e as páginas belas da Antologia Nacional, o cuiabano os chamava de Seo Isaac e Seo Nilo. O mestre, a que tinham direito, por mérito, acima de tudo, não lhe deram, à época em que deviam receber tal insígnia. Mas ... voltamos ao Casarão. No recreio, D. BITA vendia quei nadas, bolotas de rapaduras, enroladas em papel de seda, de várias cores. E a palmatória cantava, misturando medo com respeito. Enquanto isso, D. MARIANA permanecia alheia a tudo isso e D. NENE, atarefada, preocupada, com um jeito e um ar de quem está pedindo desculpas, por estar atrasada e ainda não ter feito o que devia. E a palmatória cantava, misturando castigo com saber, passa do com futuro. Sim, porque, não fosse ela, quanta gente hoje não seria gente! ...

Mas, tudo isso passou. O Casarão lá está, pequenino, sem grandeza, sem que ninguém lhe olhe e lhe descubra a majestade de um passado, que foi gerador de um futuro. Quem ainda se lembrará de "o quanto" o Casarão influiu nos destinos dos homens de hoje? Quantos? Por onde andarão os que lá habitaram, os que lá fizeram toda uma história, da qual participei, e outros muitos, como ator e platéia, ao mesmo tempo. Mestre Isaac ... há tanto tempo se foi ... Cuiabá sentiu-lhe a falta. Deve-lhe muito. E Lélia ... ensinou a tanta gente! ... Admirada pela competência ... respeitada pelo rigor, critério, responsabilidade, Lélia - figura miúda e tão distante, foi-se embora ... e ficou tão grande e mais perto ...

O Casarão passou ... mesmo que esteja lá, ainda hoje. Sem força, sem magnetismo, sem potência, sem misticismo. Já nem parece o que foi! ... Os que lá estiveram ... aos poucos, já se foram. Primeiro, para mais perto. Depois, para mais longe. E muitos, para nunca mais voltarem! ... Também pudera ... a romântica e a co-

CONCLUI NA PAGINA 16

## UMA "WALL STREET" CABOCLA

### CONCLUSÃO DA PAGINA 10

lhedora rua do Campo, tão cheia de quintais grandes, cobertos de mangueirais, tarumeiros, pés de pitombas e de pretas e adocicadas jabuticabas, seculares tamarineiros, virou WALL STREET sertaneja. Agressiva, trepidante, nervosa, apressada. Nela, o tempo é mais importante que o espaço. O verde dos pomares foi tragado pelo cinza do cimento dos paredões. Mas a ofensa foi tão grande, que os próprios Bancos que se instalaram na rua do Campo, e que a agrediram com a frieza do cinzento, destruindo o seu verde e substituíram o sol pela luz fria das "calhas de neon", estão a pedir desculpas, pela invasão. E tentam humanizar a selvageria das pedras, cobrindo-as de samambaias e flores, tentando redimirem-se da avalanche dos "arrasa-quarteirões", que expulsaram o riso, a calma e as gentes desta violentada rua do Campo. Durante o dia, um tumulto de supermercado, em época de boataria. À noite, o silêncio das cousas mortas ... Assim, a nossa WALL STREET cuiabana! ...

N.R.: Este artigo, de autoria do cronista e historiador cuiabano Octayde Jorge da Silva, é publicado no Suplemento Mensal do Diário Oficial do Estado como uma merecida homenagem ao mais novo acadêmico mato-grossense. Na noite do dia 7 de setembro de 1986, quando a Academia Mato-grossense de Letras comemorava 64 anos de fundação, nela ingressou o ilustre autor desta e de muitas outras crônicas que narram, com o encanto do início do século XX, doces e saudosas páginas da História de Cuiabá. É uma justa e merecida homenagem que o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional presta a uma das maiores expressões da cultura cuiabana contemporânea.



## CUIABÁ E O MITO DO ISOLAMENTO

Malgrado o decantado isolamento a que Cuiabá se submeteu no passado, como faz crer a maioria das obras que constituem a historiografia mato-grossense, este já mais se revelou de todo conforme numerosas indicações que apontam em contrário. O problema da distância não foi sumamente relevante numa época em que a dificuldade dos meios de transporte tornavam da mesma forma distantes entre si o resumido quadro urbano brasileiro, esparsos na vastidão do seu território. O desassombro dos primeiros exploradores em percorrer longos trechos, fartamente documentado na saga das entradas e bandeiras, minimizam a idéia de isolamento pelas distâncias, sobretudo em áreas bem servidas de rios navegáveis como em nosso caso. Raposo Tavares, partindo de São Paulo em 1647, cruzou os Andes no caminho para o Peru e retornou depois de percorrer 3.000 léguas. Os missionários jesuítas do Paraguai se comunicavam com os do Pará através de um longo caminho fluvial e terrestre: "Subiam o Paraquai acima até a foz do São Lourenço; por este acima até a foz do Itiquira, por este à serra; subiam por terra e com marcha de 15 léguas ganhavam as águas do Amazonas por intermédio do rio das Garças, e por ele abaixo até o Araquaiá, e por este ao Tocantins e ao Pará". (in "O Selvagem" de Couto de Magalhães). Alcyr Lenharo refuta a tese do isolamento chamando-a de mito em sua monografia "Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização" (edição NDHR/FUFMT) atribuindo-o à constituição de um ideal aristocrático localista, alimentado por uma historiografia de teor semelhante, seduzida pela prática laudatória das camadas dominantes. Quanto mais aparecem determinadas nuances de isolamento, maiores atribuições de tenacidade, heroísmo e virtudes afins têm sido associadas aos representantes do poder local.

A primeira indicação que temos diz respeito à transmutação da sede governativa da Capitania de São Paulo, a qual Mato Grosso se achava ligada, para Cuiabá em 1726, com a vinda do governador, Capitão General D. Rodrigo César de Menezes, acompanhado de numerosa comitiva em que somavam 3.000 pessoas, aqui permanecendo pelo tempo de um ano e meio. As minas de Cuiabá tornaram-se bastante conhecidas no Centro-Sul da colônia e na própria metrópole, conforme comprova a numerosa correspondência mantida entre si. (Ver "Negócios Coloniais", Luís Lisanti). Cuiabá constituiu na época um importante centro do Brasil Colônia. A criação da sua prelazia em 6/12/1745 pela bula *Candor Lucis Aeternae*, do papa Benedito XIV, com a nomeação do respectivo titular D. José Nicolau Coutinho Gentil, Bispo de Zoara, sem que contudo fosse preenchido o cargo naquela ocasião, o que só ocorreu em 1808 com D. Luiz de Castro Pereira, é um indicio significativo dessa importância. A vinda a Cuiabá em 1847 de dois prelados paraquaios para aqui serem sagrados bispos pelo nosso diocesano é outro fato revelador. Os acontecimentos de magna importância, de a quem e além mar sempre foram acompanhados com grande interesse em Cuiabá. Para a reconstrução de Lisboa arrasada pelo terremoto de 1751, contribuiu através dos seus engenhos na constituição do monte de 60.000 cruzados com que a Capitania socorreu a metrópole. A morte da rainha D. Maria foi solenemente comemorada com exéquias na igreja matriz de Cuiabá após a qual os participantes saíram em comitiva a "quebrar os selos e escudos reais".

Na formação da Marinha de Guerra Brasileira em 1825, para a compra dos primeiros navios através de contribuição popular, participou com vultuosos donativos principalmente sob a forma de soldos atrasados de funcionários e militares ou créditos vencidos da dívida pública (documentos avulsos arquivo NDHR/FUFMT). Por um serviço regular de Correios mantinha comunicações 3 vezes por mês com a Corte, Goiás, Minas Gerais e São Paulo em 1848, com os demais núcleos urbanos da província e ainda com Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. O período "post" guerra do Paraguai até as duas décadas do século seguinte apresenta um expressivo intercâmbio com a região do Prata e alguns países da Europa com os quais se ligava direta e indiretamente através das empresas de navegação que duas vezes por mês realizavam o circuito Cuiabá/Montevideú, portos in-

Jesus da Silva Brandão.

termediários, e o Rio de Janeiro.

A abertura do corredor fluvial do Prata, via navegação, colocou Mato Grosso em contato direto com os grandes centros do Brasil e do mundo, dos quais recebia mercadorias em grandes quantidades a ponto de reexportá-las para outras regiões do país e da Bolívia. Em 1894 o governo da República chegou a criar uma Mesa de Rendas Alfandegada em Cuiabá tendo em vista o volume do comércio que realizava com o exterior. Esta, entre tanto, não chegou a ser instalada devido ao conturbado panorama político da época. A criação de uma Zona Franca em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai, como forma de compensá-lo dos prejuízos que sofrera com a invasão arrasante, abriu os portos mato-grossenses para o comércio internacional. A total isenção dos impostos de importação e exportação até 1879 e as tarifas privilegiadas que se estenderam a princípios do século seguinte determinaram uma febre de consumo em que se incluíam produtos finos e sofisticados. Nas guias de importação expedidas pela Alfandega de Corumbá (arquivo NDHR/FUFMT) constam dentre outros: peixes em conserva, lagostas, mariscos e outras; salame, presunto e paio; passas, figos, avelãs e amendoas; vinho do Porto, champanhe, whisky, absinto, aniz, Kirsch e até água mineral de Vichy. Planos do tipo armário ou meia cauda foram introduzidos em grande quantidade para a época, a ponto de Cuiabá contar com um número que estimamos superior a 200 em 1945, quando a sua população não ultrapassava os 20 mil habitantes. Mantinha ativa correspondência com o exterior, conforme anuncia pelos jornais da época Antonio Antunes Galvão Sobrinho e Sebastião Ribeiro Galvão, por terem encetado correspondência comercial direta com a Europa. Generoso Ponce, político e alto comerciante, em correspondência datada de 24/4/1882 em certo trecho assim se expressa: "... aqui estou entre as grades do meu escritório a conversar agora contigo depois de ter palestrado muito com os orientais, argentinos, franceses, bifes, finalmente com os conspícuos heróis do grande mundo comercial..." (in "Generoso Ponce um Chefe, Ponce Filho, pg. 348).

As mais recentes manifestações do progresso técnico abordaram Cuiabá com pequeno intervalo de tempo em relação aos centros mais avançados do litoral. A navegação a vapor introduzida no Brasil na década de 1840 e que só aparece organizada sob a forma de empresas em 1856 aqui surgiu em 1859. A iluminação a gás acetileno em 1873, o telégrafo em 1890 e no ano seguinte o transporte urbano por bondes. Vê-se que as inovações tecnológicas atingem Cuiabá com uma diferença média de 10 anos, relativamente curta, ressalvadas as devidas proporções para a época. A revolução de 1906 em Cuiabá foi noticiada com grande destaque pela imprensa portuguesa. O "Diário de Notícias" e "O Século", importantes jornais lisboetas, trazem com apenas uma semana de decorridos, os últimos sucessos daquele movimento, em notícias de primeira página ilustradas com "fac-símiles" das fotografias dos principais envolvidos e vistas de Cuiabá. Também os jornais da Capital da República deram farta divulgação aos acontecimentos.

Cuiabá no passado foi também conhecida como cidade de culta, conceito de que gozava na Capital Federal, graças aos esforçados mato-grossenses que aqui iniciaram seus estudos e depois ocuparam cargos de projeção nacional. Joaquim Murinho, como Ministro da Fazenda no governo de Campos Sales, ganhou fama de notável financista; Manoel Murinho, seu irmão, foi ministro do Supremo Tribunal Federal. Dom Aquino Corrêa foi membro da Academia Brasileira de Letras, o marechal Cândido Rondon era reconhecido internacionalmente como desbravador dos sertões e geógrafo de nomeado. O marechal Eurico Gaspar Dutra foi Ministro da Guerra e presidente da República. Antonio Azeredo e Filinto Müller foram ambos vice-presidentes do Senado. No início do século, Cuiabá contava com seis jornais e um modelar estabelecimento gráfico. Casa Avelino de Siqueira, que funcionava também como editora, chegando a imprimir diversas obras de escritores mato-grossenses.

## A REPRODUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NAS MINAS DE CUIABÁ

Elizabeth Madureira Siqueira

No período em que floresceram as minas na região de Cuiabá, governava a Capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses, o qual sucedeu a D. Pedro de Almeida Portugal, conde de Assumar, Rodrigo César foi nomeado a 5 de abril de 1721, tomando posse do cargo a 6 de setembro do mesmo ano, e segundo Washington Luís o referido governador pertencia a uma das mais nobres famílias de Portugal: "Pelo seu nascimento o novo governador era fidalgo de linhagem e pertencia a uma das mais nobres famílias de Portugal. A varonia de sua casa era Cesar, e procedia de Pedro Pires Cesar, cidadão de Leiria, que já andava nomeado no foral que D. Sancho I deu a essacidade em 13 de abril de 1195. Seus antepassados concorreram e participaram das glórias de Portugal, praticando façanhas em Asia e África, onde se ilustraram".

Rodrigo César representava em São Paulo o poder absolutista português e a ele coube administrar uma Capitania potencialmente rica, pois o ouro das Gerais já havia sido descoberto e o de Mato Grosso o havia recentemente assegurando para a Fazenda Real o maior rendimento possível. Para tanto, intencionava o referido governador passar às minas de Cuiabá, com a finalidade de verificar "in loco" a situação real, seja das jazidas, seja da forma como estavam sendo arrecadados os "quintos" pertencentes à coroa portuguesa, seja com a tarefa primordial de, pois, implantar a máquina administrativa fiscal, necessária ao bom desempenho político e econômico da região.

Em correspondência com seu primo Luís Saldanha de Albuquerque, governador da capitania do Rio de Janeiro, testemunha o governador paulista, desde 1721, sua intenção de ir até as minas cuiabanas; no entretanto, um fator obstaculava sua ida, somente ocorrida em 1726, qual seja a necessidade de dizimar qualquer tipo de poder local na região mineira, ou conseguir, politicamente, a adesão dos "poderosos" regionais à sua causa e intenção. Este poder local nas minas de Cuiabá era representado pelos irmãos João e Lourenço Leme, os quais foram perseguidos e posteriormente mortos a mando de Rodrigo César, não deixando o mesmo de ter, anteriormente aos crimes, tentado aliciar um deles para o seu lado.

Na documentação relativa à correspondência de Rodrigo César encontramos relatos importantíssimos e descrições minuciosas os quais nos permite reconstruir o fato, levando-se em consideração a parcialidade da documentação, elas nos permite reconhecer o temor que nutria o governador daqueles a quem denominava de "régulos" Lemes. Este temor advinha ao perigo e ameaça que os mesmos constituíam, frente à necessidade do governador de se impor enquanto representante do poder central. Por outro lado, um forte poder nas regiões auríferas de Cuiabá poderia provocar, frente às imposições fiscais e aos desmandos e nomeações aleatórias à realidade regional, um perigo de insurreição comandada por essa força local.

Na bibliografia pesquisada a maioria dos autores se refere aos irmãos Leme como marginais, violentos e desrespeitosos, porém não passam da acusação para o concreto. Washington Luís cita no capítulo 49 algumas passagens sugestivas as quais servem para melhor elucidar essa linha de interpretação: "Valorosos e atrevidos, eram os primeiros a se atirarem às passagens mais arriscadas; generosos até a prodigalidade; caprichosos e autoritários, desdenhavam as vontades acima das suas, não conheciam as que estavam abaixo; despóticos, decidiam as questões ao estrondo das armas; vingativos até ao requinte da cruel

dade, deveriam ser odiados, mas eram temidos e respeitados". Na realidade, nos primórdios da mineração em Cuiabá, com governo insipiente, os Lemes conseguiram se impor pela liderança que exerciam. A nomeação de Fernão Dias Falcão para o posto de Cabo maior, se fez em detrimento do apoio dos Lemes e "por ventura, os novos eleitos tiveram velleidades e independência, porque, mais tarde, elles hão de empenhar-se, fazer questão capital da demissão de Fernão Dias Falcão, o cabo maior regente, eleito por influencia sua".

De fato, a nomeação do tenente coronel João Antunes Maciel ao posto de Superintendente Geral das Minas e de Fernão Dias Falcão como capitão-mor regente, foi uma surpresa para o descobridor das minas, Pascoal Moreira Cabral, o qual havia solicitado ao Rei D. João V, em carta de 15 de julho de 1722, a confirmação de seu posto de Guarda-mor das minas e a nomeação para o posto de capitão-mor regente, e até então, não obtivera resposta. Ao monarca português tornou difícil emitir um parecer, sem antes consultar o governador Rodrigo César de Meneses, o que se fez através de uma provisão. A resposta do governador paulista foi desfavorável à nomeação de Pascoal Moreira: "... e pello que respeita ao posto que pede de Capitão mor Regente se lhe não deve de sorrir assim pela idade comq' seacha, como pella pouca disposição eactividade, que tem p<sup>a</sup> semelhante incumbencia".

A carta de Pascoal Moreira é datada de 13 de agosto de 1724 e a nomeação de João Antunes e Fernão Dias Falcão ocorrera a 23 de junho de 1724, concluindo-se que a escolha dos representantes do poder, a nível regional, já havia sido negociada, sob, naturalmente, a influencia dos "régulos", aos quais Rodrigo César denomina de feras: "... Em o novo descobrimento das minas do Cuyabá assistião dois homes irmãos, ou p<sup>a</sup> melhor dizer duas feras, que assim o merecem as tiranias de que uzavão e porq' se fazia preciso atalhalas aplicando lhe o remedio conveniente, o qual fazia dificultozo aquella distancia ...". Rodrigo César resolve, inicialmente, convidar um dos dois irmãos a assumir o posto de Provedor dos Quintos das minas de Cuiabá, o que pode parecer contraditório, porém para conseguir se afirmar enquanto poder, o referido governador utilizou esta estratégia para o fortalecimento deste mesmo poder. Ainda em carta o governador deixa clara essa política intenção: "Passados alguns dias, procurando pesoa capã da incumbencia dacobrança dos quintos naquelas Minas enq<sup>to</sup> eu nellas não passava, assentarão todos os q' acima nomeio ser mui conveniente prover por hora aquella occupação em hum dos dous Irmãos, assim por ser mais capã de deter reforma como porq' o seu Respeito fãcilitaria melhor a cobrança e attendendo aq' me Representarão, pornão acharlhe outro Remedio lhe mandey passar aprovizão ...". Essa atitude de Rodrigo César, tomada em conjunto com a Câmara de São Paulo, deixa claro o temor que os mesmos nutriam em desagradar aos Lemes, assim como justificavam os meios para atingir o fim necessário, qual seja a afirmação do poder luso, garantindo o aumento das rendas da Coroa.

A maioria dos autores se refere a esse episódio argumentando que os Lemes não aceitaram os cargos oferecidos. Na realidade foi oferecido apenas um cargo, o de provedor dos quintos das minas de Cuiabá. Ao tomar conhecimento da proposta, através de provisão, os Lemes solicitaram que se concedesse também o de Mestre de Campo Regente. Dessa forma ficariam de posse de dois cargos de

fundamental importância. A Câmara e o governador não aceitaram conceder a segunda nomeação, tomando o gesto dos Lemes como insolência. Na realidade a proposta dos "rêgulos" era a contrapartida da oferta do governador ou seja, seria assegurado aos dois irmãos a legitimidade dos dois postos ou então não poderia haver negociação. Um trecho da documentação deixa claro este particular: "... e remetendo lhe (provisão) ao conselho o malevoloso doseu coração, tão mal que me respondeu com tal desatenção, como a de mandarme dizer q' lhe não ficava lugar p.<sup>a</sup> asseitar o provimento senão acomodasse a seu Irmão enoposto de Mestre de Campo Regente, eq' me ficasse embora, pois elles se embarcavão p.<sup>a</sup> seguir asua viagem cuja resolução e in solencia me despertarão p.<sup>a</sup> logo dar lhes o castigo q' me reição ...".

Inicia-se então, por parte do poder instituído, uma violenta e sangrenta perseguição aos Lemes, a qual culminou, após vários meses na prisão e posterior morte, não só dos rêgulos, mas de toda escravidão negra e indígena que os acompanhava. Para que Rodrigo César de Meneses pudesse passar às minas de Cuiabá, necessário se fazia extinguir o poder local. O episódio da perseguição e morte dos irmãos Leme deu ao governador, condições de se impor à vista dos paulistas, os quais, segundo ele dizia, viviam com muita "soltura", isto é, liberdade, a qual não era vista em nenhum outro povo da colônia. A partir daí a correspondência do governador é toda elogiosa aos paulistas, pela bravura em entrar pelos sertões, chegando do mesmo a dizer que: "... não só serem obedientes as Justeças, mas estarem prontos, p.<sup>a</sup> tudo aquilo que lhes em carregado do Real Serviço de V. Mag.<sup>a</sup>. Em menção tem custado do tam pouco fazerlhes conservar aquella constancia necessaria p.<sup>a</sup> haverem decontinuar nas diligencias, dos descobrimentos, que são estes homens nacerão p.<sup>a</sup> semelhante impreza".

Após ter consumido definitivamente com o poder dos Lemes e inculcado respeito aos paulistas é que Rodrigo César conseguiria, com tranquilidade, passar às minas de Cuiabá, o que veio a realizar em 1726. As intenções do governador frente às minas cuiabanas eram eminentemente voltadas para a instauração do aparato jurídico, político e fazendário. Antes de sua partida para as minas de Cuiabá recebera Rodrigo Cesar ordem régia determinando o ouvidor que o acompanharia às minas. Antônio Alves Larbas Peixoto. Com sua chegada à região cuiabana foram imediatamente criados os postos de provedor da fazenda real, mantendo-se ainda os de provedor dos quintos e do Registro e entradas. Em abril de 1728 procedeu-se oficialmente à primeira lotação dos oficiais de justiça e fazenda.

Seria interessante fazer um retrospecto da cobrança de impostos, antes e depois da chegada de Rodrigo César às minas de Cuiabá, para que se possa tecer reflexões a respeito do real objetivo de sua vinda à região, qual seja a implantação do aparato fiscal, jurídico e político, reproduzindo e incorporando a região ao sistema.

ANO	QUANTIDADE DE OURO
1720	3 oitavas e três quartos: amostras de ouro
1721	150 oitavas: amostras de ouro
1723	4 arrobas de ouro: primeiros tributos arrecadados
1724	3.805 oitavas
1725	8.953 oitavas
1726	16.727 oitavas, sendo 5.665 oitavas referentes ao Registro
1727	35.210 oitavas
1728	14.263 oitavas relativas ao Registro, sendo que o ouro retirado das minas foi levado para

São Paulo para ser quintado na Casa de Fundição.

Pela tabela acima verifica-se que de 1720 a 1725 a arrecadação tributária foi diminuta em comparação aos anos de 1726 e 1727, apesar de que, nos dois anos anteriores tivessem as minas o seu apogeu, sendo que em 1727 já se verificava sinais visíveis de decadência da produção aurífera. No entanto, a arrecadação da real fazenda aumentou nos três últimos anos, fator este explicável pela chegada do governador e a regulamentação incisiva na cobrança dos tributos. Com ele ocorreu, através da implantação de um opressor sistema fiscal, um aumento substancial das taxas tributárias. Para melhor explicitar este particular segue tabela relativa à cobrança dos impostos.

ANO	FORMA DE COBRANÇA																
1720	Não havia se estabelecido uma forma padrão para a arrecadação dos impostos																
1723	2 oitavas e meia por pessoa que minerasse ou exercesse qualquer officio, fosse ela branca, negra ou índia																
1724	<table border="0"> <tr> <td>cada pessoa</td> <td>6 oitavas</td> </tr> <tr> <td>cada escravo negro ou índia</td> <td>3 oitavas</td> </tr> <tr> <td>carga de seco e molhado</td> <td>2 oitavas</td> </tr> <tr> <td>venda ou loja</td> <td>11 oitavas</td> </tr> <tr> <td>oficial de qualquer officio</td> <td>11 oitavas</td> </tr> <tr> <td>traficante sem loja</td> <td>6 oitavas</td> </tr> <tr> <td>entrada de negro pela 1.<sup>a</sup> vez</td> <td>2 oitavas</td> </tr> </table>	cada pessoa	6 oitavas	cada escravo negro ou índia	3 oitavas	carga de seco e molhado	2 oitavas	venda ou loja	11 oitavas	oficial de qualquer officio	11 oitavas	traficante sem loja	6 oitavas	entrada de negro pela 1. <sup>a</sup> vez	2 oitavas		
cada pessoa	6 oitavas																
cada escravo negro ou índia	3 oitavas																
carga de seco e molhado	2 oitavas																
venda ou loja	11 oitavas																
oficial de qualquer officio	11 oitavas																
traficante sem loja	6 oitavas																
entrada de negro pela 1. <sup>a</sup> vez	2 oitavas																
1725	<table border="0"> <tr> <td>cada batêia</td> <td>6 oitavas</td> </tr> <tr> <td>oficial de qualquer officio</td> <td>14 oitavas</td> </tr> <tr> <td>venda ou loja</td> <td>32 oitavas</td> </tr> </table>	cada batêia	6 oitavas	oficial de qualquer officio	14 oitavas	venda ou loja	32 oitavas										
cada batêia	6 oitavas																
oficial de qualquer officio	14 oitavas																
venda ou loja	32 oitavas																
1727	<table border="0"> <tr> <td>cada cabeça de gado</td> <td>3 oitavas</td> </tr> <tr> <td>cada cavalgadura em pelo</td> <td>3 oitavas</td> </tr> <tr> <td>(estes dois impostos eram pagos no Registro)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>casa de truque de taco</td> <td>128 oitavas</td> </tr> <tr> <td>cada forno</td> <td>28 oitavas</td> </tr> <tr> <td>cada official</td> <td>28 oitavas</td> </tr> <tr> <td>loja ou venda</td> <td>58 oitavas</td> </tr> <tr> <td>carga de seco ou molhado</td> <td>64 oitavas</td> </tr> </table>	cada cabeça de gado	3 oitavas	cada cavalgadura em pelo	3 oitavas	(estes dois impostos eram pagos no Registro)		casa de truque de taco	128 oitavas	cada forno	28 oitavas	cada official	28 oitavas	loja ou venda	58 oitavas	carga de seco ou molhado	64 oitavas
cada cabeça de gado	3 oitavas																
cada cavalgadura em pelo	3 oitavas																
(estes dois impostos eram pagos no Registro)																	
casa de truque de taco	128 oitavas																
cada forno	28 oitavas																
cada official	28 oitavas																
loja ou venda	58 oitavas																
carga de seco ou molhado	64 oitavas																
1728	<table border="0"> <tr> <td>cada batêia</td> <td>7 oitavas</td> </tr> <tr> <td>(o restante como no ano anterior)</td> <td></td> </tr> </table>	cada batêia	7 oitavas	(o restante como no ano anterior)													
cada batêia	7 oitavas																
(o restante como no ano anterior)																	

Como se pode observar os impostos que, desde 1723 até 1727 eram cobrados pelo sistema de captação, sofreram uma taxaço substancial a partir de 1726, data da chegada do governador paulista às minas de Cuiabá. A partir de 1728 suspendeu-se a cobrança de impostos pelo sistema de captação, sendo implantado o sistema de quintação, o que era feito junto à Casa de Fundição de São Paulo, sede da capitania. Desta maneira, o ouro arrecadado nas minas deveria ser enviado à capital com a finalidade de ser quintado. O período em que esteve nas minas de Cuiabá, o governador Rodrigo César de Meneses é marcado por uma grande evasão populacional para os sertões dos Parecís, em busca de índios, cu para Goiás; essa evasão é justificada pelo agravamento da forma que foram arrecadados os impostos, tarefa a que havia se proposto o governador paulista. Por outro lado, a produção aurífera das minas cuiabanas já demonstravam evidentes sinais de decadência e com a pressão fiscalista, ocorreu um incentivo para a referida evasão.

INDIHR

## IDEOLOGIA E SABER DA DONA-DE-CASA

Maria Luiza Canavarros Palma.

A partir de uma exposição feita por Marta Suplicy (psicóloga), cujo assunto era "Emancipação da Mulher", colocamos estas nossas idéias, procurando completar as dela. Discorria Suplicy, naquela oportunidade, sobre as etapas pelas quais passa a mulher brasileira no processo de conquista de seu espaço. O carinho para essa liberação era, pela sua exposição, através do sexo e do trabalho. Aludia Suplicy ao fato de que, há algum tempo, as revistas femininas têm como tônica as "receitas" de como fazer torta de abacaxi, como prender seus maridos, etc. Hoje, a receita de revistas como Nova, por exemplo, é sobre o dever de a mulher alcançar o orgasmo, como chegar a isso. Pois bem, Suplicy mostra nenhuma mudança ocorrida nas padronizações dessas receitas no que diz respeito a sexo.

Associamos seu comentário sobre a pseudocônsua no campo sexual, com o que ocorre no campo do trabalho. Há alguns anos, as mulheres (de classe média) de veriam ficar em casa, deveriam cuidar dos filhos e, principalmente, deveriam pajear o marido. Trabalhar significava romper com os valores da estrutura familiar dada. Hoje, a receita é semelhante, embora oposta. As mulheres devem sair, devem trabalhar fora, devem buscar seu sustento, para sua emancipação. Ora, o que está por debaixo do pano desses dois momentos históricos? A idéia de dever, de cumprir os passos dados, de fazer o que seu mestre manda está presente sempre. Está sempre marcada a presença de um sujeito-mandante. Tanto no passado como hoje a imagem do sujeito é encarnada na figura do marido - antes não consentiam a participação, hoje, "bonzinhos", já começam a aderir. Mas também os maridos, nesta cena, entram de atravessado, pois a verdade não é bem essa. O sujeito mandante situa-se no nível social e os próprios maridos, assim, são peças desse sistema. Esse sujeito-mandante se apresenta ao mesmo tempo em que se oculta. Daí a dificuldade no processo de descoberta, dificuldade essa necessária. E a conquista desse "consentimento" é tida como uma conquista das mulheres, do movimento feminista. Mas será mesmo isso?

Temos ouvido, frequentemente, de "antigas" donas-de-casa, afirmações tais como:

"...meu marido me deixou trabalhar só agora..."  
P.L.

"...ele montou uma boutique prá mim..." C.C.

"...agora tenho meu dinheiro... não devo nada a ele..." I.C.

"...antes eu era burra, só trabalhava dentro de casa..." O.S.

Estas declarações revelam conflitos sérios. E é neles que pretendemos nos instalar. Ao mesmo tempo que essas ex-donas-de-casa se dizem satisfeitas por trabalhar fora, dizem também que os maridos é que acabaram permitindo tal atividade. E por que eles consentiram? Por bondade? Por entenderem que a mulher encontra-se numa nova fase? Que já não é possível a mulher ser tão estigmatizada assim? Ou será que hoje está havendo necessidade de a mulher "contribuir financeiramente" na casa? Que o salário do marido não basta? Que ela, como mão-de-obra disponível, precisou ser utilizada? Esta segunda face da moeda muito raramente vem à tona, quando se trata de classe média. Conquista feminina ou ideologia? Mais uma na cabeça das mulheres? O que mudou, realmente, na condição da mulher?

Essas declarações femininas e muitas outras devem ser analisadas não apenas na sua superficialidade, não só naquilo da linguagem que foi dito, mas também no não dito, naquilo que se deixou de dizer pelo dito. A filosofia não clássica nos dá contribuição nesse sentido. Trata-se da natureza do saber ou do conhecimento. Se concebermos o saber como algo produzido socialmente e levarmos em conta as condições de produção desse saber, compreenderemos melhor o valor atribuído ao saber da dona-de-casa e tudo que se encontra por trás dos bastidores com respeito a ele. Experiência de vida diferentes, valores diferentes, crenças diferentes produzem saberes diferentes. Assim, não há um saber universal, único; há saberes, múltiplos, diversos. O saber da dona-de-casa constitui um tipo de saber, do científico outro, do homem rural outro, do artista outro, do técnico outro. O que faz com que um desses saberes seja "melhor" que outro? Se buscarmos o critério dentro do próprio saber, a resposta é: NADA! Mas a resposta está no social, na organização social. Há organizações que privilegiam saberes ou até elegem um tipo de saber como o universal ou o melhor. No ocidente, parece-nos que o saber científico ocupa esse lugar. E o saber técnico advém dele, do saber sobre o mundo burocrático, o mundo hierarquizado.

Aqui, um elo com o que Marilena Chauí diz, quando caracteriza o discurso competente, deve ser feito. Diz ela:

"O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizadas segundo os cânones da esfera de sua própria competência".

O discurso competente, para existir, deve pressupor a existência do discurso incompetente. A relação aqui é necessária. Isto está muito próximo do saber da dona-de-casa.

E o saber da dona-de-casa é representado como o incompetente. De que trata ele? Da educação da criança, do preparo de alimentação, das preferências do marido, do ajeitamento da casa, etc. Este é o exemplo prototípico; podem ocorrer outros saberes aí mesmo. Isto tudo, numa organização social onde o tecnológico e o burocrático ditam as regras do jogo, a boa cortada não poderia, como era de se esperar, ser dada pela dona-de-casa. Assim quando a dona-de-casa afirma que "deixou de ser burra", agora, porque trabalha "fora" há duas implicações que devem vir à tona:

1) considera ela (como todo o contexto) seu saber lixo, acreditando essa nulidade fazer parte do próprio saber; o que não é verdade. Isso está associado à oc

CONCLUI NA PAGINA 12

## IDEOLOGIA E SABER DA DONA-DE-CASA

Maria Luiza Canavarros Palma.

### IDEOLOGIA E SABER DA DONA-DE-CASA.

ganização social, como já enfatizamos;

2) desconhece ela as implicações ideológicas que perpassa sua cabeça social, acreditando que, para se emancipar, deve unicamente trabalhar fora e ser remunerada.

Será que as coisas se passam dessa forma? Será que as mulheres que trabalham fora se emancipam porque trabalham? Talvez o trabalhar fora, consciente de todas as tramas e os dramas que envolvem a necessidade deste trabalho, seja mesmo uma das possíveis vias para essa emancipação. Talvez, também, as tramas e os dramas que envolvem a necessidade deste trabalho, seja uma das possíveis vias para essa emancipação. Então, o problema maior não se encontra no fato de trabalhar fora ou não. O problema está no saber que o seu saber é um dos saberes possíveis. Diferente de outros, mas só hierarquizado ou estigmatizado por implicações econômicas e ideológicas. O problema está no saber que sua "saída de casa" está sendo necessária, que o uso de sua mão-de-obra está-se fazendo imprescindível. Não há apenas uma conquista feminina, a ela está associada ou por trás dela está uma necessidade econômica. A mulher, portanto, está sempre cumprindo um papel social que lhe é imposto, seja este ou aquele.

O corte então é de enviesado. Há toda uma ideologia imposta para as mulheres. Há todo um processo de manipulação de cabeças por aí, rodopiando pelo contexto

### CONCLUSÃO DA PÁGINA 10

maior. E é bom que isto tudo venha à tona. E é que essas implicações ideológicas sejam desvendadas, transformando essa ideologia num instrumento de ação deliberada sobre a atual história. E é esta preocupação, preocupação com o saber da dona-de-casa, que nos preocupa. Que nos deixa boquiabertos quando ouvimos declarações de que esse saber é lixo ou não é nada. Que devem sair de casa para serem valorizados. ... Os mais desavisados ou mais apressadinhos, poderiam interpretar estas colocações como conservadoras, como portadoras de uma ideologia que se identificaria com a mais tradicional. Nada disso. É exatamente o contrário. É evitar a queda para a forma mais moderada do conservadorismo, agora vestido de "emancipado", disfarçado talvez.

Acreditamos ser necessário dizer que a luta feminina pode ser conseguida, usando como um dos instrumentos a saída da mulher para o trabalho fora. Mas isso não basta. É pouco demais. O simples "trabalhar fora" não emancipa em coisa alguma. A participação mais ampla, seguida ou buscada pela própria mulher, seria a melhor saída. E essa participação poderá existir com a "mulher" fora ou "dentro", mas nunca com ela "por fora"! É preciso que ela atue nesse sentido, conhecendo os mecanismos de coerção que a impedem e ainda a impedem de optar, de decidir por sua própria vontade, de escolher entre "ficar dentro" e/ou "ficar fora"! Este, parece-nos por não ter sido o primeiro, poderia ser o segundo momento do movimento feminista.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR

## UM SENHOR DE ENGENHO SIMPLES E OPEROSO

Luís-Philippe Pereira Leite, do  
Instituto Histórico e Geográfico de  
Mato Grosso.

Em Mato Grosso, na era imperial, destacam-se, per-  
sonalidades eminentes como a do Almirante Augusto Lever-  
ger, bretão que, em 1824, ofereceu os seus serviços à  
Marinha Brasileira, prestando-lhe, e ao Estado, os mais  
relevantes serviços, a ponto de o Governo Imperial lhe  
conferir o título de Barão de Melgaço, vindo a falecer  
em Cuiabá, faz um século atrás, evento agora assinala-  
do com a inauguração do seu bronze em praça pública, com  
a presença do insigne Almirante Maximiano Eduardo da da  
Silva Fonseca, Ministro da Marinha, que se fez acompa-  
nhar das mais altas figuras do Almirantado brasileiro.  
Ocorre, nesse 3 de outubro de 1980, o centenário da  
morte de outro personagem ilustre. Trata-se do major  
João Carlos Pereira Leite, nascido no Engenho da Jacobi-  
na, próximo de Cáceres, antiga Vila Maria, em 4 de no-  
vembro de 1816. Era o segundo dos 10 Pereira Leite do  
consórcio do Comandante do Destacamento de Vila Maria,  
Cel. João Pereira Leite, com a única filha de Leonardo  
Soares de Souza - um dos fundadores de Vila Maria, em 16  
de outubro de 1778 - e de Ana Maria da Silva. Maria Jo-  
sefa de Jesus Leite, nascida em 1801, contava pouco  
mais de 12 anos quando se consorciou com o Cel. João Pe-  
reira Leite, mas exerceu papel preponderante na direção  
do Engenho, sucedendo a seu pai Leonardo, a sua mãe Ana  
Maria, e a seu esposo João, vindo a expirar aos 87 anos,  
por ocasião da promulgação da Lei Áurea. Maria Josefa  
preendeu a disciplina do trabalho com sua mãe Ana Maria,  
conhecida como Nhanhã Velha, mulher que impressionou o  
escrivão da Missão Científica do Barão Langsdorf, Con-  
sul da Rússia, que, em 1827, esteve no Sítio da Jacobi-  
na, fazendo Hércules Florence interessantes observações  
sobre aquela matriarca. João Carlos aproxima-se dos seus  
17 anos quando o seu pai, Cel. João Pereira Leite, fale-  
ceu aos 6 de setembro de 1833, após inestimáveis servi-  
ços ao reino e ao Império, que o galardoou com o títu-  
lo de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e com a Ordem  
de São Bento de Aviz, cujas insígnias, na dupla qualida-  
de de trineto e de Presidente do Instituto Histórico e  
Geográfico de Mato Grosso, entreguei ao Museu de Cáceres  
no bi-centenário da fundação da Cidade. Embora exigente,  
João Carlos tinha coração generoso. O dever não o impe-  
dia de praticar a justiça. Com o passar dos anos, forma  
a própria personalidade, sabendo compor a dureza daque-  
le matriarcado com a própria iniciativa e a independên-  
cia na apreciação e na solução dos problemas que se lhe  
apresentavam. Muito cedo percebeu que, em virtude do  
primogênito Joaquim não ter condições físicas e intelec-  
tuais para cuidar da família numerosa, tomou a si o en-  
cargo e o faz com incedível desempenho. Do mano caçu-  
la, Pedro Nolasco, órfão aos 8 meses, se fez pai e o e-  
ducou com extremado carinho, até fazê-lo médico e o pri-  
meiro mato-grossense a doutorar-se em Medicina. Doou à  
cidade de Cáceres a área do cemitério São João Batista  
e muitas outras benemerências legou à Cidade, cuja Ata  
de Fundação seu avô, Leonardo Soares de Souza, assinara.  
Na guerra de 1864 a 1870, comandou o Sexagésimo Segundo  
Batalhão Imperial, que cooperou na retomada de Corumbá,  
e o fez com os próprios recursos, sem ônus para o Impé-  
rio, que em diferentes épocas, o galardoou com o títu-  
lo de Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, com a Medalha

de Campanha da Guerra e com a Ordem de Cristo. Na paz e  
na Guerra, sua mãe Nhanhã Grande a ele próprio mandavam  
muitos víveres para a subsistência do Forte de Coimbra.  
Durante a peste que assolou Cuiabá, estabeleceu quaren-  
tina na Jacobina, impedindo que a peste atingisse a Ci-  
dade de Cáceres. A figura do Major João Carlos, entretan-  
to, cresce de vulto no evento do asilo que concedeu ao  
Dr. Francisco Sabino da Rocha Vieira, médico e Chefe da  
revolução baiana de 1837. Condenado pela justiça no ano  
seguinte, foi desterrado para Goiás e, depois, o seu  
confinamento foi determinado para Vila Bela. Já velho e  
alquebrado, encontrou fraternidade em outubro de  
1844, na Jacobina, onde permaneceu até 25 de dezembro  
de 1846, quando faleceu e foi sepultado na pequena Igre-  
ja local da Jacobina, dedicada a Santo Antonio, ao lado  
dos meus antepassados. Na concessão deste asilo, João  
Carlos foi, antes de tudo, humano e cristão, prestando  
a Sabino, na lápide de madeira que fez lavrar, a homena-  
gem mais encarnada à ciência e ao saber. Nada o deteve,  
na sua determinação. Sob sua custódia estava um homem,  
no fim da vida agitada, que precisava da mão forte que  
o amparasse de qualquer rigor da lei. João Carlos foi  
a lei maior na proteção a Sabino e, aqui, ao meu ver, o  
seu maior padrão de glória. Foi Senhor de Engenho; foi  
simples e operoso; foi exigente e disciplinado; foi de-  
dicado e foi um grande homem.



## CHÁ E CUIABANÊS

Antônio de Arruda

O confrade Octayde Jorge da Silva, em uma de suas deliciosas crônicas, em que rememora com bom humor fatos, pessoas e costumes de nossa terra, referiu-se ao chá cuiabano. Um chá que se compõe de várias iguarias... menos chá. Essa referência me fez recuar o pensamento para dias remotos e ouvir a voz suave de minha mãe conclamando o pessoal:

- O chá está na mesa

Nosso chá era variado. Havia o leite, o café, o chocolate, pão, bolos. Havia também o mate queimado na brasa que se tomava sem misturar: nunca desnatado com leite ou outra bebida. O que raramente parecia era o chá... Nosso chá, como as duas refeições principais era servido na varanda, em extensa mesa, primeiramente a meu pai e aos filhos menores, depois aos filhos mais velhos com os caixeiros. Simultaneamente, servia-se uma outra mesa menor aos tropeiros e peões, no alojamento que lhes era destinado. Ao todo, trinta pessoas em média, em cada refeição. Aos que acham exagerado esse número lembro que éramos onze irmãos e mais dois ou três adotivos. Havia ainda dois caixeiros, cozinheira, copeira, lavadeira, peões, tropeiros, fregueses de meu pai, além de pessoas que eventualmente assistiam em nossa casa, durante dias e até meses (quando, por exemplo, uma madre brigava com o marido e lá ia com os filhos). Não faltavam também os que iam "passar dia". Esta era uma verdadeira instituição, hoje talvez em desuso, mas em vigor naquele tempo. Era comum então ouvir-se: - "Olhe, domingo, vou passar dia em sua casa". Esse "passar dia" significava que o visitante - ou as mais das vezes a visitante - fazia jus desde o chá até o jantar.

Minha mãe presidia a essa árdua faina com serena energia e nunca impaciente. Acompanhava o trabalho das empregadas na cozinha, ajudava-as, temperava os bolos e doces. Uma tarefa ela se reservava: ralar e servir o guaraná, de manhã e à tarde, para todo o pessoal, inclusive os filhos menores. Aos serviços ela oferecia laranjada, cajuada ou coisas assim. Tínhamos convivas habituais, alguns vindos de Várzea Grande ou de outras povoações mais distantes - amigos e correligionários de meu pai, todos firmes no velho Partido Conservador. Outros eram menos frequentes, como o Major Firmo Rodrigues, Frederico Pedro de Figueiredo, João Batista de Campos, que às vezes atravessavam a barca e iam tomar chá conosco. Outro visitante ilustre era o Dr. João Vilasboas, amigo e chefe político de meu pai, que de vez em quando nos dava a honra e o prazer de almoçar em nossa casa.

Não havia convites especiais para essas ocasiões. Os amigos chegavam, reuniam-se em grupo na loja ou na sala de visitas, participavam da conversa, aceitavam sempre um aperitivo - cerveja ou vinho do Porto. Alguns preferiam uma cachacinha, para rebater o calor ou o frio, conforme o caso... Isso tudo nos tempos de bonança, quando morávamos do outro lado do rio-Pois, mais tarde, as coisas se modificaram. Mas isso não vem ao caso. Voltemos ao chá. Em nosso chá, o acompanhamento era o pão francês vindo da Várzea Grande que o padreiro, a cavalo, levava em dois grandes balaios. Mas o que apreciávamos mesmo eram os bolos, preparados por minha mãe. No diário, era o bolo de arroz, assado em caçarola com brasa sobre a tampa. Esses bolos eram feitos de manhã e a tarde, para a sobremesa do jantar, servido com o mate queimado. Meu pai cortava-os em fatias, cabendo a primeira delas a um participante habitual, o Hermes, e de meus companheiros de brinquedos. Na hora exata, o

Hermes chegava sorratamente, postava-se no limiar da porta da varanda, recebia sua parte do bolo e saía tão silenciosamente como tinha entrado. Aos domingos, ascendia-se o forno de barro da cozinha e tínhamos então o bolo de arroz, o bolo de queijo, o francisquito e eventualmente o pão-de-ló.

Longe de Cuiabá, perdi de vista o chá, pois só ouço falar em café, café de manhã ou, às vezes, em breakfast (em hotel). Mas o chá ficou em meu subconsciente, como ficaram outros termos que vejo constantemente substituídos por outros. Assim, continuo falando em ata (ao invés de fruta de conde), bananinha (ao invés de banana), papagaio (não pipa) e assim por diante. Esse apego aos falares cuiabanos me tem causado alguns mal-entendidos. Certa vez, de passagem por São Paulo, em um hotel, chamei pela camareira e pedi-lhe:

- Por favor, tragame o chá.

Daí a pouco, vem ela com a bandeja, com leite, pão, biscoitos, manteiga, geléia e... chá. Vendo isso, perguntei-lhe:

- Este hotel não tem café?

- Tem, mas o senhor pediu chá.

Caí em mim. Estava falando cuiabanês. O interessante é que a minha saudosa Lélia que me acompanhava e ouviu o pedido, não percebeu que a linguagem que usei era inadequada naquele momento. Em verdade, os ignaros não entendem o cuiabanês. E a prova está naquele outro caso de nossa conterrânea, quando, acompanhado os pais, estive a passeio no Rio de Janeiro. No restaurante do hotel, o garçom, ao servi-la, indagou:

- Quer sopa?

- Só um chiriri!

- Como disse? - espantou-se o garçom.

Mas o pai acudiu em socorro da jovem:

- Ela quer só um pouquinho...

A propósito, lembro as missas de madrugada, nas festas do Senhor Divino e de São Benedito, seguidas de fartas mesas de chá, que os festeiros ofereciam em suas casas. Era frequente ouvir-se à cuiabana:

- Olhe, amanhã tem tchá co bolo na casa do festeiro. Quem conhece o cuiabanês, embora não matogrossense, é o Embaixador Ronaldo Costa. Aprendeu-o com sua esposa, a cuiabana de duzentos anos, D. Margarida Corrêa da Costa. A meu filho Heraldo, que serviu com ele no Japão, dizia, às vezes, o Embaixador:

- Heraldo, hoje à noite, vou esperar você e Yuko para tomar tchá co bolo.

Era a senha para o suculento jantar supervisionado pela Embaixatriz.

Dos conterrâneos, um que jamais deixou de lado o cuiabanês foi o Professor Fernando de Campos. Matemático, culto, grande conhecedor da língua, Fernando de Campos timbrava em falar cuiabanês. Um dia, em uma de suas aulas de Geometria, no Liceu Cuiabano, empregou o termo dezasseis. Os alunos, em sua maioria, estranharam. Dezasseis? E o Vicente Leite Xavier se permitiu até um riso zombeteiro, que não passou despercebido à sagacidade do Professor. Olhando o caçquista por cima dos olhos, seguro de si, Fernando interpelou-o:

- Estou errado, Vicente?

Diante da interpelação, Vicente recuou:

- Não, absolutamente, disse ele, com o habitual desembaraço e presença de espírito. Quem sou eu, para corrigir o meu Mestre?

Como se vê, o cuiabanês tem nuances que, por vezes, escapam até aos cuiabanos.

## UMA TRADIÇÃO DEFINITIVAMENTE MORTA EM CUIABÁ: AS TOURADAS

João Moreira de Barros

Falar de tradições em Cuiabá, principalmente das que já se foram, é impossível deixar de lado as touradas. Dissemos em trabalho anterior que algumas tradições deveriam ser restauradas, pelo que até uma espécie de apêlo ou simplesmente a título de lembrança abordamos o assunto. Como exceção deixamos de lado as touradas. Pode ser que não tenhamos razão para isso porque outros podem pensar de modo diferente e melhor. Insistimos, porém, no nosso ponto de vista embora, por um lado, possa parecer pieguice de nossa parte atenta a circunstância da brutalidade da luta e, principalmente, o tratamento violento dado aos pobres animais - os bois.

Nem por isso, contudo, deixaremos de relatar como eram as nossas touradas, o que foi feito razoavelmente em nosso "Cuiabá e o Seu passado" de recente edição. Claro está que as nossas touradas foram trazidas pelos portugueses algum tempo após a elevação do Arraial à condição de Vila, em 1727. Realizavam-se primitivamente na atual Praça Alencastro, depois na atual Praça Ipiranga. Só mais tarde passaram para o Campo d'Ourique, a Praça Moreira Cabral, essa mesma que as obras de ampliação do Palácio Filinto Müller, sede da Assembléia Legislativa, estão destruindo. Aliás, diga-se de passagem, que houve protestos e até embargos contra citadas obras. O resultado já é conhecido: - as obras prosseguiram sem que se saiba o destino dos tais embargos. Diz-se que a Assembléia "não deu bolas" para os embargos. Verdade? Parece.

Realizavam-se as touradas em uma praça improvisada circundada de camarotes ou palanques de madeira construídos pelos adquirentes dos lotes previamente demarcados pela Prefeitura. Os camarotes eram cobertos de fazenda geralmente colorida e enfeitadas. Havia camarotes ricamente preparados. A parte da praça que ficava de frente para o sol geralmente não tinha camarotes. Era fechada com cerca de madeira. Enquanto que, para se assistir o espetáculo dos camarotes, pagava-se por cadeira, claro que nos de aluquel; na cerca o "povão", assistia de graça enfrentando a soalheira. Os animais - bois, nunca touros propriamente dito - ficavam em um curral ligado à praça por um corredor de madeira denominado "tronco", que tinha um dispositivo especial que tornava o animal imóvel de modo a facilitar a tórta dos chifres e do qual ele saía para a praça por uma cancela aberta no momento oportuno.

Os toureiros designavam-se: a) toureador b) capinhas. Havia uma espécie de pagem do toureador denominado "jacuba", além das "máscaras", um grupo mais ou menos numeroso fazendo frequentemente às vezes de palhaços porque pouquíssimos eram os mascarados com habilidade e coragem para o exercício da arte de tourear. O toureador era o chefe. Montava a cavalo e seu traje era vistoso - calças brancas com botas pretas, uma casaca de cetim vermelho e um chapéu com plumas; o "jacuba" também usava botas com calça branca, um jaleco vermelho com uma capa azul e chapéu sem plumas; as capinhas, descalças, usavam calças brancas, paletó vermelho e chapéu preto quebrado na frente com uma presilha. A denominação de capinhas era imprópria porque

não usavam capa como os toureiros portugueses ou espanhóis, mas uma bandeira de baeta pregada em uma madeira roliça de cerca de um metro de comprimento com uma choupa na ponta, geralmente na mão esquerda, para atrair o animal enquanto na direita trazia a garrocha, uma madeira de cerca de meio metro de comprimento, também com uma choupa em uma das pontas. Quando o animal investia, o capinha picava-o com a garrocha cuja choupa permitia ficar dependurada no pescoço. Era frequente ver um animal com uma dezena de garrochas. É que ele era "bom de sorte", quer dizer, investia sempre.

O grupo adentrava a praça por uma larga porteira vindo da "Casa da Festa". À frente, montados, o toureador e o "jacuba", a seguir, os chapinhas em torno de doze e, por último, as "máscaras" ou "os mascarados" porque eram só homens. O "jacuba" se destacava para, em um cerimonial próprio da festa, pedir licença ao Imperador, que ocupava o camarote fronteiro, para a entrada do grupo, que rodeava a praça sob estrondosas palmas e ensurdecedor foguetório. À essa hora já estava sendo puxado para o tronco o primeiro animal previamente escolhido pelo pessoal do "tronco", isto é, os homens encarregados do serviço. Postados no centro fronteiro ao tronco, toureador e capinhas aguardavam o início do espetáculo. Preparado o animal, chifres torcidos, fita amarrada na testa ou na cauda, acenava-se para o toureador que, com seu capinha escolhido, a seu lado direito, ambos marchavam para a frente do tronco. Solto, o animal já furioso, investia sobre o capinha, que o atraía com a sua bandeira, momento em que o toureador enterrava a lança, uma vara comprida picotada, com uma choupa na ponta, no pescoço do bicho, sob acordes do Hino do Senhor Divino e espácor do foguetes. A partir daí o animal era entregue aos capinhas e só posteriormente aos "máscaras". Havia uma hierarquia rígida. Antes da "sorte" do toureador, nenhuma capinha poderia fazer a sua e antes deles não se permitia a atividade dos "máscaras".

A primeira "sorte", que era o ato de se farpear o animal, era geralmente oferecida ao Divino Espírito Santo. As seguintes, mesmo nos dois dias seguintes, porque eram três dias de touradas, 2ª - 3ª e quarta-feira, eram oferecidas aos assistentes dos camarotes, que eram "obrigados" a aceitar a oferta. Se não o fizessem as vaias eram simplesmente ensurdecedoras: "Aceita, cara-dura", "aceita, caradura". Quando o animal do toureador era chifrado, dizia-se: "apanhava", ele, o toureador, apejava para, com um ferrão, lança forte enfeitada e com uma forte choupa, vingar sua montaria. Era o ponto alto da festa. Geralmente ia de botas, raramente descalçava-as. Essa "sorte" do toureador valia alto. Quando o animal era morto, "corria-se" palanques, quer dizer, todos pagavam, embora a "sorte" não tivesse sido oferecida. Dentre os toureadores o mais famoso foi Paulo Ramos, um homem forte que fazia o boi parar na sua investida. Dentre os capinhas contavam-se vários de primeira plana: Dionísio, Miguel, Jovino, Casemiro. Era uma festa que abalava a cidade. Era popular, mas a frequência dos camarotes era luxuosa. Ah! Quantas saudades ...

## ARRENDAMENTO NA USINA RESSACA

Eliane Maria O. Morgado

Edvaldo de Assis

Luiza Pereira da Silva.

Apresentamos um estudo sobre a forma de relação de produção capitalista - o arrendamento, através de estudo do caso - a Usina Ressaca, localizada no Município de Cáceres. Faz parte da documentação sobre a Usina Ressaca, encontrada no NDIHR; contratos de arrendamento, correspondências, plantas de instalações de maquinas, catálogos comerciais de casas importadoras, localizadas no Rio de Janeiro; livros de registro da produção de cana, nos anos de 1949 e 1954; notas promissórias, faturas, balanças, um inquérito sobre o roubo de aguardente, um parecer jurídico sobre um dos contatos de arrendamento.

Toda a documentação encontrada foi catalogada, para facilitar o trabalho de futuros pesquisadores interessados na temática "Cana de açúcar", ou especialmente, na "Usina Ressaca". A documentação por nós usada se restringe a três contratos de arrendamento entre o proprietário territorial e o agente/arrendatário. O primeiro contrato é datado de 1916, envolvendo como agente/arrendatário o Sr. José Vilar Dantas e como proprietário territorial o Sr. Joaquim José da Costa Marques.

O segundo contrato, de 1935, e o terceiro, de 1962, entre Dr. Villanova Torres e o Sr. Joaquim de Santana. A Usina Ressaca, localizada ao Sul do Município de Cáceres, distante 12 quilômetros da sede do Município, área de grande produção açucareira tradicional. Sob a razão social Costa Marques & Cia., o Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques gerenciou a Ressaca até 18 de junho de 1916, quando passou o empreendimento à firma Vilanova & Silva. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques, pertencente à classe dominante de Mato Grosso, foi presidente do Estado de 1911 a 1915, e deputado federal em duas legislaturas. Na qualidade de usineiro, detinha o poder político local.

A partir de janeiro de 1924, a Usina Ressaca passou a ser dirigida pela Sociedade Civil Agrícola-Industrial, cuja razão social era Villanova Torres & Cia. A maioria dos sócios era de membros da família Vilanova Torres. Em 1943, é alterado o quadro social da firma com a saída do Dr. Francisco Villanova Torres e a entrada do Dr. Virgílio Alves Correa Neto, que através de casamento com a D. Elza Villanova da Silva Alves, participava como sócio.

A Usina Ressaca funcionou até a década de 60. Visava, além da exploração da cana-de-açúcar, o milho, arroz, criação de gado vacum e outros. Na cláusula 3ª. do contrato social, figura os tipos de atividades desenvolvidas na Usina.

"... exploração de "USINA DA RESSACA" e das suas terras, dos produtos de cana-de-açúcar, cereais e outros gêneros do país; (sic) exploração de produtos nativos, criação de gado vacum e espécies e bem assim outras indústrias que porventura se organizar"

(NDIHR, CX. 02, Ressaca, contrato social).

A relação de produção na Usina Ressaca encontrava respaldada em um instrumento jurídico denominado "Contrato de Parceria". Partindo da interpretação de MARX, faremos estudo do caso, do tipo de exploração em contrato na Ressaca.

"... A parceria ou sistema de exploração com divisão do produto, pode ser considerada como uma forma de transição entre a forma primitiva e a renda capitalista; o explorador (o arrendatário) participa, além do trabalho (seu o alheio), com uma parte do capital ativo, e o proprietário territorial, além da terra, fornece outra parte do capital; o produto é repartido entre o parceiro e o proprietário em proporções determinadas que variam conforme o país. Para uma exploração inteiramente capitalista, o arrendatário não dispõe, neste caso, de capital suficiente". (MARX, 1:182)

Embora a documentação encontrada para a análise é denominada de "CONTRATO DE PARCERIA", no seu conteúdo trata-se de um arrendamento. A relação de produção desenvolvida na Usina Ressaca era de tipo capitalista, aparecendo a figura do arrendatário, como um capitalista em potencial, que dependia em parte do capital inicial constante e/ou variável do proprietário territorial e tinha seus produtores diretos em relação de trabalho assalariado. É nesse prisma arrendamento, em quanto relação de produção capitalista, que analisaremos como se dava o processo produtivo da cana-de-açúcar, cultura predominante na Usina Ressaca, ao lado do plantio de milho, arroz, da pecuária de corte e da extração de madeiras de lei.

O proprietário territorial da Ressaca fornecia ao arrendatário o capital necessário para sua participação no processo produtivo da Usina. O montante do capital aplicado pelo proprietário ficava na dependência das necessidades econômicas do arrendatário, que geralmente não possuía capital suficiente para o plantio da cana. O capital constante adquirido do proprietário era através do fornecimento de arames para cercamento da área que cabia ao contrato das primeiras mudas de cana no custeio inicial da lavoura de subsistência. Eles também investem no transporte dos produtores diretos provenientes de outros estados, como elementos que venderam sua força de trabalho ao arrendatário. Cabia ainda ao proprietário as benfeitorias para facilitar o escoamento da cana à usina, como pontilhões e estradas. Estas benfeitorias, portanto, representava também a aplicação de capital constante.

Num primeiro momento, o proprietário participava também com o capital variável sob forma de adiantamento em espécies para manutenção dos trabalhadores do arrendatário. O arrendatário participava no processo produtivo com parte do capital constante na aquisição de instrumentos de trabalho, e com parte do capital variável sob forma de assalariamento e fornecimento de alimentação aos produtores diretos. Através da documentação verificamos que a acumulação era assegurada tanto por parte do proprietário territorial como por parte do arrendatário, porém, em graus diferentes, pois o primeiro era o dono da terra a quem caberia maiores lucros.

Continua na pagina seguinte...

## ARRENDAMENTO NA USINA RESSACA

O contrato extraía a mais-valia absoluta pelo prolongamento da jornada de trabalho, cabendo a cada produtor direto a execução de tarefas em áreas pré-estabelecidas. A mais valia da renda da tarefa era extraída através da produção da cana, retirada da área explorada pelo arrendatário, transformada em açúcar e em aguardente, na qual 1/3 é recebido como seu lucro, conforme observamos na cláusula 2ª do contrato de 1933.

"Os contractantes Villanova Torres & Cia. Comprometem-se a pagar as canas do contractante Joaquim de Santana, no fim de cada anno, após o balanço anual, da firma industrial Villanova, Torres & Cia e da seguinte maneira:

Determina-se o "QUANTUM" produzido por uma tonelada de (1.000 Kilos) de cannas em assucar dos três (3) typos e em aguardente; esta em litros e aquelle em kilos. Calcula-se os preços médios e líquidos durante o anno, de um (1) kilo de cada typo de açúcar e do litro de aguardente com estes dois resultados, determina-se finalmente em número, quanto produziu uma tonelada de canna; o terço deste valor será o preço que os contractantes, Villanova Torres & Cia. pagarão por tonelada ao contractante Joaquim de Santana". (NDIHR, cx. 02' Ressaca, contrato de arrendamento).

O contrato extraía também mais valia no repasse de salários dos produtores diretos, quando trabalham nas safras do proprietário territorial, e pago por este, ao arrendatário, na circulação de mercadorias, como o açúcar e aguardente comprado na Usina Ressaca com 10 a 15% mais barato do que os preços da praça e revendendo aos produtores diretos, auferindo lucros; na distribuição de madeiras para alimentação dos fornos da Usina e no excedente da produção de subsistência que era vendido à Ressaca.

O proprietário, como empresário detentor da terra, tem sua acumulação garantida pela exploração do trabalho realizado com o arrendamento, que lhe proporcionava a extorsão de lucro e juros, além de outras atividades realizadas fora do contrato de arrendamento. A renda da terra da área explorada pelo arrendatário fornecia ao proprietário a extração da mais-valia, através da produção que lhe era dada em cana, e na transformação dos sub-produtos como também, através de juros pelos adiantamentos concedidos ao arrendatário, e no que os produtores diretos faziam das mercadorias que lhes eram repassadas, através do armazém da Usina.

"Os Senhores Costa Marques & Cia pode rão cobrar até dez por cento annual (sic) de juros pelo dinheiro que adiantar ao contractante José Villar Dantas". (NDIHR, cx. 02, Ressaca, contrato de arrendamento).

A renda da terra ainda gerava lucro ao proprietário na extração de madeiras de lei, inclusive, às existentes no espaço territorial arrendado. O arrendatário apropriava-se da mais-valia através do processo produtivo que controlava e comandava, quer tratando-se da carpa do terreno, plantações das mudas e o corte da cana, ou através do controle da produção da cana, enviada para o proprietário territorial, anotada semanalmente em caderneta, o quantum produzindo por toneladas. Em nenhum momento do processo produtivo surge a relação de produção pré-capitalista na Usina Ressaca.

LOUREIRO, fazendo algumas observações a respeito de parceria, como modo de produção pré-capitalista, encontrada na Fazenda Rio Azul, objeto de seu estudo, identifica alguns elementos, um dos quais nos forneceu elementos para conclusão da não existência da relação pré-capitalista na Ressaca.

"Na relação da produção da parceria, a unidade de trabalho é a família isto é, a responsabilidade sobre determinadas atividades - as carpas do arroz, por exemplo delimitadas em uma área específica de terra, se dá em função do tamanho da família e o assalariamento de diaristas se faz também

Conclusão da pág. anterior.

em função da complementação do trabalho familiar". (LOUREIRO, 4: 67-68).

Na Usina Ressaca aparecia a figura do produtor direto durante todo o processo produtivo, como a carpa, o plantio e o corte da cana. A família do arrendatário, como força-de-trabalho não estava presente na Ressaca. É o produtor direto assalariado, como vendedor de sua força-de-trabalho, na qual se dá a mais-valia absoluta, apoderada pelo arrendatário. A documentação sobre a Usina deixa claro a afirmativa acima explicada, e através da cláusula nº. 14 do contrato de 1935, nos fornece mais respaldos.

"... estabelece que a área mínima para a plantação de cana seria de 2 hectares; essa mesma área por trabalho de quem possa manter assalariado". (NDIHR, cx. 02 Ressaca; contrato de arrendamento).

No contrato de 1916, firmado entre Costa Marques & Cia e o Sr. José Vilar Dantas, aparece o Tenente Epaminondas de Aquino Torres, como responsável pela boa execução do contrato e cumprimentos de tudo quanto nele estiver estipulado. Somente na cláusula nº 15 do referido contrato é que surge nome do Tenente, e no final, com a assinatura como contratado. O que nos leva a crer que o oficial era quem estava por trás do arrendamento, e que por suas atividades militares, o impedia de ficar à frente do empreendimento. O proprietário territorial ao se associar à figura do arrendatário, sua visão era de maximizar o lucro, não só extraído da renda da terra, mas através da circulação da mercadoria no âmbito da Usina, com o aumento do consumo interno, e contar com uma massa trabalhadora ocupada na área cedida através do arrendamento, que funcionava como exército de reserva para quaisquer trabalhos emergenciais que surgissem na área produtiva do proprietário.

## CONCLUSÕES

A partir da análise que foi feita através da documentação, podemos concluir o que segue.

- Que na Usina Ressaca o tipo de exploração encontrada na relação de produção foi a de tipo capitalista;
- O arrendamento como relação de produção capitalista proporcionou a acumulação do capital, tanto por parte do proprietário territorial, como por parte do arrendatário;
- Que a propriedade da terra oferecia maior lucro ao possuidor, e um lucro ao arrendatário, proporcional à sua produção;
- O arrendamento aparecia como recurso para a maximização do lucro;
- Entre as várias formas de acumulação, o proprietário territorial tinha o lucro da produção dada pelo arrendatário; na circulação de mercadorias, na distribuição e nos juros do capital emprestado ao arrendatário;
- O arrendatário acumulava com a compra de força-de-trabalho, na circulação de mercadorias fornecidas a seus produtores diretos, no repasse de salários aos trabalhadores que prestavam serviços à Usina, e o proprietário passava o dinheiro ao arrendatário, e no percentual de cana, transformada em açúcar e aguardente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARX, Karl. *O capital*; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civ. Brasileiro, 1979, 6 v.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. 135 p.
- FUFMT/NDIHR - *A Usina Ressaca* Documentação contratos cx. 02

## DE EMPRÉSTIMO E DE FIADO

Antônio de Arruda

Terminado meu curso de Direito, em dezembro de 1936, deixei o cargo que exercia na Machine Cotton, com o intuito de passar pelo menos um mês de férias, no Rio. Seria um descanso completo e oportuno após cinco anos ininterruptos de trabalho e estudo. Sem economia, pedi cinco contos de réis emprestados a meu irmão Manoel - o Maneco do Bar do Porto - para as despesas que precisava fazer, especialmente com a renovação da guarda roupa. Ao tomar conhecimento desse dinheiro um conterrâneo, companheiro de Jardim Alencastro e de pensão, solicitou-me um conto e quinhentos mil réis, por empréstimo, até o fim do mês, quando receberia a mesma importância de Cuiabá. A resposta seria óbvia: se o problema era por poucos dias, ele que esperasse. Mas a boa fé me levou a emprestar-lhe o dinheiro, cuja cor jamais pude rever. Sem dívida, estava eu na primeira edição da vida, para adotar a teoria machadiana exposta por Brás Cubas. Ainda jovem, Brás Cubas enamorou-se perdidamente de uma doidivanas, que o amou "durante quinze meses e onze contos de réis". Quando teve aragem desses gastos extraordinários para a época - o pai despachou-o para Coimbra a fim de cursar a Universidade. Brás Cubas ficou alucinado com a separação e a bordo do navio que o levava para a Europa, pensou em dar um mergulho no oceano, repetindo o nome da amada. Desistiu, porém, da ideia e o tempo, esse domador de feras, incumbiu-se de curar-lhe a paixão. Muito mais tarde, encontrou-se casualmente em uma relojoaria com sua antiga amante, já devastada pelos anos e pela varíola. Em alguns minutos de conversa, vislumbrou nos olhos dela a flama da cobiça, que certamente já existia outrora. E o que lhe foi fácil descobrir - agora que estava na quarta edição - não tivera olhos de ver, na juventude: eram olhos de primeira edição.

Também eu, ao conceder aquele empréstimo despropositado, estava em primeira edição. Foi sem dúvida um aborrecimento que me obrigou a alterar meus planos e diminuir as férias que projetara. Mas o caso foi superado, pois, voltando para Cuiabá, comecei logo a trabalhar e em poucos meses liquidei a dívida com meu irmão. No entanto, ainda continuava em primeira edição, quando cerca de dois anos mais tarde, cometi outro erro semelhante, embora com o sinal trocado. Foi num carnaval, quando combinei com um grupo de amigos uma fantasia simples para o baile: calça branca de linho e uma jaqueta azul imitando dinner-jack. A feitura deste encomendei a um alfaiate, meu vizinho e conhecido desde a infância. Eu não era seu cliente, mas o caso me pareceu tão simples que nem combinei o preço. No dia do baile, pedi a um sobrinho meu, menor, que fosse buscar a roupa e dissesse ao alfaiate que depois iria acertar com ele o pagamento. É que naquele instante só dispunha de uma nota de quinhentos mil réis e estava receoso de que o garoto a perdesse. Daí a pouco, voltou este com o recado do alfaiate: o feitiço custava cinqüenta mil réis e a roupa só seria entregue com o dinheiro.

O preço era exagerado, o mesmo que, na época, os alfaiates cobravam pelo feitiço de um terno. E me pareceu também tola essa desconfiança do alfaiate em re-

lação a um conhecido de muitos anos que sempre o tratara bem. Mas não me cabia discutir. Troquei a nota e mandei efetuar o pagamento ao alfaiate. Apenas, passei a ignorá-lo daí por diante, seguindo antigo conselho de meu pai: - Seja fiel a seus amigos, mas não fique apertando a mão de quem não merece sua estima. De qualquer modo, a segunda experiência me tornou mais precavido. Preliminarmente, eliminei as compras a crédito. Às vezes, sucedia-me receber cobranças, como a de uma loja que me mandara a fatura de um martelo. Fui lá pedir explicações e o comerciante procurou esclarecer o caso. Identificou-se a vendedora, que, ao ver-me, foi logo dizendo:

- Não, não foi este. Quem comprou o martelo foi aquele doutor que mora na Rua Antônio João.

Tinha havido engano da moça ao registrar o nome do comprador. Só vim reconciliar-me com as compras a crédito após a generalização do sistema de vendas a prestações e assim mesmo com muita parcimônia. A primeira aquisição desse tipo foi na loja Laraya - do saudoso Francisco Laraya, excelente comerciante e grande amigo. Um dia, disse-me ele haver recebido uma partida de geladeiras Frigidaire, a primeira que chegou a Cuiabá, após a Guerra Mundial, e uma delas estava reservada para mim.

- Está bem, respondi-lhe. Vou fazer economia e depois voltarei a falar com o amigo.

- Nada disso. Hoje mesmo, vou mandar a geladeira para sua casa.

Não houve, pois, outro jeito senão assinar o contrato. Aliás, foi um ótimo negócio, pois a geladeira durou anos, praticamente sem precisar de conserto, e quando me mudei para o Rio, dei-a de presente a um amigo. Quanto a emprestar dinheiro, a experiência ensinou-me a descartar-me de solicitantes duvidosos. Quando Procurador em Corumbá, cargo que acumulava com a função de Procurador da Fazenda estadual, fiz jus, nesta última, a uma comissão de certo vulto. Parece que a notícia correu, pois, já em Cuiabá, recebi a visita de um cidadão que desejava um empréstimo "por alguns meses" de trinta contos de réis. Esquivei-me delicada mas firmemente. Nessa época, já deveria estar na terceira edição revista e melhorada... O pretendente não se preocupou e conseguiu o dinheiro com outro. Posteriormente, no Tribunal de Justiça, ainda me coube julgar a causa desse credor que procurava reaver o dinheiro emprestado...

Bem, se aprendi a defender-me dos caloteiros, isso não quer dizer que tenha deixado de acudir aos que de fato necessitam de ajuda. Às vezes, nos lugares por onde tenho passado, tem havido sempre o ensejo de pequenos empréstimos que faço a fundo perdido, sem esperar retorno. Nessas ocasiões, lembro-me da lição que, em criança, recebi de João Batista de Campos, amigo de meu pai, que de vez em quando parava em nossa casa para conversar. Certa vez, num grupo ali reunido, falou-se da caridade e alguém confessou que nunca dava esmolas a quem pudesse trabalhar. - Pois eu penso de modo contrário, disse João Batista. Nunca nego esmola a quem me pede. Ao outro basta a humilhação de pedir.

Essa sentença merecia estar nos Evangelhos.

## QUILOMBOS EM MATO GROSSO

Edvaldo de Assis

Lá por onde o Galera as águas vai fluindo foi de Quariterê o quilombo afamado em que a negra Tereza' o seu poder infinito exerceu um ' cruel e trágico reinado.

(A Rainha Tereza - poema de José B. de Mesquita)

A historiografia brasileira tem dado ênfase à história do vencedor, colocando em plano secundário a pesquisa sobre os vencidos. Algumas exceções a brem-se quando grupos de historiadores estão preocupados com o outro lado da história, estudando o papel dos vencidos no contexto da sociedade global. Dentro dos estudos onde os vencidos são protagonistas surgem os trabalhos sobre o papel do escravo na sociedade escravocrata, alguns autores analisando o escravo como mão-de-obra, outros apresentando o comportamento do segmento negro em relação à violência praticada contra elementos desse segmento, por parte dos proprietários. O nosso artigo é mais uma tentativa de trabalhar com a história dos vencidos, mostrando uma das formas de reação encontrada pelos escravos, diante das violências que lhes eram submetidos, tendo como temática da nossa pesquisa, os quilombos em Mato Grosso.

Vários historiadores têm estudado o período escravocrata, incluindo as pesquisas sobre os quilombos, enquanto outros têm a preocupação exclusiva de estudar os quilombos. A bibliografia sobre o assunto ainda não é representativa, apresentando estudos sobre os quilombos em Minas Gerais, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Sul e outros. Dos quilombos estudados até então, o de Palmares, figura entre o que alcançou uma estrutura mais sólida, formado por diversos arraiais tendo uma população em cerca de vinte mil (20.000) pessoas (MOURA). Os quilombos comparados ao de Palmares, pelo número de habitantes, foram os quilombos de Ambrósio e o de Campo Grande, ambos localizados em Minas Gerais. Ainda não se fizeram pesquisas mais exaustivas para o estudo dos quilombos que existiram em Mato Grosso. A historiografia regional vem produzindo trabalhos no sentido de apresentar pesquisas em toda sua amplitude, enquanto que a nível nacional pouco se produziu a respeito do assunto.

A partir do final do século XVII os escravos já se organizavam em quilombos como uma das maneiras encontradas para se livrarem da violência que lhes eram impostas pela sociedade escravocrata. Outra maneira foi a fuga, inclusive para fora dos domínios portugueses. Em Mato Grosso, fronteiro com territórios espanhóis, a população escrava tinha entre suas opções de luta contra a sociedade envolvente, a fuga para a Bolívia (San Matias e Santa Cruz de La Sierra) e para o Paraguai, onde aprendiam novos métodos de cultivar a terra. Em territórios de fronteiras com outros domínios parece ser comum essa tática de fugas, como observa SALES, em estudos sobre os quilombos do Pará, salientando que escolta francesa chegou até o Pará a busca de negros fugitivos. Os quilombos não eram refúgios exclusivos de negros mas faziam parte dessas organizações ou outros elementos oprimidos pelo sistema escravista. Em Mato Grosso, ao lado do negro, estavam pessoas de outras etnias, como o índio e o caburé, entre esses, alguns ti-

nham cometidos crimes e se incorporaram aos quilombos.

A primeira repressão organizada pelo poder constituído para destruir quilombos em Mato Grosso é datada de 1770, quando foi organizada uma diligência em rumo ao quilombo do Quariterê, situado na região do rio do mesmo nome, nos limites de Vila Bela da Santíssima Trindade. Esse quilombo era governado pela Rainha Tereza, existindo também um conselheiro de nome José Piolho e as decisões eram tomadas em assembléia pelo presidente. Da sua destruição, foi presa a chefe, conduzida para Vila Bela, tendo fugido 54 quilombolas que depois formaram um novo quilombo denominado de Piolho, distante do primeiro, nas proximidades do rio que teve o mesmo nome dada à organização. O quilombo do Piolho perdurou cerca de vinte e seis anos, considerando a época de destruição do primeiro, com a data de 1795, quando a diligência comandada pelo Alferes Francisco Pedro de Melo deu fim ao Piolho, capturado 27 indivíduos, que vão ser agrupados em um novo quilombo, sendo esse institucionalizado.

O quilombo da Carlota, o mais citado pelos estudiosos do assunto, porém, nem sempre apresentando sua característica peculiar, difere dos demais quilombos que existiram no Brasil. A referida organização foi criada por um ato do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, no intuito de aproveitar a mão-de-obra formada por caburês, índios e por negros, todos capturados do quilombo do Piolho. A terminologia usada para essa organização é "Aldeia", o que lhe dá um outro sentido. Parece que outra peculiaridade que se observa na formação da aldeia da Carlota foi que a população negra era representada por apenas 6 elementos, sendo 4 na faixa etária entre 70 a 75 anos e 2 entre 40 a 45 anos. Outros elementos da população eram caburês em número de 22, com idade variando entre 2 a 18 anos, e os índios em número de 27 pessoas, sendo a maioria idade acima de 20 anos.

Para a economia da aldeia da Carlota, inicialmente, contou com a ajuda do poder local, tendo os componentes recebido sementes e instrumentos de trabalho. A aldeia da Carlota, que recebeu esse nome em homenagem a Princesa Carlota Joaquina, esposa de D. João, que mais tarde teve o título de D. João VI, ficava situada a 30 léguas a Norte da Vila Bela da Santíssima Trindade. A partir de 1756, com a destruição do quilombo do Quariterê, o poder local cuidou de organizar aparatos repressivos para combater os quilombos que iam surgindo em Mato Grosso. Contando com o respaldo financeiro dos comerciantes e de outros segmentos da população branca, ou mesmo apelando para a Assembléia Geral do Brasil, como foi no caso da destruição do quilombo localizado entre os rios Jaguarí, Paraguai e Sepotúba. O Presidente da Província, Manoel Alves Ribeiro, não se achando em condições de enfrentar os quilombos, pensou na organização de uma empresa com homens armados para destruir o quilombo e em troca oferecia à empresa as edificações e terreno onde estavam instalados os fugitivos.

Os juizes de paz das localidades mais próximas aos quilombos, como Poconê, Diamantino e Vila Bela

Continua na pág. seguinte

**QUILOMBOS EM MATO GROSSO**

Edvaldo de Assis

**QUILOMBOS EM MATO GROSSO**

la da Santíssima Trindade e Vila Maria, recebiam munições, mantimentos e tinha pessoal à sua disposição para a repressão às organizações formadas por negros e outros oprimidos. Os quilombos dificilmente eram pegos de surpresa. Havia uma comunicação entre eles no caso de notícias de tropas que estivessem em diligência a procura de fugitivos, o que ocasionavam deslocamentos de quilombolas formando um outro quilombo; como aconteceu com a notícia de envio de forças repressivas para o quilombo de Pindaituba, sendo abandonado e a população foi formar o quilombo da Motuca. O quilombo da Motuca, localizado no córrego do mesmo nome, distante a 6 léguas ao Norte de Pindaituba, formado por dois arraiais onde viviam cerca de 44 negros, comandados por dois capatazes.

Vários presidentes da Província deram combates aos quilombos que existiram em Mato Grosso, sendo que o último a ser destruído foi o do Rio Manso, no Distrito de Vila Maria, em 1873, por ordem do Presidente, General José de Miranda Reis. Cerca de 11 quilombos espalharam-se em território mato-grossense ocupando áreas que correspondiam Vila Maria, Vila Bela da Santíssima Trindade, Poconé, Diamantino e Chapada dos Guimarães. Nenhuma documentação que até então pesquisamos nos dá subsídios para se falar na existência de quilombo em Cuiabá. Porém, nos parece levantar a questão dessa possibilidade visto que o topônimo de quilombo que é dado ao bairro nos leva a crer na existência desse tipo de organização, em um dos arredores de Cuiabá.

Nas localidades onde houve uma população escrava mais significativa como em Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila Maria e Diamantino, a possibilidade de conflito foi maior, ocasionando a formação de quilombos. Em Mato Grosso, essas organizações foram de tamanho médio. Pelo número de casas registradas nos documentos pesquisados, podemos calcular que a população em

**Conclusão da pág. anterior**

cada quilombo variava entre 20 a 100 pessoas. Na organização do espaço existiam entre um a dois arraiais, não muito distante um do outro, as casas, oficinas, engenhos e as roças. Plantavam o feijão, milho, banana, algodão e outros. Nas oficinas eram feitas armas e instrumentos de trabalho. Os quilombos sendo autosuficientes. Apenas faltava o sal o que era conseguido através dos assaltos que faziam aos viajantes.

Entre os quilombos melhor estruturados que houve em Mato Grosso, foram: o de Quariterê, destruído em 1796 e o que ficava localizado entre os rios Jaguari, Paraguai e Sepotubal, invadido em 1843. Para destruir os quilombos as autoridades locais apelaram para o auxílio financeiro da população proprietária e para o governo imperial, e tiveram recursos garantidos pelos cofres públicos. As forças repressivas eram compostas por elementos de tropas de linha, índios trilhadores e por pessoas pagas pelos proprietários de escravos fugitivos.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- CORREA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Rio de Janeiro INL, 1969. 741 p.
- MOURA, Clóvis. Os quilombos e a rebelião negra. São Paulo, Brasiliense, 1981. 100 p. (tudo é História, 12).
- PINSKY, Jaime. A escravidão no Brasil. São Paulo, global, 1981. 70 p.
- SALES, Vicente. O negro no Pará sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Belém, UF do Pará, 1971. 336 p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR

## CAMÕES NO EXTREMO OESTE

Carlos Francisco Moura

Os Lusíadas andavam de mão em mão nas naus das descobertas. Os diários e relatos de viagem mostram, muitas vezes, os navegantes entretendo as tediosas camarias lendo os versos heróicos do Vate. E não só isso, que o próprio Camões foi autor e ator da epopéia marítima. O Poema foi escrito ao balanço das ondas e na ribeira do mar de terras longínquas. Lá está a passagem famosa revelando que o Poeta salvou-se a nado e com ele o manuscrito, em naufrágio na foz do Mecum, no Camboja:

Vês, passa por Camboja Mecum rio,  
Que "capitão das águas" se inter-  
preta;

Este receberá plácido e brando  
No seu regaço o Canto que molhado  
Vem do naufrágio triste e miseran-  
do,  
Dos procellosos baxos escapado,  
Das fomes, dos perigos grandes,  
quando

Será o injusto mando executado  
Naquelle cuja lyra sonora  
Será mais afamada que ditosa.

"Neste mesmo ano chegou a Mato  
Grosso João de Sousa de Azevedo  
com a primeira carregação de negó-  
cio do Estado do Grão-Pará, subin-  
do finalmente pelo Guaporé e Sara-  
ré. Tinha descido pelo Jauru ao  
Paraguai, e subindo o rio Sumidou-  
ro em terras dos Parecises (vendo  
o que diz o nome efetivamente na  
sua corrente) passou às dos Arinos  
no tempo das sonhadas minas, e daí  
por outros rios nunca d'antes na-  
vegados chegou ao das Amazonas (2).

A que outro acontecimento poderia o cronis-  
ta comparar essa viagem pioneira, cheia de perigos e di-  
ficuldades, senão à epopéia marítima, cantada por Ca-  
mões? Estrofes de Camões decoravam as paredes internas  
do Quartel de Vila Bela, a Capital de Mato Grosso na épo-  
ca dos Capitães-Generais. Rondon ainda as encontrou lá  
escritas quando, no início deste século visitou, a semi-  
abandonada Capital.

"A sala nobre conservava-se em re-  
lativo bom estado; e em suas pare-  
des liam-se ainda estrofes inte-  
ras de Camões, alusivas a assuntos  
militares" (3).

O segundo cronista de Cuiabá, Joaquim da  
Costa Siqueira, descrevendo as festas realizadas em  
1817 na Praça Real de Cuiabá, em comemoração à aclamação  
de D. João VI, informa que na decoração armada - "se  
liam os seguintes versos em grandes e bem distintos ca-  
racteres":

"Longe mesmo da Europa é glória  
suma  
Do Dour e Tejo, venerado é Numa.  
Além do muito que seu reino encer-  
ra,  
Grã parte ocupa da Africana terra.  
Dos vassallos amado em toda a par-  
te,  
Do Indo e Ganges aclamado é Marte.  
Na quarta parte nova os campos  
ara,

E se mais mundo houvera lá chega-  
ra" (4)

Os seis primeiros versos são laudatórios ao  
monarca, e os dois últimos são da estância 14 do Canto  
Sétimo:

Mas em tanto que cegos e sedentos  
Andais de vosso sangue, ô gente in-  
sana,  
Não faltarão Christãos atrevimen-  
tos  
Nesta pequena casa Lusitana:  
De Africa tem marítimos assentos,  
He na Asia mais que todas sobera-  
na:  
Na quarta parte nova os campos  
ara,  
E se mais mundo houvera, lá chegá-  
ra.

A quarta parte nova é a América ou  
novo continente.

O primeiro Governador de Mato Grosso, S.  
D. Antônio Rolim de Moura, cita Camões várias vezes em  
sua correspondência. Escrevendo em 1758 sobre seu plano  
de ocupar a abandonada aldeia de Santa Rosa, diz que os  
jesuítas espanhóis certamente fariam grandes queixas,  
protestos e talvez ameaças, mas não acreditava que se re-  
solvessem a tomá-la pela força. Entretanto, citando uma  
passagem dos Lusíadas, diz que, por via das dúvidas, vai  
se preparando para resistir.

"Porém, sem embargo disso, sempre  
acho conveniente prover-me mais do  
que estou, de armas e munições;  
porque nunca louvarei ao capitão  
que disse, não cuidei" (5)

A citação é da estância 89 do canto oitavo,  
que vai aqui transcrita na íntegra.

"Tal há-de ser quem que co dom de  
Marte  
Imitar os illustres e igualá-los:  
Voa co pensamento a toda parte,  
Adivinhar perigos e evitá-los,  
Com militar engenho e sutil arte  
Entender os inimigos e enganá-los,  
Crer tudo em fim, que nunca louva  
rei

O capitão que diga "não cuidei" (6)

Para enfrentar as ameaças espanholas na  
fronteira, diz Rolim de Moura, só lhe restava ir "fazendo  
da necessidade virtude", pois na Capitania havia falta  
de tudo, principalmente de ouro para as despesas de  
guerra e de gente para mantê-la. A expressão "fazendo da  
necessidade virtude" encontra-se nas Rimas de Camões, e  
foi empregada pelo Governador pelo menos em duas cartas  
datadas de 16/06/1756 e 18/12/1761 (7). O Cronista de  
Cuiabá, José Barbosa de Sá, também usou a expressão. Re-  
ferindo-se ao encontro, em 1762, de uma monção de Cuiabá  
com um grupo de Paiaguás, ele informa que não chegou  
a haver luta porque de entre eles um intérprete bradara  
"que eles não queriam guerra com os brancos, não lhes  
fizessem mal que eles já largavam as armas". E esclarece  
que "Isto era por necessidade e não por virtude por-  
que este gentio por terra não faz coisa alguma, todas  
as suas aventuras são embarcados em canoas" (8)

Mas de todas a mais dramática prova da pre-

Conclui na pág. seguinte

**CAMÕES NO EXTREMO OESTE**

sença dos Lusíadas entre a gente que sertanejava no Brasil é sem dúvida a que se encontra no inventário de um bandeirante morto em 1616 nos ermos de Paraupava, em Goiás. Ali, em pleno sertão, Francisco Rodrigues da Guerra, improvisado escrivão, fez, por ordem do chefe da bandeira, Antônio Pedrosa de Alvarenga, o inventário do companheiro falecido, Pero de Araújo. O inventário em si, nada tinha de especial, - a mesma simplicidade espartana de tantos outros sertanistas - ferramentas, armas, munições, anzóis, peças de roupa, e até um tinheiro. Mas no verso da última página, uma anotação inesperada - o escrivão havia transcrito quatro estâncias do Canto V dos Lusíadas - a 2a., a 7a., a 11a. e a 15a.

A 2a. estância, logo depois das imprecações do Velho do Restelo, trata da partida da frota do Gama.

Entrava neste tempo o eterno lume  
No animal Nemeio truculento,  
E o mundo, que co tempo se consume,  
Na seista idade andava enfermo e lento;  
Nella vñ, como tinha por costume,  
Cursos do Sol quatorze vezes cento  
Com mais noventa e sete, em que corria,  
Quando no mar a armada se estendia.

A 7a. trata da passagem do trópico de Câncer, do rio Senegal e do Cabo Verde.

Passamos o limite aonde chega  
O Sol que pera o Norte os carros guia,  
Onde jazem os povos a quem nega  
O filho de Clymène a cor do dia.  
Aqui gentes estranhas lava erega  
Do negro Sanaçá a corrente fria,  
Onde o cabo Arsinario o nome perde,  
Chanando-se dos nossos Cabo Verde.

A 11a. refere-se à passagem pelas Dórcadas, mitológicas ilhas onde se dizia habitavam as Górgonas, uma das quais era a Medusa, cuja cabeça, transportada por Perseu, deixou cair nas areias da Líbia gotas de sangue que se transformaram em serpentes.

As Dórcadas passamos, povoadas  
Das irmãs que outro tempo ali vião,  
Que de vista total sendo privadas  
Todas três de hum só olho se ser vião.  
Tu sô, tu, cujas tranças entrespa das  
Neptuno lê nas agoas accendião,  
Tornada já de todas a mais feia  
De bivoras encheste a ardente areia.

A 15a. estância continua a descrever as regiões percorridas pelos nautas, e faz referências às calmas, tormentas e opressões que Eolo, deus do vento, produzia no mar.

Assi passando aquellas regiões  
Por onde duas vezes passa Apollo,  
Deus invernos fazendo e dous verãoes  
Em quanto corre de hum ao outro pólo,  
Por calmas, por tormentos e opressões  
Que sempre faz no mar o irado Eolo,  
Vimos as Ursas a pesar de Juno  
Banharem-se nas agoas de Neptuno.

Conclusão da pág. anterior

Alcântara Machado, observando que as estâncias se referem à passagem por calmarias e tempestades, quando os portugueses já se aprestavam para investir o Cabo Tormentório, acrescenta:

"Ninguém há que não aprenda o simbolismo dessa obra maravilhosa do acaso, que é um fragmento da epopéia dos Gamas e dos Albuquerque a servir de fecho ao inventário do bandeirante obscuro. Dir-se-ia que o gênio de Camões aparece à beira da sepultura em que descansa o herói desconhecido, para associar na mesma glória as caras velas arrogantes, vencedoras do Oceano, e as canoas humildes dos Sertanistas" (9).

Outros estudiosos das Bandeiras também se referiram ao precioso documento. Belmonte em No Tempo dos Bandeirantes, comenta - "Estâncias dos Lusíadas nas mãos rudes dos bandeirantes! Que simbolismo impressionante" (10). E Affonso de E. Taunay, que reproduziu, na História das Bandeiras Paulistas, a foto da folha carcomida do inventário seiscentista com os versos transcritos:

"Há, entretanto, o caso curiosíssimo da transcrição de quatro estrofes de Os Lusíadas no dorso das páginas de um destes inventários, estrofes do episódio culminante do epos. Inscreveu-as um escrivão de bandeira certamente por natural associação de idéias. A das agruras das jornadas pela Selva contraposta às das oceânicas, a epopéia do Ocidente em confronto com a do Oriente, ambas a exigir dos vassallos os mesmos sacrifícios e os mesmos padecimentos" (11).

**NOTAS**

- 1 José de Mesquita, Descrição dos bens do Licenciado José Barbosa de Sá, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 1927, p. 55.
- 2 Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 13, p. 167
- 3 Rondom, Conferências, 1910. Outros autores também fazem referência às estrofes camonianas pintadas no prédio.
- 4 Joaquim da Costa Sequeira, Compêndio Histórico Cronológico, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 13, p. 116
- 5 Carlos Francisco Moura, D. Antônio Rolim de Moura (Biografia), p. 61 e 165, n. 64. V. também Ana Mesquita Martins de Paiva, Nyl-Iza Valadão Geremias e Maria Cecília Guerreiro de Sousa, D. Antônio Rolim de Moura, Correspondências.
- 6 Carlos Francisco Moura, op. cit., p. 165, n. 64.
- 7 Op. cit., p. 60 e 165, n. 63.
- 8 José Barbosa de Sá, Relação das Povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus Princípios até os Presentes Tempos, p. 50.
- 9 Alcântara Machado, Vida e Morte do Bandeirante, p. 94/5.
- 10 Belmonte, No Tempo dos Bandeirantes, p. 106.
- 11 Affonso de E. Taunay, História das Bandeiras Paulistas, v. 1, p. 141.

## BASÍLICA DO SENHOR BOM JESUS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Gabriel Francisco de Mattos

"O patrimônio cultural de cada região deve ser mobilizado como ponto de partida para as criações do presente."

(Nestor Goulart Reis Filho,  
QUADRO DA ARQUITETURA NO BRASIL)

Uma política de preservação de um patrimônio cultural tem como finalidade mais ampla a fixação de um momento histórico não para deleite contemplativo, mas como fonte permanente e viva de estudo e reflexão. Não se concebe mais a história como uma série de fatos levados a contento por um grupo de homens superiores, que tenham se destacado de seu tempo e não agido e pensado de acordo com as dominantes econômicas, sociais e políticas desse mesmo momento. Retirada a máscara desses "super homens", passando a entender a arte e a arquitetura como reflexo ou reação a condicionantes temporais, o estudo desse produto de um tempo permite tecer comentários e argumentos não sobre pessoas isoladas, trabalhando para causas que são ao próprio ego dizem respeito, mas recebendo influências e respondendo com os meios que tinha à mão. Não se menospreza aqui a criatividade; simplesmente ressalta-se a necessidade de analisar as causas (históricas, não só psicológicas) de determinada atitude criadora. Não se entende o Barroco fora contexto da contra-reforma e das lutas religiosas que a cercaram.

Já de longa data amarga o Brasil a classificação de subcultura, oscilando entre as soluções originais (sem valor em termos de "civilização") ou cópias de modelos europeus (sem valor em termos de "originalidade"). (!?) O estudo puro e frio desse patrimônio, e principalmente do patrimônio arquitetônico, visando mais uma conclusão apressada (que geralmente vai desembocar numa classificação comparativa à pretensa metrópole) está condenado, pelo fato de incorrer no risco de conclusões parciais ou mesmo equivocadas. "Assim, despreconceituados em termos de raça, de filosofia, de economia e de política (...) podemos, calma e confiantemente, pesquisar os sucessos e motivos que fizeram deste povo, um povo também capaz de criar." (1)

### 1ª Fase: a Capela de Palha (1722/1739)

Fundada em 1719, a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, em Mato Grosso, surgiu como uma povoação feita às pressas para receber o afluxo de aventureiros que vinham em busca do ouro fácil. Os bandeirantes não contavam em suas comitivas com "nenhum representante eclesiástico" mas com "algum tonsurado que se encarregasse das obrigações do culto no momento oportuno." (2) Mas já no ano seguinte eram enviados três religiosos para a vila, e tão logo a atração da região aumentou, o capitão-mor Jacinto Barbosa Lopes mandou erguer a Igreja do Bom Jesus de Cuiabá, pequena construção coberta de palha, da qual hoje só restam alguns desenhos toscos. A instalação de religiosos nesses pontos distantes da costa funcionava mais como fator político a agir como apoio de alguma facção de bandeirantes, a ponto de, pouco antes da chegada dos jesuítas (já com o

intuito de estabelecer Missões Religiosas), no tempo das Capitânicas Hereditárias, "O Vigário de Mato Grosso" publicou excomunhão contra o de Cuiabá e os de seu séquito, e este fez o mesmo contra aquele e os que eram por ele." (3)

A extração do ouro deu motivo a muitas lutas entre esses grupos de mineradores, o que não deixou tempo para se cuidar das construções. Cuiabá vivia a contradição de ser um lugar de fácil riqueza e vida difícil: não bastando o perigo da região semi-desbravada, havia a cobrança periódica e "selvagem" do quinto real, a cargo de inescrupulosos fiscais, que nem se primavam em serem fiéis à Lisboa. (4) Em 1728, "A vila só tem oito a nove casas de telha (...) as demais são de capim." (5) No entanto estas eram vendidas por preços que oscilavam, mas que geralmente estavam altos.

### 2ª Fase: A Torre em Forma de Pirâmide (1740/1868)

Onze anos depois, o Vigário Padre João Caetano começa a construção da capela-mor "apelando para os sentimentos religiosos do povo, ressaltando a necessidade da construção de outra igreja mais condizente com a prosperidade do lugar." (6) (O grifo é nosso). Longe de indicar um progresso duradouro, isso simplesmente demonstra o quão irregular era a prosperidade da região. Mato Grosso, no ciclo do ouro, teve surtos de enorme e rápida riqueza intervalados com períodos de decadência, miséria e sobretudo, desânimo (...). Não houve em Mato Grosso uma estabilidade social que fizesse florescer arraiais (...). E, naturalmente, as expressões artísticas dessas comunidades assim atribuladas, errantes e decadentes, teriam de ser esporádicas e modestas." (7) A igreja foi feita de taipa sovada e tão ampla que lhe cabia dentro a antiga, mas depois de pronta desabou, salvando-se às pressas as telhas que lhe ornavam o interior. Pode ser considerado fato normal esse desabamento, "diz-se que o mais ignorante das Minas Gerais sabia melhor dirigir um serviço do que o mais entendido mineiro de Goiás, assim como o mais ignorante de Goiás tinha melhor conhecimento do que o mais entendido da Capitania de Mato Grosso." (8) Não desanimou o Vigário e, outra vez com ajuda da população, ergueu outra igreja no mesmo lugar, acaçapada e sem torre. Só trinta anos depois pôde colocar uma torre em forma de pirâmide.

Nesse período a capital da província foi transferida para Vila Bela (atual cidade de Mato Grosso), mais a oeste, e os governadores, a maioria militares, passaram a cuidar da defesa da fronteira contra os espanhóis. É importante assinalar que essa mudança só era vantajosa para o expansionismo da coroa portuguesa, anos depois, Vila Bela era abandonada por finalmente com cordarem ser essa cidade "insalubre". Os religiosos então passam a influir mais em Cuiabá, constroem igrejas e colégios, desenvolvem a vida cultural. A Matriz era então administrada principalmente pela Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, fundada em 1728. Sua festa principal era a 1ª de janeiro, onde era venerada a imagem do Senhor Bom Jesus, que existe até hoje. Pode-se concluir (9) que a Irmandade era poderosa: seu estatuto

Continua na pág. seguinte

original só permitia a entrada de brancos, mediante pagamento de "jóia" e mensalidade, e à sua festa anual compareciam "as mais altas autoridades".

A Independência encontra a Província dividida: oficialmente Cuiabá volta a ser capital, mas Vila Bela também elege uma Junta Governativa, para o governo provisório. E é interessante notar que os dois presidentes das Juntas eram religiosos, o Bispo de Cuiabá, Dom Luís, e o Vigário de Vila Bela, José Antônio Batista. (10) Em 1842 um comerciante da cidade faz a oferta de "um relógio de torre, e da despesa necessária para a colocação" (11). Nesse período dissipavam-se os reflexos da luta nativista que desembocaram na "Rusga", noite de 1834 em que os brasileiros armados promoveram a matança de vários comerciantes portugueses, que praticamente dominavam o comércio local. Esse período final foi outra vez militarizado por problemas de fronteira com a Bolívia e Paraguai. Sendo Cuiabá outra vez capital e estando voltadas para a fronteira as atenções, é feita mais uma alteração na Matriz.

### 3º Fase: A Torre Acacapada (1868/1929)

A Guerra do Paraguai já havia começado quando em 1868 um arquiteto italiano, Tortorolli, do qual pouco se sabe, refez a torre da Matriz, dando um novo movimento à fachada simples e reta. Desta fase já existem algumas fotos. Nesse período, o Bispo D. Carlos Luís D'Amour também chamou para dourar o retábulo da capela-mor o dourador e pintor goiano Veiga Valle, terminando o trabalho de outro goiano, João Ferreira, iniciado 14 anos antes. Ressalta-se aqui a dificuldade de conseguir artistas para trabalhar nas construções. É interessante notar que o estilo Barroco vai se embrecendo à medida que se afasta da costa; Goiás era o entreposto dos poucos artistas que se aventuravam ao Centro-Oeste, "Dizia-se então que a situação piorava de Minas Gerais para Goiás e de lá para Cuiabá." (12)

No entanto a República vai provocar uma questão entre o velho bispo Dom Carlos Luís e o e o governo recém instalado; a ponto de o bispo não permitir a celebração, na Matriz, da missa em memória de Afonso Pena (morto no exercício da Presidência em 1909), alegando que a Constituição Republicana separava a Igreja do Estado e também que não desejava a entrada da bandeira nacional republicana no recinto da Matriz porque o seu lema "lobrigava indícios de heresia." (13) Em represália, o nome da praça em frente à Matriz foi mudado de Praça D. Carlos para Praça da República.

Mas a situação não continuaria assim: ao morrer Dom Carlos Luís D'Amour, já elevada Cuiabá a sede de Arcebispo, seu sucessor, D. Francisco de Aquino Corrêa, ocupava então o cargo de Presidente do Estado eleito como candidato de consenso, pacificando longas disputas políticas. Futuro membro da Academia Brasileira de Letras, D. Aquino fez o que pôde para elevar o nível de vida da cidade, o que não era fácil. O Brasil saía da 1ª Grande Guerra e Cuiabá sofria um surto de gripe "espanhola". Mesmo assim, data desse período a instalação pela primeira vez de luz elétrica em Cuiabá. O governo que sucedeu ao do arcebispo iria estar às voltas com outros problemas internos: lutas separatistas em Santa Rita do Araguaia (o Estado Feudal da Garimpeira) e a passagem da Coluna Preste pelo Estado.

### 4º Fase: As Duas Torres (1929/1968)

O governo seguinte empreendeu grandes obras no Estado. Aproveitando uma relativa paz interna e externa. Foi então reformada a fachada da Matriz, agora composta de duas importantes torres, passando o relógio para a posição central; ostentava uma elegância que era ressaltada pelo caminho que a circundava, limitado por um pequeno muro que combinava com os da Praça da República, em frente, e os do Palácio da Instrução, ao lado. Entende-se essa reforma: Se a administração estadual tratou de dar coerência ao todo da praça, reformando também a fachada da Matriz, por outro lado manteve-lhe o interior barroco, que já vinha de alguns séculos, talvez ainda com alguma coisa do que se salvou do desmontamento de 1740.

A Revolução de 30 vem agitar o Estado. Dois anos depois Campo Grande apóia São Paulo na Revolução Constitucionalista e tenta estabelecer governo próprio. Só no final da década, com apoio do governo federal no Estado Novo, conhece Cuiabá um novo impulso no campo da construção, principalmente nas adjacências da Praça da República. (14) Nota-se a importância para a região do apoio do governo federal. A cidade ainda tinha muitas dificuldades de acesso, e do sul a força de Campo Grande fazia-se sentir, exigindo o status de capital do Estado. Com a morte de D. Aquino Corrêa em 1956, começa a tomar corpo um movimento que propunha a derrubada da velha Matriz e a construção de um templo mais moderno, e isso dentro da própria Igreja.

Esse é um período pouco estudado. Existe ainda hoje uma série de conjecturas, histórias contadas, que indicavam um certo mal-estar em se manter uma igreja "velha" em uma cidade que lutava contra o estigma de "atrasada"; algumas pessoas chegavam a dizer que tinha sido um milagre Cuiabá se manter como cidade, e o que dizer então como capital! Ainda hoje pode-se ouvir dizer que Cuiabá não tem arquitetura, principalmente antiga (o que dizer então de se chamar o moderno Centro Político Administrativo de "Brasília Matogrossense"?). "O Barroco de Goiás (...) surge como prova dos nove para a compreensão do barroco no país, pois se situa entre o paupérrimo de Mato Grosso e o riquíssimo de Minas Gerais e do Litoral" (15) (grifo nosso). Realmente, no Brasil não se dá valor a algo dito paupérrimo, mesmo que tenha valor histórico, mesmo que mostre o quanto inventivo precisou ser o brasileiro para fazer frente às suas dificuldades de vida.

### 5º Fase: Concreto Armado (1968/?)

Não existiram razões físicas para a derrubada da velha Matriz; o movimento de construção de um templo moderno dominou o meio religioso da cidade e a campanha ganhou a rua: aos estudantes dos colégios de religiosos eram entregues cartões que deveriam ser marcados com doações que conseguissem para a construção daquela que já seria uma Basílica; nos jornais as polêmicas começavam. Nos cartões entregues aos estudantes já se podia ver o desenho da nova Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, uma fachada que lembrava a Basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo. Não adiantaram os protestos: a Matriz foi condenada, estava velha, ameaçava ruir. Limparam o seu interior e iniciaram a demoli-

Conclui na pág. seguinte

## BASÍLICA DO SENHOR BOM JESUS: APONTAMENTOS HISTÓRICOS

ção. Algum tempo depois os alunos da Escola Modelo Barão de Melgaço, que funcionava no Palácio da Instrução, ao lado da Matriz, foram dispensados no meio da aula, poderiam voltar para casa. A explicação viria no dia seguinte: para derrubar a velha e perigosa Matriz foram colocadas duas cargas de dinamite!

A primeira, inclusive, provocou rachaduras no edifício onde funcionava o Bar do Bugre, na mesma Praça da República. Mas foi preciso outra carga para vencer a teimosia da construção "paupérrima" e condenada porque poderia desabar a qualquer momento. Depois de derrubada a Matriz, ainda houve uma tentativa de reação, impedindo a construção da nova Basílica na mesma Praça da República. A velha construção barroca "aguentou tudo, menos a ação destrutiva dos homens e a força da dinamite." (16) Construiu-se a nova Basílica, bem no sentido da basílica romana, espaços amplos e abertos, teto alto, ressaltando o vão livre no seu interior. O templo se erguia porém, "num estilo indefinido" que não comportará os belos retâbulos dourados que ainda se encontram (em 1973), desmontados, em depósito." (17)

As linhas simplificadas da Basílica ainda entravam em conflito com a Praça da República, mantida até pouco tempo com a mesma característica da reforma de 1929. Tem Cuiabá hoje a sua moderna Basílica, o seu templo arrojado, mas tem bem menos história para contar. A manutenção do centro histórico da cidade hoje só comporta projeções pessimistas, as ruas pequenas e curvas ganham prédios altos que vão despejar nelas um número crescente de automóveis, um calçamento surge como solução em uma delas. Mas, a atração do centro ainda deve fazer prevalecer o interesse do automóvel.

A ânsia de progresso não deveria fazer apagar o estudo do passado. Tudo que se modifica hoje será história amanhã, e as alterações feitas sem um estudo desse nível, que preveja a influência dessas modificações dentro de um contexto de cidade mais amplo, mais humano e mais brasileiro (no sentido de ligado à nossa realidade), estão fadadas a serem meras repetições de erros passados, fruto de uma falta de visão e raciocínio. Aos que acham que suas cidades não têm arquitetura, é bom lembrar o exemplo da velha Matriz: "Cuiabá perdeu a oportunidade de guardar um remanescente do barroco religioso que, longe de estigmatizá-la como cidade provinciana, lhe daria um sabor colonial monumental que hoje mal se percebe, em meio à floresta de cimento armado de seus modernos arranha-céus." (18)

Conclusão da pág. anterior

### REFERÊNCIAS:

- (1) Luís Saia, MORADA PAULISTA (São Paulo, Ed. Perspectiva, 29 ed. 1978), p. 24.
- (2) Virgílio Corrêa Filho, HISTÓRIA DE MATO GROSSO (Rio, Ed. INIL-MEC, 1969), p. 655.
- (3) Joseph Barbosa de Sá, CRÔNICAS DE CUIABÁ, in Virgílio Corrêa Filho, op. cit., p. 656.
- (4) Rubens de Mendonça, HISTÓRIA DE MATO GROSSO (Sem indicação de editora, 29 ed., 1970), p. 18; D. Rodrigo Cesar de Meneses, em 1728, enviou sete arcos de ouro a Lisboa, via São Paulo, abertos os caixotes em Portugal, constatou-se que estavam cheios de chumbo!
- (5) Rubens de Mendonça, op. cit., p. 19.
- (6) Rubens de Mendonça, IGREJAS E SOBRADOS DE CUIABÁ (Cadernos Cuiabanos 7, Pref. Mun. de Cuiabá, 1978), p. 7.
- (7) Eduardo Etzel, O BARROCO NO BRASIL, (São Paulo, Melhoramentos/EDUSP, 1974), p. 230.
- (8) Sérgio Buarque de Holanda, HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, in Eduardo Etzel, op. cit., p. 237.
- (9) Firmo Rodrigues, "A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá", em FIGURAS E COISAS DE NOSSA TERRA (Cuiabá, sem editora, 1969), pp. 107 a 113.
- (10) Rubens de Mendonça, HISTÓRIA DE MATO GROSSO p. 35.
- (11) José de Mesquita, GENTE E COISAS DE ANTANHO (Cadernos Cuiabanos 4, Pref. Mun. de Cuiabá, 1978), p. 120
- (12) Eduardo Etzel, op. cit. p. 237.
- (13) Virgílio Corrêa Filho, op. cit., p. 665.
- (14) Cássio Veiga de Sá, MEMÓRIAS DE UM CUIABANO HONORÁRIO (Cuiabá, Clube de Engenharia, 1981)
- (15) Eduardo Etzel, op. cit., p. 238
- (16) Eduardo Etzel, op. cit., p. 237
- (17) Eduardo Etzel, op. cit., p. 231.
- (18) Eduardo Etzel, op. cit., p. 233.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR



PARTE II – EDIÇÃO 1987



## OS 260 ANOS DA VILA REAL DO SENHOR BOM JESUS DE CUIABÁ

UBALDO MONTEIRO

Num 19 de janeiro de 1727, esta histórica e hoje efervescente Capital de Mato Grosso deixou de ser povoação, sendo elevada à vila habitada por 3 mil forasteiros. Essa gente rude viveu os duríssimos dias do primeiro lustro das Minas do Cuiabá, que Miguel Sutil descobriu em 1722. A Porquilha de Pascoal Moreira Cabral, onde este tinha fundado a 8.4.1719 o primeiro arraial, ia sendo abandonada pelos seus moradores, que se transferiram para a nova sede do povoado, ao longo do Ribeirão Praínha. Daí somente a grei bandeirante, os paulistas e escravos negros, com os índios misturaram-se e, em promiscuidade, lutaram pela sobrevivência, pois não obstante com os pés em cima do ouro - da riqueza - por toda a cercania do Tanque do Arnesto, penoso era o viver dos fundadores nesses nequos dias de aventuras e de descobertas, quando faltava tudo. As doenças e a fome caminhavam à solta e voltar a São Paulo naqueles tempos era enfrentar viagem de 3 a 4 meses de perigos e de dúvida atroz. Chegariam vivos? Tinham muito ouro mas de nada lhes valia - não havia viveres para comprar. Assim ficaram muitos daqueles audaciosos bandeirantes com arrobas de ouro para carregarem e um impenso e perigoso itinerário para vencer. Era uma enorme fortuna ao lado de uma terrível miséria. Joseph Barbosa de Sá viveu a época e pintou o quadro em suas crônicas do Cuiabá. Estevão e Rubens de Mendonça e outros historiadores cuiabanos reproduziram as notícias sobre o viver bandeirante da década da fundação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá.

Nesses anos tristes o bandeirante era impellido pela ambição e pela audácia, pois não se falava em Mato Grosso, mas somente das Minas do Cuiabá, do Coxipó, e o velho Rio das Bandeiras era a via de acesso perigosa e única. Embora destemidos, os incursionistas estavam, não raro, receosos quando das viagens, pois nas águas do Paranaíba viviam os temíveis índios canoeiros, os Paiaguás. Ao findar o ano de 1726, segundo menciona Barbosa de Sá, o povoado já possuía duas igrejas (construções humildes), três ruas tortas (viegas) e cerca de três mil habitantes. Foi nesse ano, a 15 de novembro, que o Capitão General Rodrigo César de Menezes, então Governador de São Paulo, chegou a Cuiabá, acompanhado de enorme comitiva. O motivo dessa visita era a cobrança dos quintos da Coroa, que S. M. Rei de Portugal alocava serem poucos os arrecadados, tal a fama das Minas do Cuiabá até mesmo no além-mar. Em 1725, os quintos não passaram de 8.953 oitavas de ouro; o soberano português queria muito mais. E, realmente, a partir de 1727 os tributos subiram com sacrifício cada vez maior, do minerador que passou a pagar pesados impostos também das mercadorias providas de São Paulo, com as monções.

Para isso, 45 dias depois de sua chegada a Cuiabá, Rodrigo César - a mando do governo português - elevou o arraial aurífero à categoria de vila, dando-lhe estrutura administrativa e muita segurança ao fisco para garantir o arbítrio. Assim, no dia de Ano Bom, 19 de janeiro de 1.727, há 260 anos, foi lavrado o seguinte termo de ereção de Cuiabá a categoria de Vila (a primeira do oeste brasileiro):

"Ao primeiro dia do mês de janeiro de 1.727, nesta Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sendo mandado por S. M., que Deus Guarde, a criá-la de novo o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes, governador e capitão-general desta Capitania, e que o acompanhasse para o necessário, o Dr. Antonio Alves Lanhas Peixoto, ouidor geral da comarca de Paranaíba, sendo por ele elei-

tas as justiças, juizes ordinários, Rodrigo Bicudo Chacim, o Tesoureiro Coronel João de Queirós Magalhães, e vereadores Marcos Soares de Faria, Francisco Xavier de Matos, João de Oliveira Garcia e procurador do conselho Paulo Anhaiá Lima, servindo o Secretário da Comarca Luis Teixeira de Almeida, almotacé o brigadeiro Antonio de Almeida Lara e o Capitão-Mor Antonio José de Melo, levando o estandarte da Vila, Matias Gomes de Faria foi mandado pelo dito Sr. Governador Capitão-General que com o dito Dr. Ouvidor, todos juntos com a nobreza e povo, fossem à praça levantar o pelourinho desta Vila e que em nome de El Rei deu o nome de Vila Real do Bom Jesus, e declarou que sejam as armas de que usasse um escudo dentro do campo verde e um morro ou monte no meio todo salpicado com folhetas e granitos de ouro, e por timbre, em cima do escudo, uma fênix, e nomeou para levantar o pelourinho ao capitão-mor recente Fernando Dias Falcão a todos sobreditos com o dito Dr. Ouvidor, nobreza e povo foram à praça desta Vila, onde o dito Fernando Dias Falcão levantou o pelourinho, do qual para constar a todo tempo fiz este termo, que assinou o dito Sr. General com todos os sobreditos. E eu, Gervásio Leite Rabelo, Secretário deste governo, dia e era ut supra, - Rodrigo César de Menezes - Antonio Alves Lanhas Peixoto - Rodrigo Bicudo Chacim, João de Oliveira,.....".

Além disso, nesse mesmo ano o imposto arrecadado elevou-se quatro vezes ao de 1725, isto é, 35.210 oitavas, ouro esse com que Portugal comprou muita baeta e bijuteria dos ingleses. Entretanto, em que pese o aperto do fisco e mais arbitrariedades, a esta visita do Governador de São Paulo e à elevação de Cuiabá à Vila, deve-se o início do seu desenvolvimento cultural, pois até então o povoado só contava com gente analfabeta, alguns egressos das cadeias públicas de São Paulo, Minas e Bahia. Mesmo os chefes das Bandeiras, Pascoal Moreira Cabral, os Irmãos Lemes, eram semi analfabetos (chucros). Com a vinda da Comitiva do Dr. Lanhas Peixoto, que elegeu juizes ordinários, tesoureiro, vereadores, procurador de conselho, secretário da comarca, almotacé (Inspetor de pesos e medidas e controle de preços), a grande maioria portugueses, gente que ficou em Cuiabá a cultura passou a se desenvolver.

A partir de 1727, durante 91 anos, a Cuiabá de Miguel Sutil permaneceu como Vila Real do Senhor Bom Jesus, pois só a 17 de setembro de 1.818, quatro anos antes da independência do Brasil, elevou-se ela à categoria de Cidade, por Carta Régia de Dom João VI, pouco antes deste Monarca deixar o Brasil e retornar a Portugal. Dos historiadores de Mato Grosso, Rubens de Mendonça foi um dos que mais pesquisaram sobre as três primeiras décadas de Cuiabá, não obstante tenha sido seu pai o escritor que, a partir do final do século passado, garimpou notícias nos "casalhos históricos" dos primeiros cronistas. Esta crônica é, pois, um resumo dos fatos que ocorreram na primeira década de Cuiabá, interessando a sua elevação à categoria de Vila, para comemorar os 260 anos do acontecimento, registrado num 19 de janeiro de 1727. Não é assunto para ser discutido com intelectuais, mormente com historiadores mato-grossenses, que esses trazem-no na retentiva. Destina-se, isto sim, a essa gente das novas gerações de cuiabanos, para que não se esqueçam; dentro de mais alguns lustros as nossas tradições, a nossa história, o desvendado do nosso passado, estarão sob suas responsabilidades. Cumpre então tentar para o mérito destas observações.

## SOBRE AS OUVIDORIAS DE CUIABÁ E MATO GROSSO

Lenine Nequette.

O primeiro Ouvidor a pisar as terras de Mato Grosso foi o Dr. Lanhãs Peixoto, que deixara Paranaquã para acompanhar o Governador D. Rodrigo César de Meneses, e a quem este, na mesma semana de sua chegada a Cuiabá, em 22 de novembro de 1726, confiou-lhe as funções de Superintendente, Ouvidor-Geral e Provedor dos Defuntos e Ausentes. Coube-lhe estar aos atos de elevação do povoado de Pascoal Moreira Cabral à categoria de Vila com o nome Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (19 de janeiro de 1727), e fazer os pelouros para Juizes ordinários, Vereadores, Almotacés e mais Oficiais de Justiça. Não foi feliz Lanhãs Peixoto na sua estada por aquelas paragens. De logo, atritou-se com o P. Lourenço de Toledo Taques que, nomeado visitador pelo Bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. Antônio de Guadalupe, ao abrir devassa a respeito de seu antecessor na paróquia - o P. Manuel Teixeira Rabelo, decidiu-se a prendê-lo 'com grande estrépito e confusão'. Recorreu o prejudicado ao Ouvidor e Juiz dos Feitos da Coroa, que o mandou soltar, fazendo juiz assim à excomunhão do Vigário por intrrometer-se na jurisdição eclesiástica. Em seguida, incorreu no desagrado do Governador que pretendia obrigá-lo a sentenciar à morte - para exemplo dos demais - um escravo que assassinara um morador: negou-se Lanhãs Peixoto, argumentando 'que o fizesse S. Exa.' que em semelhantes casos tinha despótica autoridade como General', pois que ele, Ministro, 'estava obrigado a guardar as leis, e estas lhe não davam tal autoridade'. Retrucou-lhe o Governador que 'ou enfocasse o negro ou cedesse, o cargo de Ouvidor que ele provera em quem muito lhe parecesse'.

O Ouvidor aceitou o alvitre, tanto mais que, tempos antes, já se haviam desentendido ambos, a propósito da prisão de Antonio Barroso, conhecido jogador acusado de cobrar às apostas ganhas e negar o pagamento das perdas. Entendia-se o Governador superior a todas as Justicias. 'Neste Estado do Brasil, dizia, criou Sua Majestade que Deus guarde Governadores, locos-tenentes seus, superiores a toda as mais Justicias, e capitães-generais primeiros na milícia, a quem deu poder para bem reer e governar os seus vassallos, e quando o Príncipe comete o Governo ao seu locotenente é visto cometer-lhe o conhecimento de todos os casos que no dito governo entre os povos se moverem, que é o em que consiste a execução do Governo'. Ao que lhe havia respondido o magistrado 'que as leis de El-Rei Nosso Senhor impediam aos Ministros prender alguém sem culpa formada em autos, e sem prova de testemunhas... e isto é não só a ordenação que assim o dispõe, determina e manda, mas trivial dos D.D., nem vi, nem ouvi dizer haja algum contrariado'.

Afastado já do cargo, no qual se fizera enciosar o Juiz Ordinário Rodrigo Bicudo Chassim, que saíra nos pelouros de 19 de janeiro de 1727, acusava-o ainda Rodrigo César: 'V. Mcê. largou voluntário os empregos de que eu o havia encarregado, esquecendo-se do caráter de Ministro está advogando publicamente, escrevendo contínuas sátiras da sua letra e de interpostas pessoas, assinadas pelas partes ou advogados, emburalhando os auditórios, aconselhando, ambas as partes, fazendo os papéis de uma e outra na mesma causa, com ofensa da Justiça e prejuízo das ditas partes, sem dúvida atropelando o respeito de Ministro com escândalo geral, de que se segue prejuízo do serviço de Deus e de Sua Majestade e bem comum' (Carta de 5 de junho de 1728).

Recolheu-se, então, o Ouvidor ao sítio de Antônio de Almeida Lara, na Chapada, a dez léguas de Cuiabá, a caçar perdizes: algum tempo depois, em junho de 1730, pereceria às mãos dos palaguás, que lhe destruíam a monção em que conduzia sessenta arrobas de ouro como, aliás, de tudo já se fez menção em outro lugar. O Juiz Ordinário Rodrigo Bicudo Chassim, tendo de viajar

para São Paulo, transmitiu a Ouvidoria interina ao mestre-de-campo Antão Leme da Silva, eleito de barrete, o qual, por sua vez, já a havia transferido a Diogo de Lara Morais - quando, a 4 de junho de 1728, dois dias antes de seu regresso a São Paulo, resolvia Rodrigo César extinguir a jurisdição de Ouvidor-Geral enquanto Sua Majestade não ordenasse o contrário. Com a sua partida, diz a crônica, 'melhorou tudo, cessaram as excoções, execuções, lágrimas e gemidos, pragas, fomes, enredos e miscelâneas, apareceu logo ouro, produziram os mantimentos, melhoraram os enfermos...'

Essa ventura, porém, não havia de durar muito. D. João V, tendo criado a 29 de março de 1729, o lugar de Ouvidor de Cuiabá, para ai despachou o bacharel José de Burgos Vila Lobos que, em fins de 1730, 'entrou a fazer justiça com força e a pôr em arrecadação as fazendas dos defuntos e ausentes' e, de parceria com o irmão, Caetano de Burgos, tesoureiro dos ausentes, 'tornou-se tão perseguidor dos seus jurisdicionados, que o próprio Capitão-General (já então Antônio Luiz de Tavora, Conde de Sarzedas, que tomara posse a 14 de agosto de 1732), ciente do que sucedia longe de suas vistas, comunicou, a 11 de novembro de 1733, ao governo lusitano, que, por sua causa, violências e arbitrariedades, se despojava Cuiabá. Suas execuções, acrescentara, haviam feito com que em 1732 desertassem de Cuiabá mais de duas mil pessoas, donde resultou grande decréscimo dos reais quintos. E a dispersão, uma vez principiada, não mais se deteria'. O sucessor de Vila Lobos foi o Ouvidor João Gonçalves Pereira, que se empossou a 29 de dezembro de 1735 e empreendeu, com o auxílio do povo e dos sertanistas decididos, a ligação de Cuiabá a Goiás por terra. Por essa estrada foi conduzida a primeira boiada considerável, que chegou à vila em setembro de 1737. 'Anteriormente, raras seriam as reses conduzidas nas monções, como as referidas por Cabral Camelo. A abertura do caminho terrestre, embora cruzasse a região dos caiapós, reduzia os prejuízos resultantes da morosa navegação, agravada pelas incessantes hostilidades dos indígenas'.

Não se deteve, contudo, o despovoamento da vila. Em fins de 1737, na monção do Ouvidor Gonçalves Pereira, para o Guaporé, cerca de 1.500 pessoas dali desertaram, além de mais de uma centena, que regressaria a São Paulo acompanhando o Tenente-General Manuel Rodrigues de Carvalho... 'ficando sítios, casas e lavras, tudo deserto; somente ficaram na vila sete homens entre seculares e clérigos e alguns carijós; gente preta só algum pajem que servia a seu senhor'. Coube-lhe 'inquirir dos sertanistas que haviam perlustado as missões castelhanas do Guaporé, cujas respostas aos seus quatorze quesitos, em data de 20 de setembro de 1743, constituem - provavelmente redigidas por José Barbosa de Sá (que se atribui a autoria exclusiva na Relação das Povoações) - o documento n. IX, recolhido pelo Prof. JAIME CORTESÃO no Tomo II dos Antecedentes do Tratado, Parte III. Esse documento somado àquele que em 30 de janeiro de 1741 encaminhara à Metrópole sobre ocorrências fronteiriças, e solicitando providências acatadoras dos domínios portugueses, ensejou a Real Ordem de 5 de agosto de 1746, para a fundação de uma vila na região fronteiriça, 'que polarizasse as energias disponíveis e atraísse elementos de fora, mercê dos privilégios concedidos aos povoadores, pela isenção de impostos e regalias prometidas'.

A João Gonçalves Pereira sucedeu Manuel Nunes Nogueira, de quem se sabe que examinou pessoalmente o local em que, nas cabeceiras do Paraguaí, se descobriam minas de ouro, tomando então as providências que lhe cabiam - a nomeação de funcionários, a partilha das

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

terras miérais 'e tudo o mais que convinha para o bem comum'. 'Apenas se ausentara, porém, de regresso à vila constou-lhe que de mistura com o ouro apareciam pedras, cuja exploração era privativa da Coroa. Abriu inquérito e, verificada a veracidade da notícia, mandou os seus oficiais a suspender aquele descobrimento, o que teve tão pronta execução, que em menos de oito dias ficaram aqueles distritos despovoados'. Faleceu em abril de 1748, sendo substituído pelo mestre-de-campo Manuel Dias da Silva, que delegou poderes a Bernardino de Oliveira Leitão e a Garcia Rodrigues Pais para efetivarem a partilha das datas minerais de Rio Preto, onde os agressores das minas interditas haviam encontrado ouro, mas de onde igualmente foram em seguida mandados evacuar - tão logo se noticiou a coleta de alguns diamantes.

Criada a Capitania de Mato Grosso, concomitantemente com a de Goiás (9 de maio de 1748), coube a Gomes Freire de Andrada assumir interinamente a direção dos negócios em ambas as circunscrições, uma das quais (Goiás) chegou a visitar por volta de 1749. Dom Marcos de Noronha, nomeado a 14 de setembro de 1748, entrou no governo da de Goiás a 8 de novembro de 1749, e Dom Antonio Rolim de Moura, cujo diploma fora assinado a 25 de setembro de 1748, empossou-se no cargo, em Cuiabá, a 17 de janeiro de 1751 - quase dois anos depois do seu Ouvidor, o Dr. João Antônio Vaz Morilhas, que entrou no exercício do cargo a 20 de março de 1749. As dissensões entre as duas autoridades enchem uma longa página na crônica judiciária. Logo que passou por Cuiabá, a caminho de Vila Bela, chegaram aos ouvidos do Governador graves queixas de seus moradores contra o Ouvidor, que - dizia-se - escorchava-os impudentemente. De prevenção contra o magistrado, ordenou então o Governador a soltura de um preso, João de Sousa Nogueira, contra quem Morilhas desfechara recente perseguição. O Ouvidor representando a 29 de agosto de 1751 contra a insólita invasão das suas atribuições, viu pronunciar-se a seu favor o Conselho Ultramarino, a cuja consulta seguiu-se a Carta Régia de 17 de maio de 1753, pela qual ficou Dom Antonio Rolim de Moura advertido de que não lhe era lícito intrometer-se nos negócios forenses e em tudo o mais que pertencesse à jurisdição dos Ministros da Justiça...

Doze dias depois, no entanto, isto é, a 29 de maio de 1753, dava-lhe 'El-Rei D. José por finda' a sua jurisdição: 'Faço saber a vós, Fernando Caminha de Castro, Ouvidor-Geral nomeado para o Cuiabá, que eu houve por bem, por Decreto de 22 do corrente, haver por acabado ao bacharel João Antônio Vaz Morilhas o referido lugar de Ouvidor-Geral do Cuiabá, que está exercendo, pelo que sou servido ordenar-vos, como por esta o faço, suspendais ao dito bacharel João Antônio Morilhas e lhe tireis residência de todo o tempo que tiver servido o dito lugar e dos mais cargos que serviu no mesmo tempo, e a seus oficiais, na forma da Ordenação e Regimento, perguntando na dita residência se este Ministro comerceiou, contra a disposição da minha lei de 29 de agosto de 1720 e Alvará de 27 de março de 1721; e outrossim se vos ordena que separadamente tireis residência ao dito bacharel João Antônio Vaz Morilhas de todo o tempo que serviu o cargo de Provedor dos Defuntos e Ausentes e a seus oficiais pelos capítulos que com esta se vos remetem, vindos da Mesa da Consciência e Ordens na conformidade da minha Resolução de 14 de dezembro de 1750, tomada em consulta do meu Conselho Ultramarino... e tanto que as ditas residências forem acabadas mas em viáveis, separadas uma da outra; as informações e autos delas cerrados e lacrados, a meu Conselho Ultramarino, expressando nas vossas cartas o que constar em cada uma das ditas residências e de como o bacharel João Antônio Vaz Morilhas me serviu nos ditos lugares, com o mais que achardes na informação particular que também

haveis de tirar do seu talento, vida e costumes, e se foi de bom acolhimento às partes, que tudo será entregue ao Secretário do dito Conselho'.

Não chegou Caminha a alcançar o Cuiabá. Roteando o Guaporé, faleceu a 10 de janeiro de 1754, vítima de 'umas sezões de que já havia tido seus ameaços pelo caminho...' Representaram então ao Governador os camaristas, pedindo-lhe o afastamento de Morilhas. Respondeu-lhes cautelosamente Rolim de Moura, a 24 de maio de 1755: 'Eu reconheço a opressão em que vossas mercês têm vivido com ele e também não ignoro as minhas diligências pelas moderar, e podem estar certos que sinceramente desejo atalhar o que vossas mercês receiam e procurar-lhes todo o sossego e quietação, e até onde se estender a minha jurisdição não pouparei meio nenhum conducente a este fim. Porém, o que vossas mercês podem é de tão grande poderação que eu não me atrevo a tomá-lo sobre mim e assim tenho escrito sobre este particular ao Senhor Vice-Rei do Estado, com as cópias da carta de vossas mercês e da ordem que o Desembargador Fernando Caminha de Castro trazia para a dita suspensão'. E concluiu que 'enquanto esta determinação não chegar, vossas mercês não abram novidade alguma a este respeito, antes se conservem sempre na mesma dependência do Ouvidor respeitando e obedecendo como a Ministro d'El-Rei'.

Dom Marcos de Noronha, Vice-Rei do Brasil pela Carta Régia de 24 de junho de 1754, fez reunir a 20 de agosto de 1755, em Vila Boa de Goiás, onde ainda se encontrava, uma Junta - integrada pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde dos Arcos, Governador e Capitão-General daquela Capitania, o Ouvidor-Geral Sebastião José da Cunha Soares e Vasconcelos, o Intendente do Ouro e Provedor da Fazenda Real Anastácio da Nóbrega, os Drs. Jerônimo Moreira de Carvalho, Felipe da Silveira e Sousa, José Gomes de Oliveira e Inácio José Alves de Oliveira, e o Vigário da Matriz Dr. Antônio Rodrigues Fontana - à qual se leu a representação dos Oficiais da Câmara da Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. E a Junta votou unanimemente 'que se devia intimar o bacharel João Antônio Vaz Morilhas que tinha findo o tempo do seu lugar por Sua Majestade o haver assim terminado...' Comunicada ao Governador a decisão da Junta, tocou a Teotônio da Silva Gusmão, Juiz de Fora e de Orfãos da Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, executá-la. Esquivou-se, todavia, por isso que atarefado na construção da Matriz e com a saúde em condições impróprias à afanosa viagem naquela quadra chuvosa - como declarou em 3 de dezembro de 1755, fazendo ao mesmo passo demissão do lugar de Ouvidor do Cuiabá para que se pudesse exercer o Dr. Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa, Intendente dos Quintos e Provedor da Fazenda Real...

O Senado da Câmara de Cuiabá, ciente dessa escusa, notificou ao Ouvidor Morilhas e ao seu substituto, pedindo-lhes o comparecimento. Morilhas, como era de esperar, não atendeu, e o Senado deu posse ao Dr. Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa (20 de dezembro de 1755). De tal maneira, porém, manobrou o magistrado de posto, que o seu substituto não se julgou desembaraçado para exercer o cargo. Atalhou o inconveniente o Governador, ao qual se havia dirigido o Senado, enviando então a este a incisiva Carta Régia de 31 de março de 1756: nela, determinava El-Rei D. José que se suspendesse logo ao dito Ouvidor atual João Antônio Vaz Morilhas, ainda que por qualquer incidente se dilatasse ou morresse o novo Ouvidor que haveria de nomear. De posse dessa carta, e instruído pelo Governador, intimou o Senado da Câmara novamente o Ouvidor Morilhas, o qual sem mais remédio, não só compareceu à sessão de 2 de julho de 1757, como ainda assinou o termo em que se retificava a sua suspensão e se empossava em seu lugar, o Intendente Brito e Costa.

CONTINUA NA PÁGINA SEQUINTE

Sindicou de seus atos, a seguir, autorizado pela Carta Régia de 13 de julho de 1757, o Juiz de Fora Manuel Figueiredo. Morilhas (conforme resultado da sindicância), na primeira correição que fizera, em 1750, de cada revista de balanças e peses cobrara 3/4 de oitavas de ouro, em vez de 1/4. Provocara demandas, mesmo em assuntos 'que facilmente se poderiam decidir' por um simples despacho', com o só propósito de embolsar as custas. No tocante a inventários, não se contentara só com puxar a si as heranças, senão que procedia de tal maneira 'que foram raríssimas as pessoas que morreram no Cuiabá que ainda que deixassem testamento lhes não fossem os bens parar ao juízo', onde sofriam desfalques de vulto, como as de um Manuel Nunes Coelho, reduzidos de mais de 1.000 oitavas de ouro. Em Vila Bela, uma Benta Cardoso mandou-a o Ouvidor remeter presa para Cuiabá, de cuja cadeia saía à noite para lhe ir à casa, por ser 'moça e bem parecida'. Arrematara 'para si no mesmo juízo em que era Presidente' a uma filha que Caetano de Burgos, irmão do primeiro Ouvidor de Cuiabá, tivera com uma escrava, 'para o fim de usar mal dela, como usou', resultando dessa união um filho. Enfim, com a sua prepotência, tornara-se por demais temido na vila. O bacharel João Fonseca da Cruz, seu cunhado, fora denunciado como prevaricador por José Ferraz, bacharel formado: Morilhas prendeu o acusador e as testemunhas contrárias, a quem a Relação da Bahia sentenciou (mais tarde) favoravelmente.

Em 13 de julho de 1761 foi preso, tendo-se ao mesmo tempo seqüestrado os seus bens, avaliados em 19.000 oitavas de ouro, em que se incluíram 156 diamantes pesando cerca de 81 quilates: carregara-os em pequenos embrulhos, que lhe foram tomados à força, já na prisão. Executou a diligência o Capitão-Mor de Cuiabá Francisco Lopes de Araújo. E ao Sargento-Mor prático João de Sousa de Azevedo coube recebê-lo em Vila Bela para custodiá-lo a Belém do Pará. Em agosto de 1761 chegou o primeiro Ouvidor de Mato Grosso, Manuel José Soares, em cuja Carta Régia se ordenava ao Governador da Capitania que lhe desse posse, por não ter havido tempo para se lhe passar a costumada pelo Desembargo do Paço: e nesse mesmo ano ficou inteiramente a capital em Vila Bela para a sua residência. Em 1764 es teve o Ouvidor em correição no Cuiabá, já acumulando, desde o falecimento de Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa, ocorrido em 22 de dezembro do ano anterior, as funções de Provedor e Intendente (conforme as ordens de S.M., averbadas no Livro 10. da Intendência' antiga, a fl. 51), no exercício das quais pôs em ordem o almoxarifado da Fazenda Real.

Durante a sua gestão (mais precisamente' a 24 de março de 1766), foi morto por Antônio Ribeiro de Brito, a porretadas e cutiladas, o Juiz e Guarda-Mor de Arais (que depois se denominou Santo Antônio de Avarante), Manuel de Oliveira Ferreira. Assim que se teve notícia do ocorrido, expediu o Juiz de Fora Dr. Constantino José da Silva Azevedo (o qual, participada a sua nomeação com a Carta Régia de 28 de agosto de 1760, somente veio a assumir o lugar, em Cuiabá, a 09 de agosto de 1762) uma escolta de trinta capitães-do-mato para prender os facinorosos, mas inutilmente. 'Toda esta desordem - refere o cronista - aconteceu por emulações e mexericos, que devem evitar os que administram justiça, não admitindo a seu lado sujeitos de péssima conduta por se livrarem de dar e ter desgostos. À quele arraial era descoberto de poucos tempos por um paulista, chamado Amaro Leite Moreira, e como o ouro era limitado foi-se somente povoando em seus princípios por alguns foragidos por dívidas ou crimes, pois o lugar é remoto e próprio para semelhantes indivíduos porque, como já disse, dista desta Vila o melhor de

cem léguas e outras tantas de Goiás, invadido do gentio o bárbaro, e está junto do Rio das Mortes, cuja água bebem os seus habitantes, pestífero, pouco abundante de matos e por isso estéril de mantimentos, e seu sustento comum são palmitos, por cuja causa morriam muitos nos seus princípios.

Isto posto, passados alguns anos, descobriram uma pedreira em que se faziam jornais de duas, três e mais oitavas por semana; pretenderam logo que houvesse justiça para desafoço das paixões a que está muito sujeita e propensa a natureza humana. Foi com efeito provido por esta Câmara por Primeiro Juiz e Guarda-Mor o dito Antônio Ribeiro de Brito, conhecido' pelo mais prudente e de melhor conduta e capacidade em tre aqueles moradores. Tomou posse e entrou a exercer os seus empregos com inteira satisfação de todos, de sorte que a sua boa fama soava ainda fora dos limites' daquela mesma povoação. Não teve duração esta felicidade de mais tempo que aquele que o dito Juiz governou isento dos enredos que lhe entrou a fulminar um seu cunhado por nome Caetano Neto, loco que foi residir no dito arraial, fazendo com que o dito Juiz tivesse alguns procedimentos, suposto que com causas justas, porém re leváveis, se não houvesse péssimo e diabólico conselho ro. Daqui resultou fazerem-se parcialidades e entrarem os emulos a procurar que se proovesse aqueles empregos o desgraçado Manuel de Oliveira Ferreira, e assim aconteceu, vindo este a suceder nos de Juiz e Guarda-Mor' ao dito Antônio Ribeiro. Tomando posse, entraram os seus sequazes e apaixonados a pertencer (exercer) com a vara da jurisdição a sua vingança; porém, sendo ciente o dito Ribeiro das maquinações que contra ele se forjavam na oficina do ódio pelos malvólos, cuidou em por-lhes o último fim com a morte do dito Juiz. Assim o executou e na verdade não só obteve a vida daquele' desgraçado homem, como o mesmo ouro do dito arraial, 'que chegou à decadência tal que hoje lá apenas assis tem alguns pretos forros, com alguns criminosos que procuraram aquele recanto para se refugiarem.'

No dia 19 de janeiro de 1769 entrou em Mato Grosso e tomou posse do governo daquelas capitãias, vindo pela monção do Pará, o General Luís Pinto de Sousa Coutinho, e, com ele, veio (para substituir o Dr. Manuel José Soares) o Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca Dr. Miguel Pereira Pinto Teixeira. Em outubro de 1771 andou pelo Cuiabá, por ordem de Sua Majestade, a sindicância do Primeiro Juiz de Fora daquela Vila, o Dr. Constantino José da Silva Azevedo, e a fazer correição finda a qual recolheu-se à cabeça da Comarca. (O Dr. Constantino, registre-se de passagem, fora substituído pelo Segundo Juiz de Fora de Cuiabá, o Dr. João Batista Duarte, natural da Vila de Guimarães do Reino de Portugal, tendo assumido o seu lugar em 23 de dezembro de 1766; dez anos depois, a 8 de janeiro de 1776, chegava à Vila o terceiro Juiz de Fora, o Dr. José Carlos Pereira, natural da Vila de Cachoeira, fazendo a sua entrada 'muito plausível, com grandioso acompanhamento de povo que foi esperar ao caminho em distância' de quase duas léguas': empossou-se no cargo a 2 de março de daquele mesmo ano, 'em cujo ato fez uma, suposto 'que concisa, mas doura e bem ordenada fala', entrando a exercitar a sua jurisdição 'com muita atividade'.)

O Ouvidor seguinte foi o Dr. Luís de Azevedo Sampaio, que em 28 de janeiro de 1776 chegou a Cuiabá 'com sua mulher e filhos', fazendo 'perder o horror que ainda às pessoas de outro sexo causa viagem tão penosa e dilatada'. Serviu ele de Intendente e Provedor (por ausência do Dr. Miguel Pereira Pinto Teixeira, que servia os ditos cargos com o de Ouvidor) até 17 de fevereiro, em que entrou a servir o novo Prove-

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

dor Felipe José Nogueira Coelho: 'este cargo mandou' Sua Majestade criar de novo, porque tinha sido servido pelos intendentes por anexação, como se diz no ano de 1746'. E com estes dois Ministros letrados se celebrou em 23 de abril, desse mesmo ano, uma Junta da Justiça, em execução da Real Carta de 12 de agosto de 1771. Na Rua dos Mercadores, pelas cinco horas da tarde do dia 13 de junho (de 1778), desfechou-lhe um tiro de espingarda um José Tavares Barbosa, com o qual tivera o Ministro dissensões antigas. Faleceu nesse mesmo dia, pelas oito horas da noite, enquanto que o criminoso, em execução da sentença que veio a ser proferida pela Junta de Justiça, foi enforcado dentro de oito dias, na mesma rua e luar do tiro, em que se mandou levantar a forca e nela deixar o corpo pendente por três dias, e a cabeça e as mãos até se consumirem pelo tempo. Sua Majestade aprovou este procedimento pela Provisão de 2 de julho de 1779, que se registrou no Livro 5o. da Ouvidoria...', mas não deixou de aprovar também, pelo mesmo decreto, o sumário ou devassa que se tirou das desordens do dito Ministro, e da fidelidade dos povos daquela Capitania.

Deixou, então, de ser o substituto do Ouvidor, nos seus impedimentos ou ausências, o Intendente e Provedor, como se fazia desde a Provisão de 1o. de dezembro de 1750. Por isso, foi o lugar assim vago ocupado - não pelo Provedor e Intendente, à época o Dr. Filipe José Nogueira Coelho, mas pelo Jui de Fora de Cuiabá, o Dr. José Carlos Pereira. Esse magistrado, em 1779, erigiu na missão de Santana da Chapada, uma igreja para servir de matriz daquela freguesia, 'em cujo trabalho empregou o seu desvelo, a sua fadiga, o seu cuidado e muita parte da sua fazenda', concluindo-a no dia 31 de julho, em que nela celebrou a primeira missa o Revdo. Vigário da Vara José Correia Leitão. E, depois de deixar quase rematada a construção de uma capela (dedicada a São Gonçalo), junto ao porto da vila, embarcou-se em duas canoas suas, a 18 de novembro de 1781, tomando o rumo de Lisboa, 'de onde foi despachado para o lugar de Intendente e Provedor da Real Fazenda da Capitania de Goiás com beca honorária': sucedeu-lhe no lugar de Jui de Fora de Cuiabá o Dr. Antônio Rodrigues Galoso, que ali chegara, a 17 de janeiro, vindo pela cidade da Bahia, e se empossara no dia 22 de mesmo mês (janeiro de 1781).

Em 28 de dezembro de 1780, deu no Mato Grosso o novo Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca, Dr. Joaquim José de Moraes, que em setembro de 1782 fez correição em Cuiabá, recolhendo-se em novembro para a cabeça da comarca. No seu tempo, em 1783, desmembrou-se do julgado da Vila de Cuiabá o arraial de São Pedro Del-Rei, 'e foram seus primeiros Juizes Ordinários eleitos na Câmara da Capital o Capitão-Mor Salvador Jorge Velho, natural da Vila de Itu da Capitania de São Paulo, e o Guarda-Mor do mesmo arraial André Alves da Cunha, natural do Reinado de Portugal'. Foram neste ano tão excessivas as águas, que além dos muitos prejuízos que causaram as cheias dos rios, as chuvas de fevereiro na Chapada fizeram grande dano, como experimentou a Igreja de Sant'Ana, que lhe caiu por terra a parede da capela-mor que fica, por detrás do retábulo do altar, aquela mesmo em que o dito retábulo se firmava; porque como fica dito, da parte do sul donde no presente ano vinham as maiores tempestades e forças d'águas, não puderam resistir ao ímpeto delas. Esta notícia deu causa ao Dr. Jui de Fora, conservador da missão, Antônio Rodrigues Caíoso, para que passasse àquela freguesia a examinar o estrago que feito e considerando o total desamparo da missão, por que os índios seus habitantes são, como todos sabem, capazes para destruir, e não para conservar, aplicou -

se a pedir algumas esmolas e com elas fazer aquele concerto, que concluiu e ficou na verdade muito bom.

Por ocasião, porém, desses reparos, no dia 23 de abril de 1784, pelas nove horas da noite, quando o dito Ministro chegava à porta da casa onde assistia, que era a do pároco, 'ao tempo que chamava por um seu escravo, lhe dispararam um tiro de arcabuz com balas e perdigotos...' Escapou por milagre, mas em tranharam-se-lhes os tais perdigotos pela barriga, pelo quadril e pela mão esquerda, e suposto viveu, não deixou contudo de ficar puxando algum tanto ou quanto da perna esquerda...' Conduziram-no para a vila em uma rede, 'que carregaram os índios com muito trabalho, por que ele era bastante cheio e alto'. 'Faziam-se duzentas mil idéias, e todas iam dar nos inocentes índios, atribuindo-se-lhes o malefício por serem desconfiados e vaidos, e haverem sido algumas vezes disto mesmo repreendidos pelo dito Ministro por ocasião do serviço da mesma obra.' Chegando a notícia ao Governador, participada pelo Mestre-de-Campo Antônio José Pinto de Figueiredo; 'foi tal a paixão que concebeu, que sem embargo de se achar o Dr. Ouvidor Joaquim José de Moraes fora da capital em diligência do Real Serviço, assim mesmo lhe expediu ordens as mais apertadas para que logo passasse a esta vila, para o que estavam prontas as bestas e mais conductas da Fazenda Real, e procedesse a uma exatíssima devassa do caso acontecido, fazendo prender e com toda a segurança conduzir para a cadeia da capital a todo e qualquer delinqüente que fosse compreendido na culpa, para ser castigado com as penas estabelecidas contra os agressores de tão graves e enormes delitos.

Em execução daquelas ordens suspendeu o Dr. Ouvidor-Geral a diligência em que se achava, e partiu a executá-las na verdade com aquela atividade que tem de costume; chegou a esta vila em 11 de julho, começou a devassar, passou à missão, e voltou prosseguido a diligência com muita eficácia. Foram compreendidos na devassa dois indivíduos, um mandante e outro mandatário e executor, que parecia inerível se hoje por boca de ambos, ou de um deles que foi o mandante, se não viesse a saber com toda a certeza, pois teve o desacordo de assim o manifestar a muitas pessoas, já nas minas de Goiás por onde se retirou, e já na Capitania de São Paulo, aonde andava, asseverando que ali queria esperar o dito Ministro para o acabar, quando ele por ali passasse de regresso para a Corte, visto que a primeira diligência não teve o efeito da pretensão. Foi mandante um Pedro Marques Henriques, natural do Reino de Portugal, que vivia nesta vila de sua taverna, o qual depois de se haver executado o péssimo insulto, foi um dos que marchou desta vila como soldado auxiliar com outros mais, por ordem do mestre-de-campo comandante, a ir encontrar ao dito Ministro para o escortar até esta vila...

A Causa por que este diabólico homem mandou fazer o abominável insulto, foi porque o dito Ministro o mandou prender no segredo, e procedera a perguntas para averiguar se era ou não compreendido na morte de um escravo de Manuel Nunes Ferreira Borges, de quem era este péssimo homem particular amigo, e se presumia haver dado adjutório para a dita morte, que foi feita a violências de açoites, e isto mesmo disse ele depois que fugiu destas minas, por escápula, que lhe deram os seus amigos; sendo o mandatário e péssimo assassino, e vilíssimo executor do nefando delito, outro Pedro José dos Passos, homem mamaluco, natural da freguesia de Araraçu, da Capitania de São Paulo. Preso, todavia, o indigitado Passos, logrou fugir, valendo-se da piedade ou da tolice do soldado Bento Rodrigues Fontoura, a quem conseguiu convencer da aliviá-lo dos ferros em que

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

vinha. Pagou então o soldado a sua culpa, conservando - se-o na prisão por dois anos. Juiz de Fora desde 6 de dezembro de 1785, passou o Dr. Diogo de Toledo Lara Ordonhes a exercer inteiramente as funções de Ouvidor da Comarca a 6 de setembro de 1789, e à sua pena (e não à de algum secretário seu, ao contrário do que pretende A. DE TOLEDO PIZA, que fez publicar o documento na Revista do Instituto Histórico de São Paulo, vol. IV, 1898-1899 p. 219-242) se deve o registro, seguido de algumas anotações, das festas que se celebraram por ocasião do seu aniversário, em 1790, e que se prolongaram do dia 6 de agosto a 8 de setembro; página das mais curiosas e memoráveis para o estudo dos costumes cuiabanos - e da cultura ali em voga - ao findar o século XVIII.

Começou-se, evidentemente, por uma solene cerimônia religiosa, à qual se fizeram presentes as mais altas autoridades eclesiásticas locais, entre elas o Vigário da Igreja e Vara Dr. Vicente da Gama Leal e o Comissário Subdelegado da Bula Revdo. Antônio de Arruda Leite. E nessa mesma noite celebrou-se o primeiro baile dirigido pelo Prof. José Zeferino Monteiro, que, vestido de salão, regeu as contradanças: ao que se seguiram outros, em todos os quais, porém, as 'damas' não eram senão cavalheiros, que se apresentavam de 'máscaras' - destacando-se logo no segundo baile, pelo 'extraordinário asseio' selas, principalmente estas três: o Major Gabriel da Fonseca e Sousa, o Alferes Joaquim Rodrigues de Oliveira e um tal de Francisco Dias... Depois, vieram as cavalhadas, e, de permoio com os bailes, representações dramáticas, que fechavam com cantos e recitativos. Levaram-se à cena, por inerível que pareça, as 'mais variadas comédias e tragédias: Aspásia na Síria, Irene Perseguida e Triunfante, Salão Cidadão, Zenóbia no Oriente, Dona Inês de Castro, Amor e Obrigação, O Conde d'Alarcos, Tamerlão na Pérsia, Zaíra, O Tutor Enamorado, Esio em Roma, Focas, Sganarellos, sem falar em outras cujos títulos não se mencionaram. Tamerlão na Pérsia, essa, representaram-na uns crioulos, ensaiados por Francisco Dias Pais, custeando as despesas do teatro, luzes e músicas, o Major Gabriel da Fonseca e Sousa, e fazendo destaque o preto Vitoriano, recém liberto 'inimitável nos papéis de caráter violento e altivo': os mesmos pardos, aliás, assumiram a responsabilidade da ópera Esio em Roma, custeada pelo alfaiate Jacinto Ramalho Lisboa e ensaiada pelo Escrivão da Ouvidoria Manuel Leite Penteado. E, como nos bailes, as Irenes, as Zenóbias, as Astréias... eram todas do naipe masculino, confeccionados os seus trajes pelo Capitão Joaquim Xavier da Costa Vale, sobre o qual recaíra o cuidado e o trabalho de adornar as várias figuras de damas todas as funções. Silvério José da Silva revelou-se, no particular, de uma grande versatilidade: foi singular no papel de Branca, d'O Conde d'Alarcos, e não se saiu menos mal nas roupagens de Zaíra, de Fênix ou de Inês de Castro...

Nem faltaram a dar a sua contribuição os caixeiros de lojas, os pequenos comerciantes e os traficantes, que prontamente atenderam ao convite de José Duarte do Rego para uma dança (do domingo, dia 22, à tarde), apresentando-se os galãs vestidos à maruja e as 'damas' com saias de chita, bem armadas, com coifas e chapéus de volantes, preparados de flores e xarões... E pode-se imaginar o quanto custou essa interminável festança, com a grande profusão de luzes de cera no teatro (que naquele tempo andavam bastante caras), as decorações do jardim; 'guarnecido de estátuas no alto de cada um dos quatro arcos', as vistosas fantasias dos figurantes, e a orquestra - que, mais numerosa que as anteriores, se apresentava ainda com uma singularidade até então nunca vista naquelas paragens: uma trompa... Mas não teria custado menos ao magistrado: 'Em todas estas funções - escreveu ele - quando são horas, vêm os cai-

xas e trombetas e com os eles os soldados que hão de servir na comédia, ópera ou tragédia, acompanhar-me na ida e na vinda, e então comem, bebem, etc.'.

Não fora, afinal, conceder-se demasiada importância ao assunto, e seríamos tentados a transcrever, uma por uma, as 'obras poéticas' que se recitaram nas noites de 6 e 15 de agosto - as únicas, aliás, que se copiaram, 'das muitas que se ouviram nas noites sobreditas e em outras ocasiões próprias da... festividade des! Este soneto, no entanto, 'recitado por um sujeito de respeito e merecimento, trajado de rica farsa de dama', é uma bela mostra das trabalhadas composições' (que fazem suspeitar não ser outro o seu autor senão o próprio homenageado):

#### Soneto

Vosso nome será sempre lembrado  
enquanto o Cuiabá tiver viventes,  
passando de umas gentes a outras gentes  
a fama do verão o mais honrado.

No foro tendes vós perpetuado  
instruções sábias, justas e prudentes;  
e nos pleitos deixais todos contentes,  
pois sabem que só a bem sois inclinado

Os que das letras têm conhecimento  
sem faltar a verdade bem dirão  
que deixais aos vindouros documento;

Os mais todos, senhor, confessário  
que a justiça encontrou em vós assento  
e as ciências acharam o seu Platão.

'No dia 11 de dezembro (de 1791) fez o seu desembarque no porto desta vila (de Cuiabá), vindo pelos caminhos dos rios, o novo Juiz de Fora destas minas o Dr. Luís Manuel de Moura Cabral... Aos 28 de janeiro (do ano seguinte)... tomou posse em Câmara do seu lugar, entrando logo no exercício de Ouvidor interino, que estava servindo seu antecessor (o Dr. Diogo de Toledo Lara Ordonhes)'. Poucos meses depois, porém, a 16 de novembro (de 1792), assumiria o lugar de Ouvidor e Corregedor da Comarca o Dr. Antônio da Silva Amaral, que ali chegara 'vindo pelo caminho de terra'. Voltou, então, ao seu posto, o Dr. Luís Manuel de Moura Cabral (15 de dezembro de 1792): e a 31 de maio de 1793, pelas dez horas da noite, sucedeu-lhe um 'atrevido e ridículo atentado' por dois cavaleiros que, às pancadas de paus, quebraram as vidraças e gelosias das casas de sua residência, deixando à porta um forçado com um cartucho de pólvora, e, retirando-se pela praça da vila, nela dispararam um tiro, como sinal do seu grande triunfo... Em 1796, foi o Dr. Antônio da Silva Amaral substituído pelo Ouvidor-Geral Francisco Lopes de Sousa Ribeiro de Faria e Lemos, o qual, por seu turno, teve como sucessor, em 1804, ao Dr. Sebastião Pita de Castro: chegado a Cuiabá a 20 de março, em companhia do novo Governador e Capitão-General Manuel Carlos de Abreu e Meneses, com este partiu para a capital a tomar posse do seu lugar, em 27 de junho. Ali faleceu em 4 de março de 1806, ocasião em que foi avisado o Dr. Gaspar Pereira da Silva Navarro, Juiz de Fora de Cuiabá, para se passar imediatamente à Vila Bela e entrar como Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca pela lei.

Do Livro "O Poder Judiciário no Brasil: Crônica dos Tempos Coloniais" - vol. II, págs. 115 - 129.

# Mato Grosso: no tempo do 44

MARTA DE ARRUDA.

Como contou GABRIEL PINTO DE ARRUDA

Quando localizei o cacerense Gabriel Pinto de Arruda, 95 anos, no seu apartamento do Leblon, senti uma satisfação muito grande, porque sua mente clara como as águas do Sepotuba guardava lembranças vivas de um tempo em que a justiça de Mato Grosso era o 44. No âmbito da Justiça, o mato-grossense havia vivenciado momentos terríveis em que se expôs à morte para salvaguardar a sua honra de homem que representava a Justiça de Mato Grosso. Pausadamente, como se fosse um filme, narrou alguns trechos da sua longa caminhada pelos Municípios deste Estado, na década de 20.

\* Quando voltei a Mato Grosso, o presidente do Estado era o general Caetano de Albuquerque. Fui Promotor durante 7 anos e depois requeri a minha nomeação para o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Coxim.

\* Na Promotoria, enfrentei júri de grandes criminosos, entre eles um tal Roberto da Silva Maia que, em plena sessão, agrediu o juiz com palavras desonrosas e o ameaçou com o banco em que estava assentado. Amedrontados, o juiz e os jurados começaram a correr. Aí foi dissolvido o Tribunal. O nome desse juiz era Deocleciano do Canto Menezes. O bandido era de grande periculosidade: matou suas próprias filhas. Os representantes da Justiça não tinham a menor garantia. Trabalhavam com apenas dois policiais. Como promotor, telegrafei para o Presidente dizendo que não iria ao Tribunal fazer mais nenhuma acusação porque não tinha garantia de vida, nem para mim nem para o Juiz e os jurados. Então, foram contratados oito civis da minha absoluta escolha, os quais foram convenientemente armados para enfrentar uma nova sessão de julgamento daquela fera. No segundo dia eu lhe fiz esta observação: "Você outro dia desacatou o Tribunal, o juiz, o promotor e os jurados - mas eu quero que hoje você proceda do mesmo modo! Ele ficou quieto. Fiz a acusação. Ele foi condenado a trinta anos de prisão. Foi mandado para a cadeia de Cáceres e, como não oferecesse segurança, mais tarde foi transferido para Cuiabá. De lá ele fugiu. Nessa época, estava como juiz de Coxim, e o chefe de Polícia entrou em contato comigo para me avisar do perigo que eu corria. Todos imaginavam que ele iria querer tirar uma desforra, mas felizmente ele seguiu diretamente para o Araguaia. Soubemos que lá foi assassinado por outro bandido.

\* A insegurança era uma constante na nossa vida. Ainda como juiz de Coxim, houve outro caso que quase resultou na minha morte. O advogado Antonio Ryes Coelho requereu uma providência judicial contra um ladrão que estava roubando o gado de um fazendeiro, que há pouco tempo havia falecido. Então baixei um ato mandando nomear uma pessoa de confiança para ser encarregada do destino da fazenda. O ladrão era um professor dos filhos do fazendeiro, o qual se uniu a uns bandidos para roubar a mulher e os filhos do ricoço. Esse homem mandou-me dizer que "a única lei de Mato Grosso era o 44 e que iria ajustar as contas comigo". No dia seguinte, realmente ele veio à minha casa. Era mais ou menos 11 horas da manhã e eu estava na porta da minha casa quando vi uns cavaleiros descendo uma lomboada rumo à vila. Eram mais ou menos vinte. Cada um tinha uma Winchester na mão. Vieram diretamente e formaram aquela coluna de bandidos em frente da minha porta. O

professor, chefe da malta, veio me perguntar quem era o juiz de Direito. Respondi-lhe: "Sou eu!" Disse-me: "Pois vim acertar as contas com você! Saiba que a única justiça desta terra é o 44. Aqui não se cumpre lei de juiz e sim a da pistola!" Enquanto dizia isso me ameaçava com a Winchester na mão e um revólver na outra. Fiquei tão indignado, exaltado, que comecei a dizer tantas barbaridades, tantos insultos àquele bandido, e também lhe pedi que me atirasse. Rasguei mesmo a camisa e disse: "Pode atirar que mata um juiz indefeso, mas que não tem medo de tanta covardia e de tanto banditismo!" E como ele não me matasse e permanecesse junto de mim, determinei que ele montasse a cavalo e se afastasse dali imediatamente. Realmente, ele montou a cavalo e logo em seguida, numa praça fez o acampamento. Mataram um boi e fizeram churrasco. Tirotearam o dia todo. Ao entardecer, o chefe dos bandidos voltou à minha casa. Eu havia saído para visitar um amigo. Minha senhora o recebeu, dizendo que eu não estava. Ele perguntou: "Onde ele está?" Respondeu: "O meu marido saiu!" Ele estava armado de um 44, um facão amolado e mais dois revólveres no cinto. Desconfiado, ele perguntou novamente à minha mulher: "Mas, será que ele não está mesmo aí?" E ela: "Se o senhor quiser entrar para verificar, pode entrar". Diante dessa afirmativa, ele se afastou e foi para a companhia do bando. Lá na praça tocavam sanfona, gritavam e promoviam um tiroteio. O povo de Coxim ficou tão apavorado que sumiu da cidade. Ficamos sozinhos, eu e minha mulher, naquela cidade cheia de bandidos. No dia seguinte eles foram embora. E a fazenda foi roubada pelos bandidos.

\* Como juiz não podia fazer um trabalho a contento; então fui para Cáceres. Ali fui professor. Tive um colégio durante muito tempo. Mais tarde, Dr. Mário Corrêa legalizou minha situação e pude retornar à Magistratura. Reassumi o cargo e fui nomeado novamente para a Comarca de Coxim. Logo depois fui convidado para ocupar o cargo de Delegado de Polícia, em Cuiabá. Felizmente, a Capital era muito tranqüila. O povo era pacato, muito bom e ordeiro. Podia-se viver ali com portas e janelas abertas. Crime de assassinato, de roubo, de estelionato, não havia naquele tempo.

\* Na pacata Cuiabá da época de Mário Corrêa o problema eram os carros sem freios, que desciam desgovernados a rua Cândido Mariano. O pessoal que vendia quinquilharias ao lado da igreja fazia queixas. O carro desgovernado quebrava tudo. Eu então resolvia tudo a contento. Chamava o infrator e perguntava: "O senhor derrubou e quebrou as vazilhas de fulano?" - "E, meu automóvel está sem freio. Eu vinha descendo a ladeira". Obrigava o sujeito a pagar os prejuízos causados. Daí, o Dr. Mário me chamou e disse: "Gabriel, você está fazendo uma justiça sumária!" - "Não, presidente, não é justiça. Estou resolvendo os assuntos sem processo, porque um processo leva meses e acaba arquivado." Comecei com a desburocratização. Não tinha nada de mandar prender, espancar, coisíssima nenhuma. Tudo era resolvido calmamente, sem nenhuma perturbação.

\* O NDIHR coloca ao dispor da comunidade seu acervo de entrevistas relativas ao projeto Foto-Fonográfico. Neste artigo focalizamos pequenos trechos de uma longa conversa.

# Rondon e a sua Epopéia nos Sertões

PEDRO ROCHA JUCÁ

No dia 15 de maio de 1955, quando ainda se comemorava o 90º aniversário do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o Congresso Nacional se reunia solenemente para um autêntico ato cívico: a entrega das insígnias de marechal ao mais ilustre filho de Mato Grosso. A saudação do Poder Legislativo brasileiro, numa sessão conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, esteve a cargo do deputado federal Luis Viana, que assim enfatizou em seu emocionante pronunciamento:

"Cabe, entretanto, nesta oportunidade, rememorar, numa síntese — pois só assim é possível, em tão pouco tempo — a grandiosa trajetória que se estende, do longínquo ano de 1881, quando em Cuiabá assentava praça um adolescente, até o momento culminante em que aquele jovem recebe, nesta magna sessão, a honra máxima que na sua carreira lhe seria possível atribuir: as insígnias de marechal do glorioso Exército brasileiro". Mais adiante, prossegue o orador: "Hoje, quando Vossa Excia. completa os seus gloriosos noventa anos de existência, vem o País, pelas Casas do Parlamento, Câmara e Senado, não proclamar alguma coisa desconhecida, mas dizer a V. Excia. que essa grande vida, esse imenso sacrifício, ficarão na História, lembrança viva da nacionalidade".

Na História do Brasil, apenas três marechais receberam as suas insígnias em sessão solene do Congresso Nacional. O primeiro foi o marechal Mascarenhas de Moraes, que comandou a Força Expedicionária Brasileira, ao retornar vitorioso da Segunda Guerra Mundial. O segundo foi o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o Patrono das Comunicações no Brasil, pela sua obra épica, notadamente na construção da mais extensa rede de linhas telegráficas do mundo, levando a civilização aos sertões da Amazônia. O terceiro e último foi o marechal Olímpio Mourão Filho, pela sua participação no movimento revolucionário de 31 de março de 1964. No Exército brasileiro, o posto de marechal somente existe em período de guerra, mas houve a exceção legal que permitia o acesso ao marechalato, em tempo de paz, aos generais de Exército que passassem para a reserva após 35 anos de atividade. Ao assumir a Presidência da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco reformulou a legislação em vigor, acabando com a figura do marechal em tempo de paz. Contudo, o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon foi o único que recebeu dos seus compatriotas o título de "Marechal da Pátria", o que é motivo de justo orgulho para todos os mato-grossenses.

A gloriosa história do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon começou em Mimoso, hoje Município de Barão de Melgaço, mas que na época do seu nascimento, 5/maio/1885, pertencia ao Município de Cuiabá. Mais tarde, ele assim descreveu a região onde nasceu: "O pantanal do Mimoso, bucólica localidade em que nasci, é o rincão pastoril mais belo da terra de Antonio João, do Brasil inteiro, quicã do mundo..." Órfão de pai e mãe, ele foi criado pelo avô com a simplicidade daquele ambiente, onde a única manifestação mais hostil era o impacto do vento contra as fraldas da serra de Mimoso e o quase desapercibido ruído das águas da Lagoa Chacororê. Quando nasceu, o seu pai, Cândido Mariano da Silva, já não existia, e a sua mãe, Claudina Lucas Evangelista da Silva, faleceu dois anos depois. De origem

indígena, uma mistura de Guanã, Tereno e Bororo, o nome Rondon, que trazia na sua linha paterna, seria incorporado mais tarde, a partir de 28 de novembro de 1890, já como segundo-tenente, quando o Ministério da Guerra lhe concedeu permissão para tanto.

Tendo nascido em um meio marcado pela violência da Guerra do Paraguai, ele se tornou um pacifista na mais pura expressão da palavra. O seu primeiro professor foi um ex-sargento, Jacinto Heliodoro de Almeida, o "79" dos Voluntários da Pátria, que apenas lia sem soletrar e sabia fazer as quatro operações aritméticas. Foi chegado o momento de ir para Cuiabá e o seu avô João Lucas de Evangelista concordou, a contra-gosto, mandá-lo para a Capital da Província de Mato Grosso, a fim de continuar os seus estudos, com o apoio de seu tio Manoel Rodrigues da Silva Rondon, que foi a Mimoso para cumprir a promessa feita ao irmão morto de que tu do faria para educar o pequeno que ia nascer, caso a vida lhe faltasse, como ocorreu logo em seguida.

Foi grande o impacto da "cidade grande" para o pequeno Candinho, que deixava as belezas naturais do seu sempre amado Mimoso. Mesmo assim, ele soube ser decidido. Era o ano de 1873 e Cuiabá era bem diferente do Morro Redondo que ficou apenas em sua lembrança. Seis anos depois, ele já estava matriculado na Escola Normal de Cuiabá, que em 1880 recebeu a denominação de Liceu Cuiabano. Em 1881, com apenas 16 anos, completou o curso Normal, sendo aprovado com distinção. O sonho de se tornar professor foi, no entanto, impedido de ser realizado pela sua pouca idade. Já com o máximo de conhecimento que poderia obter em Cuiabá, e sem a pretensão de continuar ajudando ao tio na sua pequena venda no "Beco Quente", que existia no atual Bairro do Porto, ele decidiu acompanhar os colegas da sua época, que optavam pela carreira militar.

Se fosse "perfilhado" pelo seu tio, que era oficial da Guarda Nacional, ele teria de imediato as regalias de cadete. No entanto, preferiu começar pelo início, incorporando-se como "praça-de-pré" no Antigo Acampamento Couto Magalhães, no dia 26 de novembro de 1881. Adido ao 2º Regimento de Artilharia a Cavalo, desde que chegou ao Rio de Janeiro, somente a 7 de março de 1882 é que passou a pertencer efetivamente à mencionada unidade militar. Era um recruta que sabia ler e escrever e isto facilitou a sua inscrição no curso preparatório da Escola Militar da Corte, para cujo efetivo foi transferido, já aprovado, no dia 4 de dezembro de 1883. Com a "Matemática de Cuiabá", criticada pelos seus colegas mais invejosos, ele concluiu o primeiro ano e requereu exame vago, ao mesmo tempo, para o segundo e o terceiro anos. Com coragem e inteligência, já em 1884 ele requeria a sua matrícula como cadete da Escola Militar da Corte, tendo feito em apenas um ano, e com louvor, os três anos preparatórios. Um ano depois, ele já havia concluído os cursos de Cavalaria e Infantaria. Isto quase lhe custou a vida, pois a sua compleição física não permitia o grande esforço realizado para romper o primeiro ano, o chamado "Curso de Alfafa", famoso por exigir muito dos seus alunos. Não suportando os excessos do estudo, e caindo gravemente enfermo, ele foi levado para uma "república" de estudantes. Já desengano, e até com vela acesa, ele se recuperou rapidamente.

graças à dedicação do bedel José Rufino, da viúva Villa gran Cabrita e do Médico Costa Branchante. Em 1888 ele concluiu o curso de Artilharia, que era acrescentado aos de Alemão e Estado Maior. Isto sempre lutando para conseguir o primeiro lugar.

Tendo participado ativamente do movimento militar que resultou na proclamação da República, 55 dias após 15 de novembro de 1889 ele era promovido a segundo-tenente e três dias depois a primeiro-tenente, por "serviços relevantes" prestados ao País, já no Corpo de Estado Maior e de primeira classe. O governo republicano decidiu, então, acelerar as obras de construção da linha telegráfica que partia de Franca, em São Paulo, e atingia Cuiabá através do Araguaia. Para o comando da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia foi indicado o major Ernesto Gomes Carneiro, que escolheu o então primeiro-tenente Rondon para o seu ajudante. Concluída esta linha telegráfica, ele retornou ao Rio de Janeiro, quando ficou noivo oficial de Francisca Xavier da Silva, filha de um médico militar e professor do Colégio Pedro II. Chiquita, como era chamada carinhosamente pelo seu esposo, o conheceu ainda como cadete da Escola Militar da Corte, e foi a sua única afeição matrimonial. O casamento ocorreu no dia primeiro de fevereiro de 1892 e a todos.

Após o seu casamento, Rondon retornou às selvas, assumindo as funções de chefe do 16º Distrito Telegráfico e inspetor dos destacamentos militares dispostos para a proteção da linha telegráfica entre Cuiabá e Araguaia. Foi aí que surgiu a amizade com os Bororos. Em abril de 1893, uma nova missão: construir a estrada de terra entre Cuiabá e Araguaia. Após sete anos, a estrada estava construída e a rede telegráfica concluída. Após construir casas para funcionários dos Correios e Telégrafos, regressou ao Rio de Janeiro em princípios de 1894 para ser nomeado técnico-auxiliar da Intendência Geral do Exército e nessa função organizou a planta das regiões que percorreu no Brasil Central, uma das mais importantes contribuições cartográficas nacionais no Século XIX. No início do Século XX ele estava novamente nos sertões para executar o projeto de vinculação das linhas telegráficas aos rios navegáveis e ao traçado de futuras estradas de ferro e de rodagem, levando o telégrafo às fronteiras com o Paraguai e com a Bolívia. E foi assim que a 21 de julho de 1900, como fato histórico de grande importância, foi restabelecida a Comissão Telegráfica Cuiabá-Corumbá, vital para a proteção das fronteiras nacionais.

Simultaneamente com a sua missão de levar o telégrafo às fronteiras, Rondon fez um completo levantamento de todos os afluentes da margem esquerda do Rio Paraguai, estabelecendo os limites exatos do Pantanal Mato-grossense a Leste e localizou todos os seus maciços orográficos. Em 1906, já estava nas fronteiras com o Paraguai e nesse mesmo ano foi concluída a ligação telegráfica entre Cuiabá e Bela Vista. Desde jovem, ele desejava a integração de Mato Grosso ao resto do País. Com os recursos da época, o telégrafo foi o melhor meio para se fazer esta interligação regional. Eram 1.746 quilômetros de linhas telegráficas, passando por Divramento, Poconé, Cáceres, Corumbá, Coimbra, Porto Murtinho, Bela Vista, Coxim, Miranda e Nioaque. Do Rio de Janeiro poderia ser enviada uma mensagem telegráfica para as guarnições militares ou repartições federais que estivessem nas fronteiras do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai.

O presidente Afonso Penna decidiu então ligar o Rio de Janeiro com a Amazônia, pelo telégrafo, incorpo-

rando à vida brasileira os então Territórios Federais do Acre, Purus e Juruá, visando, numa etapa seguinte, atingir até o Pará. O plano de construção da nova linha telegráfica previa uma rede de Cuiabá ao Acre, com diversos ramais, atingindo no seu ponto mais distante a cidade de Santo Antonio do Madeira. Mesmo com a descrença de muitos, Rondon estava decidido e iniciou os trabalhos em 1907, promovendo, ao mesmo tempo, pesquisas etnográficas, linguísticas, botânicas e zoológicas, sem esquecer a obra de integração pacífica dos índios, levantamentos de mapas que determinassem os rios, elevações e outros acidentes, estudos de mineralogia e trabalhos de geografia.

Duas frentes de trabalho foram esquematizadas. A linha telegráfica que saía de Cáceres, passando pelo Forte Príncipe da Beira, junto às povoações de Santo Antonio de Guajurus, na fronteira boliviana, iria até a cidade de Vila Bela de Mato Grosso, que foi a Capital mato-grossense na época dos capitães-generais. Esta linha foi entregue ao major Félix Fleury de Sousa Amorim. O major Rondon ficou com a linha telegráfica que ligava Cuiabá a Santo Antonio do Madeira, além de assumir a responsabilidade de realizar um completo levantamento e reconhecimento de toda a região, ainda teve a seu cargo a supervisão geral dessas duas frentes. Mais tarde, tendo o major Félix Fleury de Sousa Amorim sido atacado pelas febres endêmicas da região onde estava com a sua equipe de trabalho, ele foi obrigado a retirar-se para Cuiabá. Em vista disto, o major Rondon o substituiu, ficando com as duas frentes de serviços.

As dificuldades apresentadas tanto em terra como em água obrigavam a expedição a trabalhar do amanhecer ao anoitecer. O objetivo era manter a média mensal de 33 quilômetros. O próprio major Rondon dava o exemplo, levantando postes e carregando pesados rolos de rame. A 12 de outubro de 1907, a expedição chegava à localidade de Porto Esperidião, designação dada pelo major Rondon em homenagem ao geógrafo Esperidião da Costa Marques. A expedição avançava e meses depois chegaria ao local onde o major Rondon daria o nome de Pontes e Lacerda, em homenagem aos astrônomos Antonio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e Almeida, que fixaram a posição de Mato Grosso na carta geográfica, já na época do Brasil colonial, mesmo com a pobreza de informações da época. A 24 de fevereiro de 1908, a expedição chegava à Vila Bela de Mato Grosso, depois de concluída a linha telegráfica de 301 quilômetros. Variando com as estações do ano - esta frente concluiu os seus trabalhos em cerca de dez meses - os expedicionários de Rondon ora tinham sede, ora se afogavam, ora caíam doentes de moléstias tropicais.

Diante da realidade de que ia ingressar numa mata virgem, totalmente desconhecida, o major Rondon tinha que localizar um curso de água que servisse de ponto de apoio para a concretização da segunda frente dos serviços de construção da linha telegráfica até a localidade de Santo Antonio do Madeira. Enquanto se processava o trabalho de construção da linha telegráfica Cáceres - Vila Bela de Mato Grosso, o major Rondon foi à procura do Rio Juruena, com base nas escassas informações deixadas por Ricardo Franco de Almeida Serra, no Século XVIII, dando um traçado imaginário do citado Rio Juruena, traçado este que, se confirmado, atenderia aos interesses da expedição. Para atingir a região de Arroz-Sem-Sal, na Serra dos Parecís, um grupo de reconhecimento, comandado pelo próprio major Rondon, partiu a 2 de setembro de 1907, guiado por índios Parecís. Da aldeia Queimada em diante, o grupo enfrentou o desconhecido, já

em os indígenas da região, pois eles não passavam dos seus domínios. Prosseguindo com a missão, foi com surpresa que o major Rondon localizou o Vale do Juruena, pois mudara o seu rumo inicial de 19 para 40º e, depois, para 60º a Noroeste. Depois de 50 dias de marcha, o grupo acampou às margens do Rio Juruena. Foi uma jornada árdua e difícil: dos 17 expedicionários, 11 foram acometidos de epidemias e quase a metade dos animais foi sacrificada no caminho.

Depois de determinar o curso do Rio Juruena e de pacificar alguns grupos Parecís, que na época lutavam contra seringueiros, e de realizar um trabalho que muitos não acreditavam no seu êxito, a expedição chegou a Vila Bela de Mato Grosso e o major Rondon permitiu que a tropa comemorasse aquela primeira grande vitória. Contudo, muitos se excederam na bebida. Alguns botecos começaram, então, a se negar a atender aos soldados. Estes, embriagados, invadiram esses botecos em represália, causando uma série de transtornos. Sabendo disto, o major Rondon determinou aos oficiais que colocassem os soldados em forma, para o imediato regresso a Cáceres. Alguns comandantes de unidades foram desobedecidos e o major Rondon passou, então, a executar, pessoalmente, as suas ordens. Chegando a um dos botecos, ele encontra um numeroso grupo, que não lhe obedece. Em vista disto, o major Rondon lançou-se contra o mencionado grupo como num avanço de carga de Cavalaria, prostando muitos dos soldados embriagados e chegando mesmo a entrar nas dependências daquela pequena casa de comércio. Vale ressaltar aqui que Rondon sempre soube impor devidamente a sua condição de chefe, uma das principais razões da sua incansável jornada em plena selva, comandando centenas de homens no rigor da disciplina militar.

Na região dos Nhambiquaras, entre Cáceres e Vila Bela de Mato Grosso, o major Rondon foi personagem de um incidente com aqueles indígenas, que quase o atingiram com flechas. A coluna marchava em fila indiana. O soldado Domingos, à frente, ia avançando. Logo depois vinha o major Rondon e o restante da coluna. O grupo de reconhecimento retornava do Rio Juruena. O próprio Rondon narrou, anos depois, o que lhe aconteceu naquela oportunidade:

"Súbito, no rosto, sinto um sopro e vislumbro um vulto rápido e fugaz como de um pássaro próximo a mim. Num movimento instintivo, acompanhei-o com a vista para a direita e o que vi não foi um pássaro, mas a choupa erecta e vibrante de uma flecha, com a ponta embebida no solo arenoso; tinha errado o alvo. Com a compreensão instantânea do que se passava, alcei-me sobre os estribos e, com golpe de rédeas, fiz a minha montaria ficar atravessada no caminho, de modo a colocar-me frente à frente com o guerreiro que me alvejara. Mas, por mais rápido que tivesse sido esse meu movimento, não fiz antes que a segunda flecha viesse passar rente à nuca, roçando o capacete, e eu vejo bem próximo de mim dois Nhambiquaras, firmes nas pernas, mas com os bustos atirados para frente, quase horizontalmente, tendo já os seus arcos retesados, prestes a desferirem novas flechadas. Os seus olhos fixavam-se nos meus. E senti-os tão duros e tão penetrantes como as pontas das suas flechas silenciosas e implacáveis. Mas, do mesmo relance, dois tiros partiam da minha "Remington", sem pontaria, a esmo. Tudo isso aconteceu no mesmo instante, não como fatos sucessivos, mas simultâneos. Também Domingos havia sido alvejado

por duas flechas e contra mim, além das duas a que já me referi, foi atirada a terceira pelo guerreiro que vi à minha direita, no momento em que dava o segundo tiro. Essa, direto ao peito, mas não sei porque acaso a sua ponta se insinuou num furo da bandedeira de couro da espingarda e aí ficou engastada".

Ainda na região do Rio Juruena, o major Rondon deixou a marca da sua personalidade incomparável. A dura viagem de volta prosseguia. A 31 de setembro de 1907 chegam ao Rio Saueru-lá, designado pelos garimpeiros como Rio Papagaio, e que servia de divisor dos limites dominados por Nhambiquaras e Parecís, estes últimos amigos dos expedicionários. O problema então era atravessar o rio. Ali, poderiam ser encontrados, facilmente, jacarés, piranhas e peixe-elétrico, sem contar os redoninhos que eram comuns. Com o grupo de reconhecimento já combatido pelas imensas dificuldades encontradas até então, o major Rondon enfrentava o problema da travessia do Rio Papagaio. O cansaço e o perigo impediam que os expedicionários atravessassem o citado rio sem os meios recomendáveis. Virando-se para os seus comandados, ele exclama em tom decidido: "O chefe dá o exemplo". Lança-se às águas e na outra margem consegue um ressequido couro de gado vacum, que afixara antes da vida, feita uma espécie de "pelota", variação de canoa, improvisada pelos sertanistas, o major Rondon consegue, das 13 às 18 horas, transportar as bagagens, os utensílios, o corneteiro Marinho, o ex-praça Breno e o índio Arê, que estavam mais enfraquecidos pelo rigor da missão. O exemplo do chefe foi seguido. Os demais, em melhores condições, conseguiram também atravessar a nado.

Com o Rio Juruena escolhido para orientação dos expedicionários, o major Rondon iniciou a construção da linha telegráfica tronco, que irá até Santo Antonio do Madeira. Viajando pela estrada de Poconé, onde ele já estivera quando construía a linha telegráfica que ligou Cuiabá com as fronteiras do Paraguai e da Bolívia, o major Rondon dava início a sua grande jornada rumo ao desconhecido. A 20 de julho de 1908 a expedição partiu do Rio Sepotúbal, exatamente do Porto de Tapiraçoã, rumando em direção ao Norte. Para impressionar os índios, a expedição foi reconstituída em grande estilo: 127 homens, 90 bois, 50 burros de carga, 30 burros de sela e 6 cavalos, estes para o serviço de campeio. A roupa contava, então, com um grupo de saúde, relativamente aparelhado. A 15 de agosto de 1908, já estava inaugurada a estação de Brotas e a caminhada prosseguia através dos chapadões existentes entre os rios Sepotúbal e Juruena, numa extensão de 272 quilômetros, que toquete Pinto definiu como um "pequeno Saara". Chegava ao fim o ano de 1908. Rondon já era tenente-coronel, promoção ocorrida em agosto, mas que ele somente foi tomar conhecimento meses depois.

Dividida em duas frentes, a expedição, com as dificuldades de penetração cada vez mais complexas, no dia 25 de novembro de 1908 o tenente coronel Rondon chega às margens de um rio que ele acredita ser o Jaci-Paraná e onde se encontraria com o grupo de abastecimento. A fome já dominava o acampamento. Todos do grupo aguardavam com grande ansiedade a chegada dos seus companheiros. Havia em todos um misto de preocupação pela segurança física dos que eram aguardados, bem como de necessidade, pois eles tinham pouco alimento. Começou, então, uma longa espera, sem contar o receio de ficarem sem alimentos em plena selva. Já sem esperanças, o grupo se subdividiu e isto permitiu, cinco dias depois, que o tenente-coronel Rondon constatasse que o Rio

Jaci-Paraná estava localizado erroneamente nos mapas. Retificada a rota, desceram, em batelões, pelos rios Pardos e Canaã, indo daí por terra até o Rio Jamari. Daí para a frente a região era conhecida. Encontrando os companheiros do grupo de aprovisionamento, o tenente-coronel Rondon atingiu o Rio Madeira a 25 de dezembro de 1908. Já com escassas resistências físicas, a expedição prosseguiu. O bravo comandante estava com 41 graus de febre, mas o ânimo de atingir os objetivos continuava. A 31 de janeiro de 1909, finalmente chegaram à povoação de Santo Antonio do Madeira. O fato foi histórico em todos os sentidos. Desde Tapirapoã até o povoado de Santo Antonio do Madeira foram percorridos 1.297 quilômetros por terras e 1.138 por via fluvial, isto sem contar os 200 utilizados pela expedição quando descobria o Noroeste de Mato Grosso; distância suficiente para uma viagem através de quase toda a Europa. A parte principal das obras de construção da linha telegráfica que ligaria Cuiabá a Santo Antonio do Madeira estava concluída: o seu levantamento topográfico e o seu trajeto. Faltava apenas construir a linha telegráfica propriamente dita, que ficaria concluída a primeiro de janeiro de 1915. Para se ter uma idéia mais atual das dificuldades encontradas pela expedição, basta lembrar que as grandes firmas empreiteiras de agora, quando constroem uma linha de transmissão, de distância muitas vezes menor do que a percorrida pela linha telegráfica acima citada, sub-empregam os serviços de picada, hoje realizados com maiores recursos técnicos e em regiões totalmente conhecidas.

O Museu Nacional do Rio de Janeiro já conta com mais de 23.000 exemplares de Botânica, Mineralogia, Zoologia e Geologia. Quinze novos rios já apareceram nos mapas. Cerca de 35.000 quilômetros quadrados foram explorados por água e por terra. Aproximadamente 30.000 índios já mantinham contatos com os civilizados. Embora já tendo feito tudo isto, trabalho que até hoje ainda não foi e que talvez nunca seja superado - se forem levadas em consideração as condições da obra entregue ao País - o Brasil exigia cada vez mais do seu ilustre filho. Regressando ao Rio de Janeiro, via Manaus e Belém, aproveitando o Rio Amazonas, pois estava depauperado pela forte febre que o acometeu na região do Rio Madeira, o tenente-coronel recebe nova missão: começar as providências necessárias para a criação de um órgão destinado a proteger os índios brasileiros, tese que já fora defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva, há 120 anos. Inspirado na doutrina positivista, o tenente-coronel Rondon conseguiu nova vitória. A 10 de junho de 1910, por força do decreto nº. 8.072, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Trabalhadores Nacionais, que foi oficialmente instalado no dia 7 de setembro do mesmo ano. O citado órgão posteriormente se chamou Serviço de Proteção aos Índios e hoje é a Fundação Nacional do Índio, mais conhecida pela sigla FUNAI. Foi o tenente-coronel Rondon quem fixou os princípios dos direitos do índio, destacando-se os seguintes: a) Garantir a posse da terra ao indígena que nela viva, que é necessária à sua sobrevivência; b) Respeitar as tribos como povos independentes; e c) Assegurar aos índios a proteção direta do Estado. Condenou, também, a matança dos índios, deixando para o sempre uma frase que é necessária à defesa dos indígenas brasileiros: "Morrer, se preciso; matar, nunca". Foram tão profundas as consequências dos princípios de defesa dos direitos dos indígenas pregados pelo tenente-coronel Rondon que a Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Genebra, em 1956, recomendou que toda a política indigenista dos

países participantes fosse inspirada no exemplo brasileiro.

Em 1912, o tenente-coronel Rondon retornou aos sertões matogrossenses para dar continuidade às linhas telegráficas, ao mesmo tempo que ampliava alguns serviços já concluídos. Para tanto, embrenhou-se nas matas, juntamente com os seus comandados, para realizar a obra ciclópica da ligação telegráfica que ligaria o Rio de Janeiro com Manaus, como estava previsto nos projetos iniciais. Novamente em plena selva, Rondon foi promovido a coronel, isto a 3 de abril de 1912. No ano seguinte, o Congresso das Raças, que foi realizado em Londres, considerou a sua obra como motivo de "honra da civilização Ocidental". Esta foi a grande vitória do coronel Rondon em 1913, abrindo uma série de outras manifestações internacionais de reconhecimento aos méritos daquele que dedicou a sua vida aos magnos interesses da Pátria.

Tendo o ex-presidente Theodore Roosevelt, dos Estados Unidos, resolvido visitar Mato Grosso e conhecer a grande obra do coronel Rondon, este foi chamado ao Rio de Janeiro. Ao ser cientificado pelo governo de que ele seria o condutor da Expedição Científica Roosevelt, o secretário do ministro do Exterior lhe indicou qual a gratificação que desejaria receber. O coronel Rondon então respondeu que ele era oficial do Exército brasileiro, e por isto seguiria a expedição apenas com o seu soldo de coronel, sem qualquer gratificação. A 11 de dezembro de 1913, a Expedição Científica Roosevelt partiu de Porto Esperança, percorrendo as regiões habitadas pelos índios Parecis, amigos do coronel Rondon, e pelos Nhambiquaras, estes sempre hostis. Começava o coronel Rondon a merecer todo o respeito e toda a admiração do grande estadista norte-americano, que mais tarde o chamaria de "sertanista destemido e competente", "desbravador, bom naturalista e homem de Ciência". O roteiro cumprido pela expedição científica era longo, mas o coronel Rondon não se descuidou da linha telegráfica Cuiabá - Santo Antonio do Madeira e suas subsidiárias. Internando-se nas selvas mato-grossenses, através do Rio Paraguai, a expedição conseguiu, já nos primeiros dias, determinar as nascentes do Rio Uru, afluente do Rio Madeira, e prosseguir, com maior facilidade, para o ponto principal da viagem, o Rio da Dúvida, cujo leito seria meticulosamente estudado. Durante a viagem, o ex-presidente Theodore Roosevelt ia anotando dados que posteriormente foram utilizados no seu livro "Trough The Brazilian Wilderness", que na sua versão brasileira se chamou "Nas Selvas do Brasil". O Rio da Dúvida foi finalmente localizado pela expedição e mais tarde recebeu o nome de Rio Roosevelt, por iniciativa do Itamarati.

Retornando aos Estados Unidos, o ex-presidente Theodore Roosevelt, numa entrevista concedida ao "NEW YORK TIMES", afirmou, sem economizar elogios: "Na América do Sul existem verdadeiramente duas obras ciclópicas: a abertura do Canal do Panamá e as conquistas geográficas de Rondon". No seu livro "Nas Selvas do Brasil", o ex-chefe de Estado norte-americano voltou a elogiar o grande militar mato-grossense: "O coronel Rondon tem, como homem, todas as virtudes de um sacerdote; é um puritano de uma perfeição inimaginável na época moderna; e, como profissional, é tão cientista, tão grande é o conjunto de reconhecimento, que se pode considerar um sábio. Quanto mais eu o conhecia e o estudava, em meio da contemplação da grandeza do Brasil, mais me afirmava na idéia de que essa grandeza não era maior do que a do filho ilustre desse recanto prodigioso da natu-

reza. Rondon não é apenas oficial e "gentleman" como os que mais o são, nos mais bem organizados exércitos do mundo. É também excepcional, audaz e competente explorador, ótimo naturalista, cientista estudioso, filósofo". Mais adiante, referindo-se às linhas telegráficas "Nunca vi, nem conheço obra igual. Os homens que a estão realizando são, pela sua abnegação e patriotismo, os maiores que existem. Um povo que tem filhos desta ordem há de vencer. O Século XX pertence-lhe". Em 1914, a pedido do ex-presidente Theodore Roosevelt e de outros cientistas norte-americanos, o coronel Rondon recebeu o Prêmio Levingstone, da Sociedade de Geografia de Nova Iorque.

Já como general (a sua promoção ao generalato data de 13 de junho de 1919), Rondon foi nomeado no mesmo ano diretor de Engenharia do Exército, a convite de Pandiá Calógeras, o grande ministro civil da Guerra. Em 1922, o general Rondon foi condecorado pessoalmente pelo Rei Alberto, da Bélgica, que então realizava uma visita oficial ao Brasil. Como diretor de Engenharia do Exército, o general Rondon recuperou todos os quartéis, num total de 86 obras, além de construir dezenas de edifícios militares no País. Serviu, também, à Missão Francesa que veio ao Brasil, sob o comando do general Gamelin, e inspecionou as obras contra a seca no Nordeste. A 17 de dezembro de 1923, já era general-de-Divisão graduado, posto em que ficaria efetivado em 17 de dezembro de 1924. Por designação dos altos escalões militares, o general Rondon comandou as tropas em operação no Paraná e em Santa Catarina, alcançando a vitória sobre os revoltosos de Catanduva, obrigando Isidoro e Prestes a fugirem. Retornando mais uma vez ao Rio de Janeiro, o general Rondon reassumiu a Diretoria de Engenharia do Exército, onde permaneceu até 1925.

Depois de receber vários prêmios internacionais pela sua contribuição científica à humanidade e de representar o Brasil nas comemorações da independência da República Oriental do Uruguai, o general Rondon voltou às fronteiras em 1926, como inspetor, percorrendo toda a extensão dos limites territoriais brasileiros com os países sul-americanos. Com esta missão, em 1927 ele inicia os seus trabalhos pelas fronteiras com as Guianas, atingindo depois a Venezuela e a Colômbia, depois de percorrer 17.326 quilômetros, utilizando todos os meios de transporte imagináveis na época. Depois de inspecionar as fronteiras da Bolívia e do Paraguai, já em Santa Catarina o general Rondon interrompe a sua missão em virtude da Revolução de 1930. Detido em Porto Alegre pelas tropas revolucionárias, por se manter fiel ao governo federal, ele sentiu uma grande frustração no seu modo de viver militar. Descontente com os rumos políticos e, ao mesmo tempo, ofendido por declarações atribuídas ao general Juarez Távora, que as desmentiu posteriormente, o general Rondon pediu a sua reforma ao presidente Getúlio Vargas, tão logo este assumiu o governo em 1930. Já servia ao Exército há 47 anos e com apenas 25 poderia ser reformado. O general Rondon retornava ao seu lar para sempre, como pretendia, mas isto não passou de quatro anos. Em 1934, foi novamente convocado pela Pátria para resolver um sério litígio de fronteira entre o Peru e a Colômbia, que poderia levar os dois países amigos a uma acirrada luta pela posse da região de Letícia. A 24 de maio de 1934 foi assinado, no Brasil, o Protocolo de Letícia. Para o cumprimento desse acordo, o Brasil, o Peru e a Colômbia constituíram a Comissão Fiscalizadora da Execução do Protocolo de Letícia. Apelando-se para o seu patriotismo, o general Rondon aceitou o convite para representar o governo brasileiro

nas negociações. Durante quatro anos, ele permaneceu no cumprimento da sua missão junto aos governos de Lima e de Bogotá.

Sempre recebendo as merecidas homenagens de entidades nacionais e internacionais, entre elas o título oficial de "O Civilizador do Sertão Brasileiro" de Geografia e Estatística, o general Rondon volta mais uma vez para o Rio de Janeiro, com a intenção de se dedicar unicamente à família. Vítima de glaucoma, o general Rondon estava cego de um olho e com a visão do outro seriamente comprometida. Mesmo assim, recebeu novas missões e assumiu a presidência do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, órgão criado para inspecionar e controlar a ajuda e assistência dadas hoje pela Fundação Nacional do Índio. Ao mesmo tempo, o presidente da República baixou um decreto determinando que o nome do general Rondon fosse inscrito no Livro do Mérito, que ele iniciou, como tributo de gratidão pública pela sua contribuição espiritual e material à Nação. Em 1941, o general Rondon pediu ao presidente da República que cancelasse todas as dívidas de guerra do Paraguai para com o Brasil, como uma contribuição à paz e à fraternidade entre os povos da América do Sul. O seu pedido foi totalmente atendido.

Em 1948, o general Rondon empreendeu aquela que seria a sua última viagem a Mato Grosso, sua terra natal. Em Mimoso, onde nasceu, construiu as Escolas Unidas Santa Claudina, às suas custas, em homenagem à sua mãe. Antes de retornar ao Rio de Janeiro, o general Rondon fez questão de manter um novo contato com os índios Bororós, oportunidade em que recebeu inúmeras e emocionantes homenagens. Prosseguindo com as suas atividades científicas, o general Rondon desenvolveu no Rio de Janeiro uma série de pesquisas sobre problemas indígenas e em 1952 propôs ao presidente da República a criação do Parque Indígena do Xingu. Neste mesmo ano de 1952, o general Rondon teve o seu nome indicado para o Prêmio Nobel da Paz, embora ele mesmo discordasse da iniciativa, e somente concordou com essa indicação quando um grupo de amigos lhe explicou os resultados positivos que seriam obtidos no mundo inteiro com a divulgação dos objetivos brasileiros nos campos científico e indígena.

Neste ano de 1952, o general Rondon concluiu a elaboração do mapa de Mato Grosso. O construtor de 5.500 quilômetros de linhas telegráficas chegava ao fim do seu grande sonho e que nele trabalhou durante 35 anos: estava concluído o mapa do Estado onde ele nasceu com todas as correções, incluindo os nomes de doze rios até então desconhecidos, os cursos exatos de todos os rios que correm pelo território mato-grossense, além da localização de vários outros acidentes geográficos. O desenho do mencionado mapa foi elaborado pelo capitão Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, chefe da Seção de Desenho da Expedição do general Rondon, que desde 1911 copiava cartas, roteiros, descrições e outros documentos diversos, em pesquisas nos arquivos e bibliotecas. No dia 26 de setembro de 1952, no Rio de Janeiro, o general Rondon entregou o mapa de Mato Grosso. A solenidade contou com a presença do chefe do Executivo mato-grossense, do ministro da Guerra, do ministro da Viação, do ministro da Agricultura, do chefe do Estado Maior do Exército e de vários generais e personalidades mato-grossenses. A idéia da elaboração do mapa de Mato Grosso partiu de Dom Francisco de Aquino Corrêa, então bispo de Prusíade e presidente do Estado, que em 1917 sugeriu ao general Rondon que aproveitasse toda a documentação reunida na Seção de Desenho da "Comissão Rondon".

Em 1953, o general Rondon inaugurou o Museu do Índio, contendo exposições etnográficas organizadas com farta documentação fotográfica, cinematográfica e gravada, coletada pela Secção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios e pela Biblioteca General Rondon, especializada em Língua e etnografia dos indígenas brasileiros. No ano seguinte, realizou-se em São Paulo o XXI Congresso Internacional de Americanistas, ficando a presidência-honorária para o general Rondon, num tributo aos seus imensos esforços em benefício dos índios brasileiros e da ocupação da Amazônia. Em 1955, o general Rondon concluiu a publicação do livro "Índios do Brasil", um trabalho em três volumes, profusamente ilustrado. Ainda em 1955, o Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conferiu ao ilustre militar mato-grossense o posto de marechal, o mais alto do Exército brasileiro. Comemorava-se o 90º aniversário de nascimento de Rondon e o Museu do Índio promoveu uma exposição intitulada "Rondon, Civilizador do Sertão". Depois de ovacionado pelo Congresso das Raças, reunido em Londres, em 1913, ele recebeu o Premio Levingstone, da Sociedade de Geografia de Nova Iorque.

Há sete dias acamado, o marechal Rondon estava sofrendo de pneumonia dupla. No seu apartamento, em Copacabana, ao meio da preocupação dos seus familiares, o marechal Rondon vira-se para o seu médico e pergunta: "Qual o nome da praça que fica defronte ao Ministério da Guerra, doutor?". Reinava o mais completo silêncio à sua cabeceira. Então, o "Guerreiro da Paz", com súbito brilho nos seus olhos cegos, balbucia alguma coisa e grita: "Viva a República! Viva a República!". Foram estas as suas últimas palavras. Logo depois entrou em coma e no dia seguinte, 19 de janeiro de 1958, o marechal Rondon morreu tranquilamente, com repercussão em toda a imprensa mundial. O seu sepultamento, com grande acompanhamento, ocorreu no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Com 93 anos incompletos, o marechal Rondon passou para o eterno. Em 1963, Mato Grosso homenageou o seu ilustre filho dando a um Município o nome de Rondônia, cujo progresso foi antevisto por Rondon. Território Federal do Guaporé, com 2.430.044 quilômetros quadrados, em 1955 mudou o seu nome para Território Federal de Rondônia, que em 1981 passou a ser um dos mais progressistas Estados do Brasil. O Município de Rondon,

no Paraná, tem 628 quilômetros quadrados. O Pico Rondon com 1.000 metros de altitude,  uma elevaao existente no Estado do Amazonas, na divisa com o Território Federal de Rorima, entre os rios Demini e o seu afluente Mapulau. O Batalhão Rondon, o 2 Batalhão Rodoviário, foi criado pelo decreto n 52.252, de 10 de julho de 1963. O Projeto Rondon, em constante expansão, foi criado pelo decreto n 62.927, de 28 de junho de 1968. No Rio Sepotúbal, afluente da margem direita do Rio Paraguai, em Cáceres, existe o Salto Rondon.  o Patrono da Arma de Comunicaoes, de acordo com decreto assinado em 26 de abril de 1963. O Meridiano Rondon corta a América do Sul desde a Guiana Inglesa até a foz do Rio da Prata, por decisão do III Congresso Internacional de História das Ciências, reunido em Lisboa, no ano de 1934. No livro de honra da Sociedade de Geografia de Nova Iorque, inscrito em letras de ouro, l-se: "Amundsen — o descobridor do Polo Sul; Peary — o descobridor do Polo Norte; Rondon (em terceiro lugar) — o explorador que mais se avantajou em terras tropicais; Charcot — o explorador que mais devassou terras rticas; Byrd — o explorador que mais devassou terras antárticas". Na sua época de inspetor de fronteiras, o marechal Rondon elaborou 50 volumes de estudos e 13 mapas de conjunto, possibilitando a assinatura de acordos e convênios internacionais que fixaram definitivamente a atual configurao geográfica do Brasil.

Nas comemoraoes do bi-centenário de Cuiabá, o marechal Rondon deixou, nestas palavras, uma importante mensagem: "A nossa história, cuiabanos,  um hino começado há dois séculos — e até hoje ainda não interrompido —  intrepidez,  perseverança,  inteligência e ao espírito de iniciativa da raça brasileira; esse hino, podeis estar certos, se continuará pelos séculos vindouros, tornando-se cada vez mais grandioso pela harmonia que se irá acentuando entre as almas irmãs formadas nestas terras e sob estes céus. Esforcemo-nos pois — amando-nos mutuamente e reconhecendo-nos uns aos outros como membros necessários de um mesmo organismo a que devemos tudo quanto somos e tudo quanto podemos — para que se não cale, enquanto passar a nossa gerao, esse hino portentoso, com seus harmoniosos acordes". O Marechal Rondon  hoje parte integrante deste hino, como a expressão maior de Mato Grosso.

## Delegacia Fiscal: Exposio do NDIHR



Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional (antigo prédio situado na praça onde hoje está construido o Palácio Alencastro). - 1905

### EXPOSIO

Mediante convênio, a Delegacia do Ministério da Fazenda em Mato Grosso colocou sob custódia do NDIHR grande quantidade de documentos relativos  antiga Provedoria da Real Fazenda, que são de grande importância para a pesquisa histórica. O Núcleo montou em tão um projeto para aproveitamento dessa documentao, que está sendo executado pela historiadora Ayde Pimentel, sob a coordenao do historiador Edvaldo de Assis, e cuja primeira etapa está sendo concluida. Ela constou de uma exposio de fotos e documentos históricos e do lançamento de um livro contendo o "Inventário da Provedoria da Real Fazenda em Mato Grosso". A exposio foi realizada no período de 22 a 29 de abril do ano em curso, no saguão da Delegacia do Ministério da Fazenda, em Cuiabá. (ASCOM)

## Escravos Muçulmanos em Mato Grosso

CARLOS FRANCISCO MOURA

Os Haussás eram negros islamizados de cultura guineano-sudanesa que habitavam o Norte da Nigéria. Sua economia era uma das mais desenvolvidas da África desde a Idade Média. Dedicavam-se à agricultura intensiva, à criação de gado e ao artesanato urbano. Hábeis comerciantes, levavam seus produtos e artigos a áreas distantes de sua região. Por esse motivo, a língua haussá tornou-se uma "língua franca" para vários outros povos da África Ocidental. Os Haussás, que nunca chegaram a formar um grande estado unificado, no século XII passaram a sofrer a influência Mali, através da qual conheceram, no século XIV, os primeiros missionários muçulmanos. O Islamismo passou a dominar nas grandes cidades, enquanto no campo persistia a religião primitiva. Foram as guerras da religião que lançaram os Haussás à escravidão. No início do século XIX, os Fulas, comandados por Otman dan Fodio, deflagraram a guerra santa contra os Haussás, acusados de "impiedade".

Vencidos, muitos Haussás foram vendidos como escravos aos mercadores que traficavam com o Brasil. Chegados, portanto, tardiamente, no início do século XIX, os Haussás concentraram-se principalmente na Bahia. Apesar de em número bem inferior aos escravos de outras origens, vindos para o Brasil desde o século XVI, os Haussás, por sua cultura e atividade, rapidamente assumiram papel de liderança. Aglutinando em torno de si negros islamizados de outras origens, eles começaram secretamente a preparar a guerra santa contra os brancos. Seus líderes religiosos ensinavam a ler e escrever em caracteres árabes, difundiram o islamismo e instruíam para a revolta. Eclosionaram assim, na Bahia, levantes chefiados pelos Haussás em 1807, 1809 e a grande insurreição de 1813. Derrotados nessas tentativas, os Haussás passaram a um plano secundário, dando entretanto seu apoio a outros negros islamizados, os negros, que organizaram os movimentos insurrecionais de 1826, 1828, 1830 e a grande revolta de 1835.

As revoltas dos Haussás e dos Nagôs tiveram caráter bem diferente das dos demais escravos no Brasil. Como observou um estudioso, elas eram a reedição, no Brasil, das guerras de religião dos negros muçulmanos na África. Tal como no Brasil, os Haussás que foram como escravos para a Jamaica no século XIX, apesar de menos numerosos que os de outras origens desempenharam papel importante nas revoltas das populações negras. Entre os desenhos e pinturas da Expedição Langsdorff, que publicamos no livro A EXPEDIÇÃO LANGSDORFF EM MATO GROSSO (Desenhos e Pinturas Inéditos há Mais de 150 Anos) figura em que representa um Haussá (1). Esse material iconográfico ia sendo enviado de Mato Grosso para a Academia de São Petersburgo (atual Leningrado), e lá ficou, desde aquela época, à espera do regresso dos membros da Expedição. Entretanto no extremo Norte de Mato Grosso Langsdorff perdeu a razão e seus companheiros se dispersaram, e os pacotes do material da Expedição foram esquecidos nos porões daquela Academia e em outras repartições do governo russo, e só em nossos dias foram descobertos. A pintura a que nos referimos foi executada em janeiro de 1828 em Diamantino por Hércules Florence, um dos artistas que acompanhavam Langsdorff, e tem escrito, além do local e data e assinatura do autor, o título — "Negre Aucá".

Segundo os melhores autores, a forma correta em português é haussá. Em francês é haoussa, e em inglês, hausa. Em documentos brasileiros antigos aparecem também as grafias haucá, Ussá e Sucá. O termo não deve ser confundido com Aucá ou Uçá, de origem tupi e que significa caranguejo. A palavra haussá não se encontra geralmente nos dicionários mais comuns, e é preciso recorrer às obras de africanistas famosos, como Nina Rodrigues, Edison Carneiro e Artur Ramos, que estudaram sua ação no Brasil e as revoltas que lideraram. O termo ficou na expressão arroz de haussá, "guisado ainda hoje apreciado na Bahia" (2). Como entre os ingredientes desse prato não figura caranguejo (só arroz, carne-do-sertão, dita carne de-sol, óleo e sal), sua introdução, pelos negros Haussás, é confirmada. O trabalho de Hércules Florence representa um Haussá de frente, pintado a aquarela, e de perfil, desenhado a traço. É um raro documento iconográfico dos Haussás no Brasil, e uma prova de sua presença em Mato Grosso.

### NOTAS

- 1) A EXPEDIÇÃO LANGSDORFF EM MATO GROSSO (Desenhos e Pinturas Inéditos Há Mais de 150 Anos), Convênio UFMT/IMPRINTA, NDIHR, Caixa Postal 3064, Rio de Janeiro, 1984. Este trabalho publica, pela primeira vez, pinturas a cores e desenhos a preto e branco executados em Mato Grosso na terceira década do século XIX pelos dois artistas franceses da Expedição, Hércules Florence e Aimé Adrien Taunay. Este artigo foi extraído do texto do livro.
- 2) Renato de Mendonça, A Influência Africana no Português do Brasil.

### SUPLEMENTO MENSAL EXPEDIENTE

GOVERNO  
Carlos Bezerra

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
Natalino Antunes de Souza

DIRETOR GERAL DA IOMAT  
Mário Marques de Almeida

DIAGRAMADORES  
Celso Molina  
Valdecir Becani

IOMAT - Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso. Rua 13 de Junho nº 431 Fone: 321-4613.

Este Suplemento Mensal é produzido pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, da Universidade Federal de Mato Grosso, em convênio com a Imprensa Oficial do Estado.

Endereço para Correspondências e Contatos:  
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, NDIHR, Universidade Federal de Mato Grosso, Bloco do Centro de Ciências Agrárias, Sala 56. Fone: 261-2211 (Ramal 170).

# Cemitérios de Cuiabá: Arte e Sociedade

HÉLIO FERREIRA PIMENTEL

Em 1980, o historiador e pesquisador Clarival do Prado Valladares deu início a um trabalho, de certa forma inédito, uma vez que tomou como objetivo único a ARTE E SOCIEDADE NOS CEMITÉRIOS BRASILEIROS. Para tal, o pesquisador teve que percorrer o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Um documentário rico e altamente interessante (dado a relevância histórica, artística e arquitetônica que foi observada nas necrópoles do Brasil) começou a ser formado pelo incansável historiador e sua equipe. E os anos foram se passando. E o documentário se avolumando cada vez mais.

No Nordeste, interessantes costumes e hábitos cemitieriais foram pesquisados. No Rio de Janeiro, a exuberância e o luxo dos túmulos dos barões, baronesas, coronéis, industriais e ex-presidentes de Estados. Em São Paulo, muitos desses costumes também foram constatados. No Centro-Oeste, o pesquisador encontrou muita coisa de interesse histórico, artístico e arquitetônico. No Estado de Goiás, muitas obras artesanais cemitieriais foram constatadas nas pesquisas. Em Mato Grosso, mormente em Cuiabá, sua Capital, o historiador e sua equipe descobriram verdadeiros monumentos nos cemitérios aqui existentes; como por exemplo, o túmulo do Chefe de Esquadra, Augusto Leverger (Barão de Melgaço) e outros.

O trabalho desse valoroso historiador brasileiro foi editado pelo Conselho Federal de Cultura - MEC - Rio de Janeiro, no ano de 1972. O estudo trata da arte cemitierial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de Ordens Confrarias até as necrópoles secularizadas. A obra é composta por dois grandes volumes, com ilustrações fotográficas de muito bom gosto. Mil quatrocentas e noventa páginas totalizam o resultado de 10 (dez) anos de pesquisas. Cerca de sete mil fotos foram tiradas das dezenas de cemitérios visitados pelo historiador, das quais, após algumas seleções, aproximadamente 1/10 (um décimo) ilustra os dois interessantes volumes. E, para se ter uma idéia do trabalho realizado nos cemitérios brasileiros, transcrevemos, na íntegra, o que foi pesquisado aqui em Cuiabá, em termos de arte e sociedade nos cemitérios locais.

"Há três cemitérios em Cuiabá, Capital de Mato Grosso e centro geográfico, certinho, do Continente. O principal, mais vistoso e conservado, é o de N.Sra. da Piedade, que traz no frontão do pórtico a data de 1875. O segundo, popular e pobre, por isso parecendo mais velho, é o do Porto, que se conhece somente pelo nome de Papo Velho. O terceiro, mais novo de todos, fica no bairro Coxipó, daí o seu topônimo. É amurado, asseado e duramente ensolarado. As árvores ainda estão crescendo, é quase um crematório. Havia outro chamado "Cai Cai", destruído em consideração do plano urbanístico que desfez campos e covas e arruou. Dele resta a capela, de talha, e de simplicidade tanta que fica difícil dizer-lhe o estilo. O traço parece do século passado, neoclássico metropolitano digerido no alto sertão. Outras áreas de sepultamento eram agregadas às igrejas e já não existem. Nenhum cemitério fala dos dois séculos e meio da cidade. Nem as igrejas. Tu-

se reformou, de tempos em tempos, e em cada reforma se teve o cuidado de desfazer o passado, de se demolir ou modificar toda a impressão de que o tempo parou. Resta-nos ver nos cemitérios instalados na segunda metade dos Oitocentos alguns de seus primitivos túmulos.

O de Nossa Senhora da Piedade situa-se em suave elevação e faz face para uma rua larga e bonita, ladeada de frondosas mangueiras e palmeiras. É amurado, a frente é de gradil e de pórtico solene, com a data de 1875 no relevo do frontão. Deve ser data de reforma ou da construção contígua que faz capela e sala de administração pois são frquentes lápides de até 1863 em sepulturas da ala nobre. É o mais representativo daquela sociedade enriquecida e isolada, refletindo uma prolongada fase em que as comunicações de Cuiabá, sem estrada de ferro, limitavam os transportes de materiais volumosos da arte tumularia. A ausência de sepulturas monumentais importadas de Portugal, Itália e França ou daquelas produzidas nas metrópoles brasileiras traduz uma contenção favorável à simplicidade. Não há estatuária de bronze nem mausoléus de mármore em capelas-jazigos. Poucos são os jazigos de família, ao jeito de casas imitando exemplos de outros meios.

Cuiabá não tem marmorarias. Por esta razão predominam nos três cemitérios os trabalhos daquele artesanato de riscadores de pedra, encontrado em marmorarias de Goiânia e Anápolis. A extensão geográfica consumidora da arte tumularia goiana abrange o Triângulo Mineiro e Morocoeze paulista e parte de Mato Grosso. Os protótipos, inclusive os de maior dimensão e elementos erigidos como altas, são construídos de lajes recortadas e armadas sobre base de alvenaria, como revestimento, em dimensões compatíveis ao meio de transporte. As datas desses túmulos não excedem meio século, conforme já tínhamos anotado em Planaltina e cidades goianas. Verificamos imaginária de gesso, cimento e mármore em dimensões de até 50 cm. e em Mato Grosso observamos certa frequência de estatuária alegórica (- figuras aladas, caridade, fé, desolação) de idêntica fabricação e tamanho. As informações dos locais são precisas, indicando comerciantes correspondentes dos fornecedores goianos.

Nas sepulturas do século passado e do início do presente, de lápides marmóreas horizontais e verticais, encontram-se eventualmente rubricas de marmoristas de outras cidades. No jazigo do Barão de Diamantina (1878) lê-se a rubrica da procedência de um marmorista da corte. A lápide do Capitão Antonio Correa da Costa (1863) é de mármore português. A do Coronel Antonio Peixoto D' Azevedo (1867) traz a indicação da "Marmoraria de G. Faintini, de Assuncion, Paraguai". A do Coronel Pedro Correa Couto, também oitocentista, tem a rubrica de José V. da Costa, marmorista da Praia de São Cristóvão, do Rio de Janeiro. E a do Chefe de Esquadra Augusto Leverger (Barão de Melgaço), de 1894, é do escultor Emanuele Cresta, do Rio de Janeiro, autor de mausoléus e estatuária tumularia

para várias cidades. Muitos túmulos, em grande parte já desfeitos ou decompostos, foram erigidos em tijolos com base de "pedra canga" recortada, alguns em rebôco imitando ornatos usados em casas. A hierarquia social revelada nas epígrafes indica raros barões e baronesas, frequentes "coronéis" da riqueza latifundiária e vários militares que serviam e se fixaram no Estado Oeste. São desses os túmulos de mais destaque, sem que sejam de luxo demasiado. Parecem ter sido profissionalmente, a expressão mais elevada da sociedade de mato-grossense. Não determinamos lápides de governadores ou presidentes da Província.

A oligarquia, passada do último império à república, era constituída das elites metropolitanas pelo que seus túmulos se encontram nos cemitérios do Rio de Janeiro, de São Paulo, ou alhures, como no exemplo do jazigo monumental no Cemitério da Consolação, SP., do Dr. José Vieira Couto Magalhães (falecido em 1899), que foi presidente de Mato Grosso em 1867. Apesar dessas limitações, não hesitamos em apontar a lápide do Chefe de Esquadra Augusto Leverger, (Barão de Melgaço - 1894), como uma das mais nobres sepulturas de homens militares no Brasil. Sobre a laje da campa vê-se, em relevo, as alegorias da arma, a inscrição de homenagem e o mapa do Estado, que deve suas limitações de fronteiras e conhecimento da imensa área geográfica aos trabalhos do ilustre militar. É um túmulo sem bravatas, sem exuberância de armas ou de autoridade; entretanto, relevante com presença biográfica e de obra de nacionalidade naquela prova de itinerário gigantesco percorrido pelo geógrafo.

#### CEMITÉRIO DA PIEDADE EM CUIABÁ

Constituído de quadras amuradas e gradeadas pertencentes às irmandades. Algumas são mais cuidadas, ajardinadas, diferindo das quadras da municipalidade, de terreno pedregoso, irregular e de capinzal, sem trato. Um dos materiais mais comuns nas sepulturas dos cemitérios cuiabanos é o ferro fundido e o ferro retorcido, em cruces e gradis. São mais antigos e já abandonados. Cruzes de ferro retorcido, formando desenhos nos quadrantes, são numerosas como único elemento marcando as covas rasas. Nas cruces são fixadas pequenas placas de folha de metal amarelo ou branco, polido com inscrições de letras gravadas de tipos prensados. Essas placas demonstram a existência de um artesanato local, desenvolvido entre o ferreiro que faz a cruz e o gravador que faz a inscrição e frisos decorativos. Tal solução corresponde à disponibilidade local onde a fundição e obras de ferreiros existem em bom nível.

São poucas as cruces de madeira, das covas rasas. Nas mais pobres usa-se um pequeno mourão com o número desses marcos de ponta afiada, prontos para serem fincados. A posse de uma cova significa capacidade financeira, podendo ser utilizada nos enterramentos da família concessionária e eventual utilização para outrem, sob con-

trato de aluguel. No Nordeste, uma propriedade de cova costuma ter várias cruces, de adultos e crianças, como touceiras.

Nos cemitérios mato-grossenses, sobre as cruces de ferro que demarcam as covas, se superpõem as plaquetas dos sucessivos enterrados. Surpreendemos, algumas vezes, a estranha inscrição de "sepultura arrendada", com indicação de período de cinco anos. Os Cemitérios da Piedade e do Papo Vermelho já se acham lotados, permitindo-se aos concessionários de lotes de covas rasas o arrendamento como praxe. No Papo Vermelho não há palmo de terra que não tenha conhecido defunto. No da Piedade a remção é permanente, em cima da data, havendo monturo de cruces de ferro e restos de lajes. Verificamos, também, em Cuiabá a ausência de estatuária de "bronze", de fabricação paulista e guanabarina, e de túmulos de granito polido industrializado, que predominam nas quadras ricas das necrópoles de várias cidades. A dificuldade de aquisição e transporte, assim como a disponibilidade de protótipos da arte tumularia dos riscadores de pedra de Goiás e dos ferreiros cuiabanos, embora artesanais e despreziosas, são as razões da preferência.

Mas em face do "progresso atual" responsável pela danificação do acervo histórico e arquitetural da cidade, os cemitérios de Cuiabá não poderão manter por mais tempo a singeleza que lhes confere dignidade e beleza. Ladrilhos hidráulicos, azulejos de banheiro e basculantes já estão invadindo. Flores plásticas, em rosas, dalias, gerberas, crisântemos, tulipas e lírios revestem as sepulturas cuiabanas. Nada temos a contrariar, a não ser a verificação de que a vegetação local de palmeiras maravilhosas e de frondes soberanas esmaga o produto da indústria plástica sob tenebroso ridículo. Apesar disso, a invasão de matéria plástica na área da flora mais exuberante do País é um fato consumado.

Vimos, numa praça de Cuiabá, uma palmeira sinuosa como o célebre coqueiro "Gogô da Ema" de Maceió. Pensamos que fosse também de matéria plástica, como recurso de atração turística, já produzido em massa. Era, entretanto, uma palmeira natural, sem vícios. Mas, pouca dúvida resta, dentro em breve a indústria de plásticos poderá fornecer Gogôs de Emas às diversas prefeituras. Resta-nos sugerir, sob pequena possibilidade de êxito, a conservação dos túmulos antigos e característicos daquela sociedade sóbria e distante de Mato Grosso. Seria, talvez, o reduto de um acervo histórico e artístico, sem os compromissos da aculturação alienígena das áreas metropolitanas."

N.R.: Extraído da obra ARTE E SOCIEDADE NOS CEMITÉRIOS BRASILEIROS, págs. 1.279, 1.280, 1.281 e 1.282 - Volume II, por Clarivaldo Prado Valladares - 1972 - Rio de Janeiro. Citação de Hélio Ferreira Pimentel, da Comissão Técnica de Tombamento Municipal.



PARTE III – EDIÇÃO 1988



# AS FESTAS DE SÃO JOÃO EM CUIABÁ

DUNGA RODRIGUES

Ao fazer uma revisão dos São Joãos do passado, para participar de uma gincana colegial, constatei com tristeza que a nossa memória está se apagando vertiginosamente. Está acompanhando o ritmo do crescimento desta Capital. Consultei vários amigos e quase todos se estavam no São João de Catass, que é um dos mais recentes. Quando, na verdade, a Rua 15 ficava toda iluminada pelo volume de pessoas, que acompanhavam o santo, assegurando velas acesas. Desciam e subiam a ladeira do Porto. Será a televisão que está conseguindo apagar tão rápido as nossas lembranças, com tantas imagens coloridas se sucedendo ininterruptas, enchendo-nos os olhos e o cérebro? Eu mesma, que me gabo de boa memória, (não para números), estarreci-me diante de fatos esquecidos.

Poucos se lembraram do São João de Nhã Corã, personagem forte e autoritária, que encarnou o tipo de matriarca do fim do século, que administrava o lar, dava opinião sobre os negócios do marido, criava carrada de filho alheio e ainda se inseria na política. Se estão pensando que as mulheres de antanho só participavam da vida doméstica, estão profundamente enganados. Ainda voltarei para falar neste assunto.

O São João de Nhã Corã passou por herança para o seu filho Abelardo Azevedo e ficou conhecido como o São João de Belinho. Desabava gente do 19 Distrito (a cidade) e do 29 Distrito (o Porto), em direção ao outro do rio. Era o que se poderia chamar de Uma Festa de Arromba! Os mais íntimos começavam cedo, com o "chá com bolo"; se guiava-se o almoço e a casa ia enchendo, crianças da redondeza compravam carteiras de traque, aquelas vermelhas com os traques alinhados, parecendo maços de cigarros agigantados. Mais tarde, estes traques foram substituídos pelo trique-trique. Na época, estes traques e as caixas de fósforo de estrelinhas faziam o regalo da garotada. Seguidamente, soltavam em busca-pê, para animar a festa.

Às seis da tarde, a casa regorgitava. Iam cedo para não atravessar o rio de noite. Com as paredes enfeitadas de tinhorão verde, se entrecruzando e no meio uma papoula vermelha. As bandeirolas eram para festas mais modestas. A reza começava, com um tiradô, afeito a estas funções. Reza, música, foguetes, pistolões, de dois ou três arrancos, morteiros chuvas de ouro, fogueira crepitando, bandejadas de quentão, bolo de arroz, bolo de queijo, francisquito, o bombo roncando, a clarineta puxando o rasqueado e os pares, para o centro do salão, estava enfeitada a festa. Quando principiavam a se agrupar em pares efetivos, inventavam a dança da arara para um troca-troca. Enquanto na rua a fogueira ardia, no salão ou nas salas, pois eram várias dependências, o baile esquentava, ativado pelas batidas à base da pinga pura, a Ressaca, de Cáceres, ou a Tamandaré, do Miguel Ângelo.

À meia noite a pino, descia o São João, a imagem, cercada de flores de malacacheta, miniatura de nicho florido, nas mãos de uma jovem. O povo atrás, cantando o hino ao santo, a música tocando e os fogos espoucando. A lavagem consiste apenas em colocar os pés do santo sobre a água. E agora vem a lenda: dizem que, próximas à água, as pessoas procuram ver o seu rosto, refletido nesta.

Quem não consegue, significa não alcançar o próximo São João. Numa das últimas festas, uma linda menina que dela participava procurou em vão o reflexo do seu rosto. E não o vendo, debulhou-se em lágrimas, fazendo mesmo verdadeiro estardalhaço. "Sei que vou morrer, dizia ela, e não verei o outro São João..." Em vão procuraram consolá-la. A festa esfriou e terminou mais cedo. E não é que, em plena juventude, o próprio rio Cuiabá trouxe Rosa Cristina, a Sinhã, mimosa flor de uma família conceituada do nosso meio?

Dizem que se festeja São João com o fogo e a água porque, quando Santa Isabel ganhou o filho anunciou o fato à Nossa Senhora acendendo uma fogueira, para que ela a avistasse, pois Nossa Senhora estava pesada esperando Jesus e não podia ir vê-la. Quanto à lavagem do santo, lembra seu batismo.

João batizou Cristo,  
Cristo batizou João,  
Ambos foram batizados  
Nas águas do Jordão."

Continuando a narrativa dos São Joãos, lembramos um outro de fama, também na localidade do 39 Distrito - o São João do Licínio. Era um São João meio político. Abarrotava-se de eleitores e inúmeras amigadas. Os últimos foram realizados no Clube Náutico, já que a casa não mais comportava tanta gente. Lembra-nos, certa vez, que não nos esforçávamos para conseguir chegar até os donos da festa, para patentear ao casal a nossa presença. Disse então ao Licínio - "Acho que devemos voltar para casa porque aqui não cabe mais ninguém." Ao que ele, sempre virtuoso, respondeu - "Você sabe que no coração de político sempre cabe mais um..." Estava duro de gente e a Bebê trabalhava mais duro ainda muitos dias antes para abarrotar de bolos a dispensa.

Anos antes, atravessando o rio de volta, havia na praça o Jardim do Porto, confinando com o Beco do Zé do Carmo, aquele soldado que morreu assassinado e depois de morto faz milagre, havia, repetimos o São João do Sr. João Lopes da Costa, pai de numerosa prole, incluindo o ex-senador Paulino Lopes. Ainda hoje, membros da família cultivam esta devoção reunindo-se no Rio de Janeiro para louvar o santo. Na Lagoa, Nhozinho, que tinha a profissão de guarda-civil, sempre foi um Chico Recarey em matéria de promoções: mantinha um cordão carnavalesco e organizava festas de arromba. Entre estas, o seu São João era de raça. Começava na véspera, com o levantamento do mastro e baile. No dia seguinte, missa no São Gonçalo, chá com bolo, almoço e baile em matinê à noite, enquanto o fogueirão ardia na rua. O cortejo que acompanhava o santo à igreja era animado por música, foguetes e cantoria. Um festão. Hoje ele se mudou para o Coxipó e levou o seu São João. Eu o perdi de vista, porque não recebi mais o seu convite.

No seu Beco Sujo, o João Batista, antigo funcionário do Saladeiro, espichava o seu São João com Sifiri e Cururu. Mais adiante, o João Bocaga, morador do Antigo Terceiro, bem lá no fim da rua, trouxe a festa, depois, para a praça da Arrelia, na Boca do Valo. Festa completa

ta, de fogueira até chegar no braseiro, para assar mandioca e batata, banda de música foguetório e bebida até arrear o freguês. Na barra do dia, quem bebia, quem vomitava, vomitava. De manhãzinha, corria o chá de boldo. Na Várzea Ana Poupino, quem fazia a festa era a dona Mariquinha de Seu Júnior, hoje continuada por sua filha Delinda.

A Rua Quinze de Novembro ficava toda iluminada de fogueiras de lado a lado. Mesmo não havendo festa em casa, a fogueira ficava por conta das crianças da vizinhança. O São João mais forte da Rua 15 foi, sem dúvida, o São João de Gattass. O Sr. Miguel Gattass, chefe da família, era um homem muito liberal e caridoso. Gostava também de um carteador. Certa noite de São João o jogo lhe deu azar e ele deixou muito dinheiro no pano verde. Saiu acobrunhado, quando ouviu o cântico de São João das pessoas que subiam e desciam a ladeira do Porto.

"Deus te salve João,  
Batista sagrado  
No teu nascimento  
Nós temos alegrado."

Fez um juramento: se recuperasse a fortuna perdida festejaria o santo e jamais se sentaria em mesa de jogo. No próximo São João, por incrível que pareça, foi jogar e lavar a água. Saiu com os bolsos cheios e jamais voltou a jogar. Cumpriu a promessa. Começou a fazer festa de São João de Salão, com fogueira e baile, e paralelamente, festa para os pobres. Distribuía carne e outros alimentos aos necessitados, matava rezas e sua própria firma comercial comprava couro, enviando o dinheiro para o Hospital São João dos Lázaros. Anos e anos a casa se atopotava de gente. Era difícil passar de uma sala para outra. Comes e bebes não faltavam. Dona Sofia, a anfitriã, tirava a sorte da moçada, com chumbo derretido, bora de café turco, no fundo da chícara, barquinho de papel com os três elementos - terra (morte), ouro (riqueza), e flor, ou galho de laranjeira (casamento). Em 1936, a família, se mudou para Cáceres onde continuou com as doações de São João. Aqui, os filhos continuaram a devoção com a festa de salão. Um dia tudo se acabou.

Rua 15 de Novembro. São João que vai e que vem, velinhas acesas, foguetório que aumenta quando dois cortejos se encontram. Em casa de Dona Petita, a festa esquentava à medida que o fogueirão arrefecia, para o gosto de pulxar fogueira, assar batata doce, mandioca e banana. Mais adiante, em casa de Frederico Pedro, a comemoração era dobrada, pois coincidia com o aniversário da Arinda. Nós começávamos com o São João de D. Relinda, que depois virou São João de Tsuô. Era pouca gente, mas a broinha de dona Alexandrina compensava. Na hora de lavar o santo,

aparecia um conjunto de estudantes, chefiado pelo Curvino, e nós pegávamos carona com a música.

"Se São João soubesse  
Que hoje era o seu dia  
Descia do céu à Terra,  
Pra ver tanta alegria."

A outra estrofe era deturpada pelas moças:

"Deus te salve João,  
Batista sagrado,  
Para o ano que vem  
Eu quero estar casada."  
  
Se não for com quem eu quero  
Com São João estou zangada."

Certa vez, minhas irmãs e outras gurias mais novas, resolveram bordar o paletô da carregadora do santo, com pingos de velas estearinas. E o agasalho ficou cheio de gotas brancas. Foi uma judiação. No canto da Praça da Bandeira, em frente à Casa Dorsa, hoje Casa Feguri, Maria Mesquita celebrava o seu São João, com reza e missa e outros ingredientes: bolo, fogueira e fogos, só não havia baile. Continuava pela avenida D. Aquino, ou Praça Couto Magalhães, com as festas de Justino Malheiros, ou São João de Olga Cuiabano; São João de Bagí, ou de Joãozinho de São Clara, em frente, na Vila Isabel. Oliveira e Mocinha festejavam com animação e muitos fogos de artifício, levando depois este hábito pra o Campo D'Ourique, para onde se mudaram. Vizinhos de Bagí, até hoje, o Oswaldinho e dona Angelina comemoram com reza e um canto especial, denominado o ABC de São João. Na rua uma fogueira altíssima e lá dentro o baile, só interrompido para levar o santo ao rio. Subindo a praça, a dona Itália e João Pompeu fazem festa animada de comes e bebes.

Deixamos de citar um São João, próximo à igreja São Gonçalo, por ter sido ele todo especial: São João de João Diamantino. Animadíssimo, era incrementado pelos fogos originais, fabricados pelo dr. Cursino Bouret. Havia de todo o tipo, incluindo foguetes festivos que se desmanchavam no ar, em chuva de estrelas. Conta-se que, certa vez, a sua senhora, que era extremamente política, não concordou que o dono da festa convidasse o prefeito atual na cidade, seu oponente partidário. Não conseguindo dissuadi-lo, prometeu apertar. Quando o prefeito e família desceram do carro à porta da casa da festa, ela comandou os garotos contratados para tal, para que soltassem uma saraivada de lagartixas, (aquela miniatura de buscapê, que corre chamejante). A sala ficou em polvorosa e o prefeito mal demorou na festa. Sabemos que isto aconteceu, por ter uma pessoa de amizade nossa o vestido do todo queimado.

Outros São Joãos, em ruas mais afastadas, animavam o Porto: o de Cecília e Dito Sapo, com os seus sapinhos assoprando vários instrumentos. Prole inteligente e unida. Juntos formavam uma excelente orquestra. Dona

Franquelina, com o seu São João de elite, pois a maior parte dos membros da nossa sociedade veio ao mundo pelas mãos desta senhora, que teve por mestra a incomparável Chã Tuca. Hoje, o seu filho João Cuíca é o continuador da festa.

Em nossa casa fizemos um São João improvisado. Era dia de Santo Antonio e comêramos a despedida de solteira da prima Edna. Uma reunião em família, com ban-deirolas, um acordeon, um violão e um bonzô, mocinhas da vizinhança e muito quentão. As tantas, um amigo trouxe oito engenheiros recém-chegados para servirem na C.E.R. Algumas pessoas que passavam, vendo movimento na casa, entravam por curiosidade e ficavam. A casa foi sacudida, havendo até uma autoridade, o Chefe de Polícia, dr. Bicu-do. A dança foi foi se animando e o quentão se multiplicando com o acriçimo da cachaça. Resolveram então lavar São João. Não havia o Santo em casa. Correram na vizinhança. Correram na vizinha e conseguiram um quadro, emoldurando o santo. Este foi levado ao Tanque da Pra-cinha, em frente ao quartel da Polícia, hoje completamente mutilado. Como a maioria era de pessoas de fora, não sabendo cantar o hino, optaram pelo samba: "Eu vou pra maracangalha, eu vou." Acho que o Santo perdoou a here-sia.

São Joãos da Cidade - Neste primeiro Distrito, ha-via três opções para a lavação do santo: o Chafariz do Jardim Alencastro, a Bica da Praínha e o Tanque do Bau. Mesmo assim, muitos preferiam atingir o rio Cuiabá, co-mo o São João de dona Carlota Ferreira Ponce, moradora da encosta do Morro do Bom Despacho. Festa completa, com todos os requisitos. Apenas um detalhe: dona Carlota não servia jamais bebida alcoólica: havia aluá (bebida feita de milho fermentado); orchata, feita com aquela pequena amêndoa triturada, extraída da semente da melancia; limo-nada, laranjada, café e mate queimado, servido com bolo de arroz. Logo vizinho, junto ao bequinho do Seminário, o São João de Siã Blandina, no solar verde, à beira da Praínha. Era festa de arrebatando a boca do balão, expres-são que roubamos do inglês. Danças, fogueira, fogos, quen-tão e a cidade se despencando para a casa de dona Blandi-na, que deixou nome em nosso calendário festivo. O sr. Álvaro Duarte que o diga, até hoje se lembrando do bolo de arroz e de queijo, assados em forno de barro, que vinham tinindo de quentinhos, precisando passar de mão para ou-tra, para esfriá-lo.

O santo era lavado na Bica da Praínha, que fica va-lá mais para cima. A rua inteira ficava pontilhada de fogueiras, lado a lado do Córrego: Seu Tingo, a família Portela, seu Clovis Sabo, Tarquínio Muniz, José Mansur, Manoel de Horácio, Firmo Pontes, não davam baile, mas cumpriam a sua devoção com fogos e fogueira. O pessoal descia de todos os pontos para lavar o santo na Bica, nas imediações de um atual posto de automóvel, hoje cri-minosamente destruída. Outro São João animado era o de Naly Siqueira. Ela própria fazia versinhos para serem cantados com a música do hino tradicional. Vinham mais o São João de Artur Veríssimo, da Rua dos Porcos, e o São João do Lúcio de Almeida, da Rua de Cima.

Na Lixeira, Bento pedreiro e seu irmão Honório, lavavam o santo no Tanque do Bau, local onde hoje se ergue uma escola. Siã Merenciana, moradora do bairro do Rosário, fazia um São João alegre e farto em comedoria, pois era mão no canto na cozinha. Não podemos esquecer também no bairro do Rosário, o São João de Nhã Tuta e seu mano João Romão, que aliás comemoravam quase todos os santos com almoço e reza. Freguesa assídua destas festas, recorda-me o infalível menu: leitão assado, talha-rim com galinha, linguça encapada com ovos, salmonegas encapadas com ovos. Tudo muito bem feito. Vinham ainda os São Joãos de Maximiliano e Eulália, de Chã Nhana e ainda o de Joana, irmã da Eulália.

O São João da Chácara Alegre, também ganhava os fogos do Cursino Bourret. Era o célebre São João da Meã Tiamélia, tronco da família Vinagre, que se dava ao luxo de lavar o santo em poço privativo, a Cacimba do Solda-do, instalada no terreno da própria chácara. São João de Gurgel foi inesquecível. São João de luxo, do mundo ele-gante. Vinha em longo trajeto, do Bosque ao Alencastro, lavar o santo no chafariz, ótima oportunidade para que os pares de namorados ficassem de mãos dadas, costume re-legado na época. Voltando à Praínha, parecia haver a tá-cita combinação: os São Joãos família desciam para a la-vação até a meia noite. Após esta hora, iam à bica os São Joãos do Palácio das Águas e o do Bar Colorido. Dis-cretamente acobertavam dos olhos maldizentes, os galãs da sociedade, que participavam do cortejo.

Na redondeza de Cuiabá, havia o São João do Amã-nio Ramos, no Rio Acima, festão que começava com a folia do santo muitas semanas antes. Rezes para o churrasco, arrobas de mandioca e de batata para assar no braseiro da fogueira, comilância e bebedeira. Nhã Lu, na chácara do rio acima, também fazia reza e levantamento de mastro. Lavação e arrasta-pê. Programa para três dias: baile da véspera, comemorações do dia e o fria da festa para apro-veitar as sobras e se despedir dos visitantes que vinham de longe. Havia mais a festa do Totô Monteiro, pouco além do São Malaquias, porém dia 28 de agosto, pois ele era devoto do São João Degolado, celebrado nesta data.

Os São Joãos, depois, se estilizaram. Foram para os clubes, com quadrilha ensaiada, semanas antes, vestes caipiras, casamento, sendo os noivos conduzidos em carro de bois e fogueira de salão, com labaredas de papel celo-fane. Virou um São João produzido. Dona Filhinha e seu Mário de Carvalho, ali no Mundêu, e o senhor Apolônio Frutuoso da Silva, na Alameda Júlio Muller, persistem em preservar as nossas tradições, com os seus festejos com-pletos, começando de manhã com a missa, varando o dia com verdadeiros banquetes e chegando à madrugada, na animação das danças, tudo isso puxado a fogueira e foguetório, assim como manda o figurino.

## EIS ONDE ESTÃO AS ALFAIAS E OS LAMPEÕES DE CUIABÁ

Vera Randazzo

Memória de um Viajante Antiquário, é uma bela obra, editada pela Raizes, no outono de 1984, com muitas ilustrações coloridas, prefácio de Pietro Maria Bardi, Diretor do Museu de Arte de São Paulo, "orelhas" assinadas pelos Professores Linneu de Camargo Schutzer e Armando de Arruda Camargo e fotografias de Rômulo Fialdini. Seu autor, José Claudino da Nóbrega, paraibano de Patos, homem de grande cultura e rara sensibilidade, que não é apenas um viajante nem só antiquário, captou as lendas, os mistérios e a beleza dos lugares por onde andou e andou por todo esse nosso Brasil, na década de 50, conversando com todo o mundo, fazendo amigos entre as pessoas mais importantes e representativas de toda essas cidades e povoados onde também fazia pesquisas em arquivos e bibliotecas. Esteve em Mato Grosso, cinco vezes comprando, com dinheiro vivo e mediante recibos, móveis, imagens, moedas, pratas, condecorações, louças e quadros.

Nóbrega inicia suas memórias, com a descrição das suas viagens a Mato Grosso, as duas primeiras em 1951 e 1952, a terceira alguns anos mais tarde, tendo vindo a quarta vez, em agosto de 1961 e a última, nos dias em que estavam demolindo nossa inesquecível igreja colonial, tristeza infinda, a bela catedral do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Esta obra vem lançar ofuscante luz sobre os misteriosos desaparecimentos de tantas preciosidades, tanto sacras como profanas. Quantas vezes ouvimos dizer: - Onde estão os altares da catedral, seus sinos e lampadários? Onde foi Santo Elesbão, aquele santo pretinho da Matriz? E os preciosos móveis do Palácio de Villa Bela da Santíssima Trindade, primeira Capital da Capitania de Mato Grosso?

E alguém se lamenta: onde será que foi parar a Sant'Ana do oratório da vovó Donana? Pois foram vendidas ao autor, que as procurava comprar como, aliás, fazem todos os antiquários do mundo, aos seus legítimos proprietários ou eventuais guardiães. E hoje, nesses tesouros de arcas, bancos, santos, turíbulo, sinos ou lampadários estão em museus e palácios de quem tem sensibilidade para apreciá-los e posses para conservá-los. Mais abaixo vou relacionar onde estão e por quem foram vendidas, segundo o autor que ainda hoje tem uma loja de antiquidades, das mais conceituadas, em São Paulo.

Mas por enquanto quero transcrever alguns parágrafos que mostram a sensibilidade humana e poética do nosso viajante:

"Povo risonho e acolhedor, parecido com o carioca, é o cuiabano." "Colheita grande fiz eu nos bairros do Baú, do Porto e da Prainha..." "Chamado ao bairro do Baú, uma senhora foi comigo, contando-me que possuía uma cômoda bissecular e precisa vender a peça por necessidade premente - sua mãe, com noventa anos, estava enferma e não havia dinheiro nem para a farmácia... Vi a peça e fiquei encantado. Tratava-se de cômoda do meado do século XVIII, com grande influência holandesa: Almofadas de 15 centímetros de altura e feita dentro da própria casa; preci-

sei mandar chamar um carpinteiro e um pedreiro para tirarem os portais, a fim de poder sair a peça da casa. O móvel em questão foi vendido a D. Stella Ramenzoni, em São Paulo."

Conheceu Nóbrega, Dom Aquino em 1951, que aliás mandou convidá-lo para que lhe avaliasse alguns objetos e dele diz:

"D. Aquino, sacerdote modesto, não morava no lindo Palácio Episcopal. Estava instalado no velho seminário, numa sala e quarto. Eu sabia diversos sonecos de D. Aquino, de cor. Sabia ser ele o grande orador do Estado Novo, ex-Presidente de Mato Grosso e pertencer à Academia Brasileira de Letras, mas não podia imaginar que fosse um homem tão modesto."

Anos mais tarde, compartilha com todos os que amavam e veneravam D. Aquino, da imensa tristeza pela sua morte e escreve com profunda emoção:

"Uma grande dor e muda, e um clarão multicolor, seguindo-se de um retumbante trovão, abalaram Mato Grosso. E o clarão foi se alastrando e o trovão rimbombando por rios, vales e montanhas, trazendo-nos a dolorosa notícia da morte do ínclito brasileiro, grande homem de letras e pastor de almas. D. Francisco de Aquino Correa, Arcebispo de Cuiabá. Homem de alma pura, dedicou toda a vida ao seu belo torrão natal e seu bravo povo. Orador notabilíssimo, um emulo de Monte Alverne; sem dúvida, foi escolhido para discursar nas grandes datas cívicas, durante o Estado Novo. Certa vez assisti a um grande desfile da nossa gloriosa Marinha, num dia 11 de junho, no Rio. Homenagem tocante ao Almirante Marquês de Tamandaré, D. Aquino era o orador-oficial. Eu já ouvira João Neves de Fontoura, Eptácio Pessoa, Irineu Machado, João e Otávio Magabeira e Roberto Moreira; se todos esses oradores estivessem em eleição, meu voto seria de D. Aquino."

Vejam só os títulos dos capítulos sobre a história matogrossense: Vila Bela da Santíssima Trindade, Fundação, os Palácios dos Capitães-Generais, Quartel dos Dragões, Igreja da Santíssima Trindade, As Alfaias das Igrejas de Vila Bela, Igreja de Santo Antonio do Militares. Recolheu várias lendas como a do Santo Antonio da Catequese, a das Botijas, do Tesouro do Maluco, e registrou além de várias crenças, a dança do Cururu, o banho de São João, estórias dos poeiris, das lavadeiras, sua visita à Fazenda Jacobina, enfim viu, ouviu e escreveu sobretudo sobre as alfaias de Mato Grosso e em particular os lampadários da Catedral de Cuiabá:

COMPRAS E VENDAS

Só da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, demolida em 1968, foram-lhe vendidos, pelo Viçário Geral, através de suas quatro viagens: Santo Elsbão, Imperador da Etiópia, adquirido pelo médico e escritor, Dr. Dulio Crispim Farina, dois tocheiros de banquetas do altar-mor, e um lampadário "Sabarã", pesando 21 kilos que estão com o Dr. Herminio Lunardelli. Outro lampadário "Sabarã", de 32 kg, está hoje no Palácio do Governo de São Paulo, oferta do Colecionador Dr. Octales Marcondes, proprietário da Editora Nacional. Comprou também uma campainha com inscrição da Colônia de Sacramento, 1788 (esta o vendedor encheu o badalo de papel para que umas beatas não ouvissem nada...). Várias lanternas "D. João V" e "Sabarã", um par de castiçais com data de 1803, uma banquetta D. João V, caixas de azulejos e todas as colunas que já tinham ido para a igreja São José Operário. Algumas dessas preciosidades encontram-se nas ricas mansões do Dr. Herminio Lunardelli e Dr. João Mós.

Um velho padre alemão de Rosário Oeste, em 1951 vendeu-lhe, sofredamente, vários cálices, coroas, salvas de esmola; outro de Cáceres, vendeu-lhe rico lampião "D. João V", do século XVII, pesando 11 kg. Do Museu D. José, propriedade particular do Dr. Euphrásio Cunha, (antes de ir embora, ofereceu-o ao governo que declinou da compra, por motivos políticos, tendo sido comprado parte pelo governo de São Paulo e parte pelo de Pernambuco), comprou o que restava: armas, gravuras de Rugendas e alguns manguitos, sendo que as armas pertencem hoje à Família Pires Martins. Também adquiriu de

particulares peças preciosas, como dum certo professor Felix, uma rica imagem de São Felix; duma senhora inglesa que vivia com um sobrinho do Barão de Poconé, pratos brasonados e da família Valadares, um branco colonial de orelha, uma arca e vários lampeões de prata.

Em Vila Bela, nosso antiquário-escritor fez bela coleta, tendo comprado de uma autoridade municipal, da qual não cita o nome, uma comoda dos Palácios dos Capitães Generais e a mesa pé-de-lira com seis pés que estava na Prefeitura e que foram vendidas ao Sr. Fernando Milan. De particulares, adquiriu bancos coloniais, da Sacristia da Matriz de Vila Bela, o mocho perolado de marfim onde os Capitães-Generais colocavam seus chapéus (está com o Dr. Júlio Kieffer) pratos antigas que fazem parte da coleção da Sra. Mercedes de Arruda Botelho e alguns mochos pé-de-burro, em Jacarandá, influência holandesa, 1755, que estão com o Dr. Stanislaw Hergtál. E dos mesmos habitantes de Vila Bela e de Casalvasco, foram-lhe vendidos viáticos, cálices, além da imagem de Sant'Ana!

E agora, o que faremos? Talvez uma campanha para angariar fundos e comprar essas preciosidades, que fazem parte da história e da tradição mato-grossense e que foram vendidas, algumas, pelos seus legítimos donos (outras, não) porque não mais se interessavam por elas, ou quem sabe, com grande mágoa, por precisarem de dinheiro, nem que fosse para construir uma catedral? Mas, enquanto decide-se o que fazer, podemos ir pedindo para o Governador Orestes Quêrcia que, com a magnanimidade de que é capaz e com a aprovação dos demais paulistas; nos devolva o lampião Sabarã da Catedral. Em troca, nós os cuiabanos, pediremos que o Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ilumine seus caminhos!



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR

## O MUSEU DOM JOSÉ

HÉLIO FERREIRA PIMENTEL

Na Rua Antonio João, antiga Rua dos Porcos, próximo à Praça Gal. Caetano de Albuquerque, bem no centro da Capital, funcionou até o ano de 1946 o Museu Dom José. Cuiabá, naquela época dormia o seu sono letárgico; o progresso aqui caminhava aos passos trôpegos, e, tão raramente acontecia algo que bulia com a comunidade, como por exemplo, a chegada (via Rio Cuiabá) de algum político de fama nacional, ou a apresentação/estréia de uma nova peça teatral - o que era muito concorrido em Cuiabá; as touradas e/ou cavalhadas no desaparecido Campo d'Ourique que também atraía multidões aos fins de semana e feriados; a festa de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito que tanto demorava chegar, isto porque a população não se ocupava com tanta coisa das quais hoje temos diante dos olhos; enfim, a cidade era lerdá, deliciosa para nela se viver. O tempo rastejava e o cuiabano quase não envelhecia, por isso a Capital mato-grossense era uma outra bem diferente desta que hoje aí está.

Existiu, como começamos dizendo, o Museu Dom José. Ele era de propriedade particular. Pertencia ao Dr.

Euphrasio da Cunha Cavalcanti, seu fundador, e que mais tarde, ao que parece, transferiu-o ao seu filho Sr. Hernani Lins da Cunha. Numa casa bem cuiabana, com amplas salas (segundo informações verbais fornecidas pelo Historiador/Acadêmico Dr. Luis-Philippe Pereira Leite) ao lado de onde se encontra hoje a Ótica Havaí, o Museu Dom José abrigava um rico e monumental acervo constituído de peças genuinamente cuiabanas e outras de algumas cidades do interior do Estado como Vila Bela da Santíssima Trindade, Santo Antonio do Leverger, etc.

O proprietário, ao que se sabe, aos poucos ia comprando peças antigas ora de particulares, ora de alguma igreja ou outra instituição qualquer. E assim, de peça em peça, com algum sacrifício, talvez, conseguiu formar um considerável acervo totalmente seu, e, evidentemente muito precioso. Muitos objetos de prata e, não obstante, vários outros de ouro; coleção de jornais (Diário Oficial) da época do Império. Documentos valiosíssimos (manuscritos) alusivos ao regime escravista no Brasil, uma infi



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL — NDIHR

nidade. E, por incrível que pareça, o Museu Dom José em  
trou em liquidação (por motivos ignorados) e todo o seu  
acervo acabou sendo vendido ao Museu Paulista no ano de  
1946, ano em que o Cruzeiro - a nova moeda, confundia a  
cabeça de muita gente, uma vez que havia chegado há so-  
mente um ano, pois a moeda anterior era o "Mil Réis". Em  
1945 foi que nasceu o Cruzeiro e que durou nada mais na-  
da menos que 41 anos, tendo porém, passado por uma refor-  
ma em 1967. Hoje algumas cabeças ainda são confundidas  
com uma outra designação dada à moeda brasileira: o Cru-  
zado que, sabemos já está parecendo um verdadeiro ancião.  
Todavia, em tempos mais remotos o Cruzado já existiu  
mas, foi numa época em que não havia esta desvalorização  
desvairada de nossos dias.

À época do "Diabinho da Mão Furada" o Cruzado  
era na realidade uma moeda de peso, forte e de muito va-  
lor. Com o advento do Cruzeiro a nossa moeda começou a  
desvalorizar e nunca mais parou.  
Tanto é que podemos sentir o fato ao observarmos o preço  
de cada peça e/ou lote de peças do acervo do Museu Dom  
José que foi vendida ao Museu Paulista onde, até hoje  
se encontra sob custódia e, que poucas delas as vezes são  
expostas. Em dezembro de 1980, a pedido do então Diretor  
do Departamento de Cultura e Turismo (Casa da Cultura),  
professor Carlos Rosa, fomos até ao Museu Paulista a fim  
de elaborar um rol descritivo de grande parte daquele  
acervo, e, a partir deste rol obtivemos fotos e cópias  
dos referidos documentos, bem como descrição pormenoriza-  
da das peças que integram o referido acervo.

Para se ter uma idéia do que foi vendido/liquida-  
do transcrevemos na íntegra a relação das peças, bem co-  
mo o preço de cada uma delas que, evidentemente está em  
Cruzeiro - a moeda recém-criada. Na época, parece ter si-  
do muito bem vendido, totalizando a volumosa soma de....  
Cr\$236.500,00 (Duzentos e trinta e seis mil e quinhentos  
cruzeiros). O documento está com a data de 16 de abril de  
1946.

Ei-lo:

"Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. DIRETOR DO MUSEU PAULISTA

O infra assinado propõe vender ao Museu Paulista  
as peças abaixo relacionadas, recebidas em Cuiabá, embala-  
gem e frete por conta do comprador, as quais pertenceram  
ao Museu Dom José, fundado e dirigido pelo Dr. Euphrasio  
da Cunha Cavalcanti, pai do proponente, Cuiabá, Estado de  
Mato Grosso, atualmente em liquidação.

\* Uma cadeirinha (serpentina) do século XIX, adquirida em  
Cuiabá, com cortina azul e florões doirados - .....  
Cr\$18.000,00 (Dezoito mil cruzeiros).

\* Uma cadeirinha de igual procedência, pintada com flo-  
rões doirados - Cr\$15.000,00 (Quinze mil cruzeiros).

\* Um banco de igreja, pintado e que pertenceu à Igreja  
de Nossa Senhora do Rosário, Cuiabá - Cr\$6.000,00.....  
(Seis mil cruzeiros).

\* Um banco de igreja pintado, de igual procedência, Cui-  
abá - Cr\$5.000,00 (Cinco mil cruzeiros).

\* Um santuário em estilo jesuítico, pintado com florões  
doirados (pão de ouro), adquirido em Cuiabá - .....  
Cr\$8.000,00 (Oito mil cruzeiros).

\* Uma tela a óleo, representando o Imperador D. Pedro II,  
pintada pelo pintor "Souza Lobo", adquirida em Cuiabá -  
Cr\$12.000,00 (Doze mil cruzeiros).

\* Um nicho em cedro, pintado e decorado com figuras em  
pedra sabão, representando um presépio, o qual pertenc-  
eu à Igreja de Nossa Senhora da Guia, município de  
Cuiabá, Estado de Mato Grosso - Cr\$1.500,00 (Hum mil  
e quinhentos cruzeiros).

\* Uma cama de jacarandá, estilo império francês, (1830 a  
1850) fabricada no Brasil, adquirida em Cuiabá .....  
Cr\$4.000,00 (Quatro mil cruzeiros).

\* Três arcas de vinhático, as quais pertenceram à antiga  
Tesouraria de Cuiabá, hoje Delegacia Fiscal do Tesouro  
Nacional - Cr\$6.000,00 (Seis mil cruzeiros).

\* Uma bandeira do Império do Brasil, adquirida em Cuiabá  
Cr\$2.000,00 (Dois mil cruzeiros).

\* Uma coleção composta de 22 (vinte e dois) volumes do  
Diário Oficial do Império do Brasil, encadernada em  
bom estado de conservação - Cr\$4.400,00 (Quatro mil e  
quatrocentos cruzeiros).

\* Cinco lampadários (luminárias) para velas, adquiridas  
em Cuiabá - Cr\$1.000,00 (Hum mil cruzeiros).

\* Uma coleção de armas de fogo, constando de quatro pis-  
tolas pederneiras - Cr\$1.200,00 (Hum mil e duzentos  
cruzeiros).

\* Um clavinote pederneira - Cr\$600,00 (Seiscentos cruzei-  
ros).

\* Sete armas de cano longo - Cr\$2.100,00 (Dois mil e cem  
cruzeiros).

\* Sete pistolas de munição espoleta - Cr\$700,00 (Setecen-  
tos cruzeiros).

\* Duas granadas (Guerra do Paraguai) - Cr\$100,00 (Cem  
cruzeiros).

\* Um Kepi militar (Guerra do Paraguai) Cr\$200,00 (Duzen-  
tos cruzeiros).

- \* Três instrumentos para o exame de pólvora (Guerra do Paraguai) Cr\$600,00 (Seiscentos cruzeiros).
- \* Duas lanças triangulares (Guerra do Paraguai) ..... Cr\$100,00 (Cem cruzeiros).
- \* Uma espada que pertenceu ao Ajudante de Ordens do Diretor Lopes, quando preso na Lagoa do Cutrin, adquirida em Mato Grosso - Cr\$1.000,00 (Hum mil cruzeiros).
- \* Um tubo de flandres destinado à guarda de papéis, que pertenceu ao 9º Batalhão da Guarda Nacional (Guerra do Paraguai) - Cr\$100,00 (Cem cruzeiros)
- \* Dois alicates para fabricar balas (Guerra do Paraguai) Cr\$200,00 (Duzentos cruzeiros).
- \* Uma coleção composta de cinco espadas - Cr\$1.000,00 - (Hum mil cruzeiros)
- \* Uma espada que pertenceu ao Barão de Poconé ..... Cr\$2.000,00 (Dois mil cruzeiros).
- \* Um sofá (pé de cachimbo) adquirido em Cuiabá (época 1870), cujo assento se encontra estragado - ..... Cr\$1.200,00 (Hum mil e duzentos cruzeiros).
- \* Um jogo de portas de madeira, de um cofre que pertenceu à D. Pedro I, com as armas do Império em ferro - Cr\$2.000,00 (Dois mil cruzeiros).
- \* Seis castiçais de prata (pares) que pertenceram ao Barão de Poconé, com as suas armas e iniciais, pesando em conjunto 3.680 gramas - Cr\$18.000,00 (Dezoito mil cruzeiros).
- \* Duas mangas de cristal Barocat, que pertenceram ao Passo de São Cristóvão, com as armas do Império de D. Pedro II - Cr\$2.000,00 (Dois mil cruzeiros).
- \* Uma bandeja de prata com moedas do Brasil Colônia, Primeiro e Segundo Império que não se encontram inutilizadas, estando apenas protegidas por aros de prata, pesando 1.780 gramas, trabalho do Mestre Frederico London, Cuiabá, época presente - Cr\$9.000,00 (Nove mil cruzeiros).
- \* Uma bandeja de prata, pesando 2.000 gramas, nas mesmas condições da anterior, com gravinhos de ouro e mais três moedas de ouro, trabalho do mesmo Mestre - Cr\$10.000,00 (Dez mil cruzeiros).
- \* Uma bandeja feita com o ouro de Cuiabá, época presente, pelo Mestre Frederico London, pesando 390 gramas, contendo moedas de ouro - Cr\$60.000,00 (Sessenta mil cruzeiros).
- \* Duas bacias de prata, com os respectivos jarros, que pertenceram ao Barão de Poconé, pesando a primeira, (época D. Maria) 1.740 gramas e a segunda 2.540 gramas Cr\$30.000,00 (Trinta mil cruzeiros).
- \* Uma coleção composta dos aparatos completos da antiga "folia" do Divino Espírito Santo na cidade Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade) antiga capital do mesmo Estado, em prata, composta das seguintes peças: Uma bandeja, uma coroa, um cetro e dois topos de bandeira, pesando em conjunto 1.220 gramas - Cr\$7.000,00 (Sete mil cruzeiros).
- \* Um sino de bronze, com as armas do Segundo Império, que pertenceu à Igreja de Santo Antonio (de Leverger), do município do mesmo nome, Estado de Mato Grosso, pesando aproximadamente 400 quilos - Cr\$2.000,00 - (Dois mil cruzeiros).
- \* Um sofá grande, da antiga fidalguia cuiabana, com assento em palhinha estragada, adquirido em Cuiabá..... Cr\$1.500,00 (Hum mil e quinhentos cruzeiros).
- \* Um consolo antigo, que pertenceu à Dom Carlos D'Armor, primeiro arcebispo de Cuiabá - Cr\$1.000,00 (Hum mil cruzeiros).

O vendedor propõe-se ceder ao comprador a título gratuito, as seguintes peças: Uma corrente de ferro que pertenceu ao navio de guerra Barroso; grande número de instrumentos de suplício (troncos de ferro); ossos fósseis; uma grande coleção de borboletas; uma coleção de mineralógica local; uma coleção de insetos, louças antigas, etc."

Assinado Hernani Lins da Cunha - Proprietário do Museu Dom José.

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO



NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR

# O Apelo de Vila Bela ao Rei de Portugal

ANA MESQUITA MARTINS DE PAIVA

"Senr.

O Projeto Documentos Ibéricos é possuidor de um expressivo acervo em microfímes e microfichas relativos ao período colonial e oriundos dos diversos arquivos Ibéricos: Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo da Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca de Évora, Archivo General de Indios.

Para que a consulta a estes documentos se torne acessível ao pesquisador incumbino-nos da tarefa de prepararmos os instrumentos de pesquisas: Catálogos, Inventários, etc.

Estamos levando ao conhecimento dos leitores um documento deste inenso acervo, o qual retrata o momento histórico vivenciado pelos habitantes de Vila Bela da Santíssima Trindade, por ocasião das primeiras reivindicações da transferência dessa Capital para Cuiabá, ainda durante o governo do Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1803).

As autoridades locais procuram notificar e convencer Sua Majestade, Rei de Portugal, dos problemas que acarretaria a efetivação de transferência, procurando argumentar os prejuízos e danos que poderia sofrer.

## PEQUENO HISTÓRICO DA QUESTÃO

A transferência da Capital de Mato Grosso, de Vila Bela para Cuiabá, somente ocorreu, definitivamente, após a proclamação da independência.

No entretanto, anteriormente a isso, ainda durante o período Colonial, pensou-se na possibilidade de se transferir a capital.

Vários motivos eram alegados pelos capitães-generais. Iam eles, desde questões relativas à saúde (insalubridade da região guaporeana), até questões eminentemente político-econômicas.

O documento abaixo, data de 1803, portanto, 32 anos antes da transferência oficial e definitiva. Nele, os habitantes de Vila Bela através de seu órgão representante, o Senado da Câmara, expõe, de maneira contundente, através de uma série de argumentos, os motivos que inviabilizariam a efetivação da transferência.

A Capital de Mato Grosso terminou, em 1.835, sendo transferida oficialmente, para Cuiabá, apesar de toda a argumentação feita pelo Senado da Câmara de Vila Bela, em 1803.

NOTA: Na transcrição deste documento procuramos manter o respeito absoluto à ortografia do texto original, mantendo exatamente também, maiúsculas, minúsculas, pontuação original, colocando a palavra (sic) a seguir dos erros ou ilegibilidade do texto original.

A Augusta, e Respeitavel Prezença de Voss<sup>a</sup> Alteza Real sobem o Juiz Presidente, Vereadores, o Procurador do Senado da Câmara da Capital de Villa Bella da Santissima Trindade; cheios de zello, e Patriotismo, a representar, que vindo a noticia delles representantes, que V.A.R., por informações de quem muitas vezes só olha, para as suas commodidades, e não para as do seu Augusto Monarcha, se dignava Mandar mudar esta Capital, para a Villa do Cuiabá. Permitta-nos, Real Senhor, por na Prezença de V.A.R, os péssimos effeitos, que se seguem a estes Dominios, na referida mudança. Esta capital he Fronteira, a grande, e bem Povoada Provincia de Chiquitos não median-do entre ella, e esta capital, mais do que trinta e seis Legoa: huma Estrada franca, huma vasta Campanha, sem que haja embaraço de Rios, ou Serras, que impessão o seu transito. Pela parte do importante Forte do Principe da Beira, tem agrande, e bem Povoada Provincia de Moxos cercada de caudalosos e navegaveis Rios, Mamoré Itunamas, Baure, Cautarios, São Simão, e Paraguai.

Desta Capital hé que vão os socorros necessários de Gente, e viveres. Desta villa, a do Cuiabá tem de Longe-tude cem legoa: o caminho em tempo de inverno hé intran-sitável, e mui difficil, e com horrosoras despezas as Re-pdas de V.A.R. renetter se nesta socorros.

Daparte do Registro do Jaurú, distante desta trinta e seis Legoa, tem as duas grandes, e bem Povoadas Mis-são de S. João, e Santo Coração: a estrada franca, e sem obstaculo, que impessa o seu transito.

O Governo, Real Senhor, mudado para o Cuiabá, e esta villa entregue a hum Commandante, que nada resolve de parte (SIC), esperando as ordens daquella grande distan-cia dará motivos, a que havendo alguma evazão, tenha o inimigo entrada franca, e que della tome posse; e huma vez perdida será difficil a sua restauração: e perdidas ficão as mais importantes possições de V.A.R como são: Forte do Principe, Casalvásco, Paraguay, e com bastante perigo, o mesmo Cuiabá.

Esta Capital está bastantemente populosa de edifi-cios e numerosas Escravaturas, que se occupão no exercí-cio de minerar. Nos seus principios foi bastantemente hy-pedenica: Hoje então sadia como outro qualquer. País de Minas; e se ainda grassão algúas molestias de que privão seus habitantes, hé pela infelicidade de lhe faltarem os necessários socorros de Professores de Medicina, e Cyrur-gia, e Medicamentos.

O Ilm<sup>o</sup> e Ex<sup>mo</sup> Conde de Azambuja, que neste Lugar a fundou, hé porque os seus elluminados Talentos virão era útil aos Dominios de V.A.R.

A Capital, Real Senhor, mudada para o Cuiabá fica esta Villa deserta; porque nos officios da Casa da Fundição, se occupão muitos vassallos, que dos seus ordenados, alimentão suas famílias; alguns dos representantes não são estabelecidos com famílias nesta capital, mas sem vassallos que vivem de conduzir commercios de fazendas, e escravos do Povos de mar para esta, por onde se faça suspeita, a Conservação desta Capital nesta Villa; mas como fiéis vassallos o zello Patriótico, e opuro amor ao seu Anabilíssimo Soberano, os prejuízos que se seguem aos Reaes Dominios de V.A.R nos seus fiéis vassallos, e ainda mesmo as rendas da Real Fazenda. A vida de hum General, e de hum Ministro não hé mais preciosa, que a de tantos mil vasallos que tem V.A.R nesta Capital que pagão avultados quintos direitos, que fazem aumentar as rendas de V.A. para a conservação da Tropa Paga, e do Governo Publico, e Civil.

Que intereces moverão a estes Fiéis vassallos a conduzirem commercio a esta remota Capitania com a Capital mudada para Cuiabá? Sim, Real Senhor, por q' nesta já não girão os soldos do General, Ministros, officiais da Fazenda, e maior parte da Tropa Paga, que fazem a subsistencia na maior parte desta Capital?

Que commerciante haverá, Real Senhor, que della traga o tão necessario, e útil numero de Escravos, para se extrahir o ouro das entranhas da terra? Ficará, Real Senhor extimulo (sic) o commercio, e estes fiéis vassallos, que ainda na guerra passada com o vizinho Espanhol largarão as suas fabricas, negoció, cazas, assistirão com as suas fazendas, e Escravos gratuitamente, e marcharão para a Companhia por largos mezes, cheios de amor, a deffender os Dominios de seu Anabilíssimo Soberano.

Ficará, sem, Real Senhor, por huma vez extinta a tão necessaria, util, e interessante ás Rendas de V.A.R. o commercio do Gran Pará: e virão estes Povos, a comprarem o pezo de ouro, a generos da maior necessidade como são: sal, ferro, aço, e outros, e não passarão muitos annos os que estes fiéis vassallos commovidos do amor da Patria não digão huns para os outros, e estes, pois são os vestigios da quella importante Villa Bella da Santíssima Trindade, a capital de Matto Grosso, ficará reduzida ao antigo sertão, que era antes da sua fundação; huma capital que tem custado ás Rendas de Vossa Alteza Real avaidíssimas somas de ouro, e o seu Bom Criador, o Ex.<sup>mo</sup> Conde da Azambuja, o mairo disvello: e vendo o vizinho Espanhol, a grande distância da residencia do General, entrará sem rebuço a tomar posse de todas as possessões, pertencentes a V.A.R. Aqui finalmente, Real Senhor, serão mui difficeis em occasião de Guerra metter os necessarios soccorros, para huma Campanha com a Capital mudada. Contando-lhe desde já a decadencia do comercio que em todas as Nasções do Mundo hé a baze fundamental da Mora-

nhia (sic), e será infálivel, a falta de agricultura pela diminuição dos Povos sendo estes, os que pegão em armas para a deffesa como o tem feito em todas as occasiões, por estarem acostumados ao clima: sendo muito difficil a deffesa desta Capital logo q' as suas forças e o seu General estejão mettidos sem necessidade no centro da Capitania tendo-nos a experiência bem mostrada, que os soccorros do Cuiabá, alem de muito tardos, tem aquellos habitantes tal temor a este clima que só a força de violencia se conduzem ao Real Serviço. O General, Real Senhor, ainda na mais segura paz se não deve affastar deste lugar só sim, para visitar a Fronteira da Capitania, com demoras nas terras centrais como o Cuiabá, o que de nada serve a sua presença nellas, e na Fronteira anima aos vassallos sendo disto exemplares, o IL.<sup>mo</sup> Conde da Azambuja e João Pedro da Câmara nos dois ataques que tiverão no Forte da Conceição, quando governarão esta Capitania que desprezando a molle ociosidade forão os primeiros q' se expunhão aos perigos, e não disporão a não clina que habitavão. De onde virão Real Senhor, com a capital mudada, forças que hajão de impedir a deserção (sic) a mais de sinco mil escravos, que possuem estes habitantes porq. se com o General na Fronteira q' dá promptas e necessarias providencias, quazi mensalmente estão desertando, que fara com elles mettido no Centro da Capitania? Enfim, Real Senhor, esta Canara e todo estes fiéis e humildes vassallos pedem a Vossa A. com a maior efficacia a conservação da Capital em o mesmo lugar; e que o General se disvelle em fazer a felicidade dos Povos, já em lhes facilitar e ajudar a tão necessaria carreira do commercio do Gran Pará e dar promptas providencias a novos descobertos de ouro, e em proteger o abatido, e aniquilado commercio desta Capital.

A Muito Alta, e Poderosa Pessoa de V.A. Real Guarde Deus muitos annos, para amparo de seus fiéis vassallos. Villa Bella da Santíssima Trindade em Camara de 16 de novembro de 1803.

O Juiz Presidente João Francisco de Guinaraes  
 O Vereador mais velho João da Costa Lima  
 O Vereador mais novo Bernardo V. Cunha  
 O Vereador mais novo João Manuel de Araujo  
 O Procurador Ignacio de Bastos Ferreira"

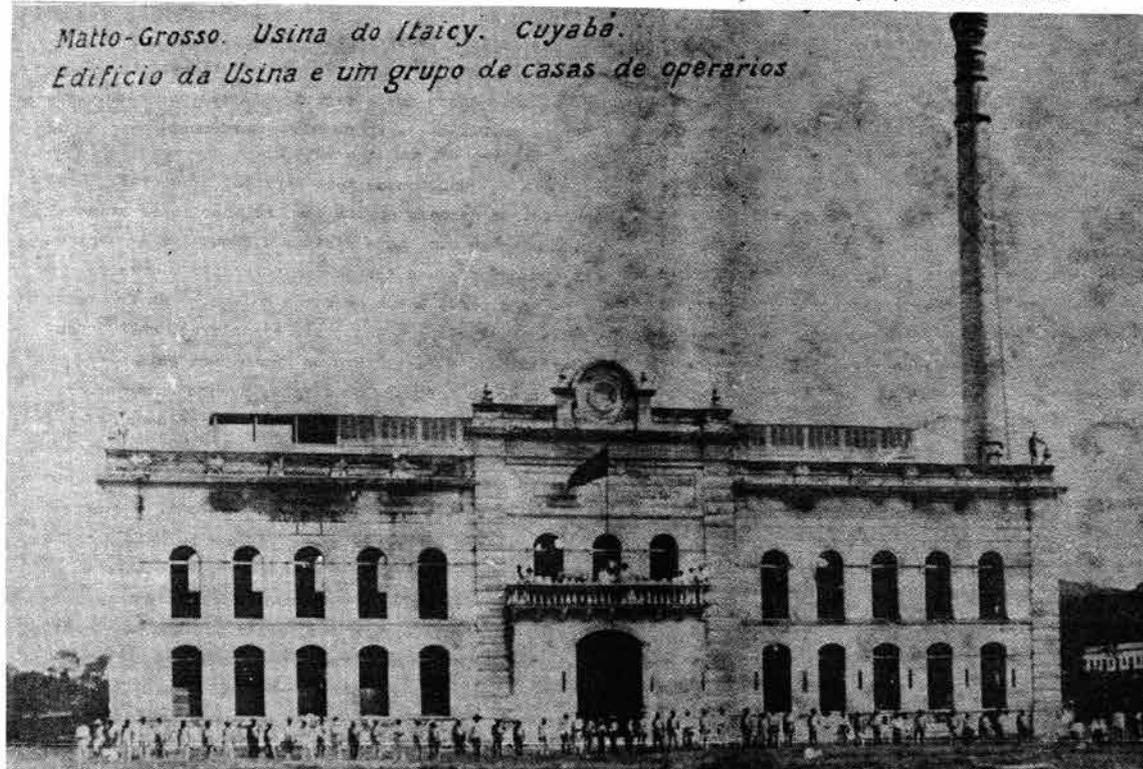
FONTE: Arquivo Histórico Ultramarino. Microficha 537  
 Responsáveis pelo Projeto Documentos Ibéricos: Ana Mesquita Martins de Paiva e Margarida Maria Nogueira de Andrade.

# A Produção Açucareira em Mato Grosso

Elizabeth Madureira Siqueira

- Supervisora do NDIHR

- Profa Adj: Depart. História/UFMT



*Matto-Grosso. Usina do Itaiçy. Cuyabá.  
Edifício da Usina e um grupo de casas de operários*

A usina do Itaiçy é um importante marco na História Econômica de Mato Grosso.  
( Foto do Arquivo do NDIHR ).

A História de Mato Grosso possui dois marcos importantes na trajetória referente à produção açucareira: o dos engenhos e o das usinas.

## O MOMENTO DOS ENGENHOS (séc XVIII e meados do XIX)

Com a descoberta e exploração das minas do Coxipó e do Cuiabá (séc. XVIII), o contingente populacional que afluiu para essas regiões foi bastante significativo. Nem só de ouro vivia a população. Necessitava de alimentos produzidos, com dificuldade, nas roças. A cana-de-açúcar, primeiro produto sistematicamente plantado no Brasil colonial, sob os auspícios da Coroa portuguesa, era de pleno conhecimento da grande maioria dos colonos e foi através dos habitantes da Capitania de São Paulo, da qual Mato Grosso fazia parte, que a cana-de-açúcar chegou até nossa região.

Ao lado das atividades mineradoras, ergueram-se as primeiras engenhocas, responsáveis pela produção, não só do açúcar mas também da fabricação da aguardente. Revelam-nos os cronistas, que viveram naquele período, que o açúcar e a aguardente serviam de remédio para os males dos mineiros que, pela dificuldade de importarem alimentos de outras regiões e ocupados em minar, tinham nesses dois derivados da cana-de-açúcar, alimento feito em glicose e sacarose.

A Metrópole, através do capitão-general da Capitania de São Paulo, não via com bons olhos essa produção, especialmente da aguardente. Segundo ela, produzia a mesma efeitos perniciosos aos escravos, os quais ao invés de minerar, só se ocupavam da fabricação dela. Realmente, para a Coroa portuguesa, os escravos deveriam trabalhar em atividades que pudessem dar lucros à Coroa: catar ouro. Dessa forma, em 1735 o conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, expediu um Bando, ordenando que fossem destruídos todos os engenhos de cana-de-açúcar existentes em Cuiabá. Naturalmente, seria impossível acatar semelhante ordem, uma vez que os mineiros consideravam os sub-produtos da cana fundamentais na alimentação e nutrição da população da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e circunvizinhanças.

Os engenhos não só foram conservados, mas proliferaram pelas margens do rio Cuiabá, pela Chapada dos Guimarães, por Poconé, Livramento, chegando até Cáceres, no rio Paraquai. Foi, porém, nas margens do rio Cuiabá que eles mais proliferaram, uma vez que o solo sofria um adubamento natural, fruto dos períodos de enchentes, as matas eram abundantes e o transporte facilitado, graças à via fluvial. Nesse período, os engenhos eram construídos de madeira e sua força motriz era

hidráulica ou à tração animal. Assim, a aguardente e o açúcar tornaram-se produtos de consumo apenas local, pois não se produzia excedente exportável. O açúcar produzido era o "POTÓ", escuro, ou mascavo. A aguardente era de excelente qualidade. Vários tipos de cana eram usualmente plantadas: a caiana, a salangor, a rosa, a cristalina e até a rixa, originária da Bolívia.

O processo produtivo se encontrava, basicamente, em mãos de escravos, os quais, tal como no restante da Colônia, eram tratados com violência e desrespeito.

#### O MOMENTO DAS USINAS

A segunda metade do século XIX é marcada pelo capitalismo, em sua fase industrial. Não bastava apenas produzir para o consumo. Necessário se fazia produzir, em larga escala, visando atender à crescente população de Mato Grosso e ao comércio internacional. Assim, nosso Estado, então Província de Mato Grosso, com a abertura da navegação pelo rio Paraguai (1856) entrou no circuito nacional e internacional do capital. Mercadorias industrializadas eram trazidas de toda Europa para a América, inclusive para Mato Grosso, entrando elas via estuário do rio da Prata/rio Paraguai e rio Cuiabá. Dentre esses produtos industrializados estavam as maquinarias modernas, responsáveis pela produção e refinamento do açúcar, assim como a aparelhagem responsável pela destilação da aguardente e do álcool.

Muitos dos antigos proprietários de engenhos adquiriram estes equipamentos industrializados e montaram usinas. Apesar de o açúcar e a aguardente passarem a ser produzidos em grande escala, pouco se exportava, sendo toda produção consumida pela população local.

#### O TRABALHO NAS USINAS

Apesar da modernização ocorrida a nível das maquinarias, as relações de trabalho mantiveram-se arcaicas. Mesmo após a abolição da escravatura (1888), os trabalhadores das usinas de Mato Grosso, em sua grande maioria, continuaram a receber um tratamento escravatista. O proprietário da usina fazia as vezes de "coronel" ou seja, aquele que determinava e fazia cumprir, sob violência, as leis e o regime jurídico que ele próprio estipulava. Assim, os trabalhadores, agora chamados de "camaradas", apesar de assalariados, deixavam quase tudo que recebiam, na própria usina, pois eram obrigados a fazer compras nos armazéns que ali existiam. Neles, eram comercializados roupas, calçados, tecidos, fumo, fósforo e utensílio de uso pessoal.

Os trabalhadores, despossuídos de numerário, utilizavam da caderneta, onde eram assentadas todas as suas despesas com as compras, que eram deduzidas

do ordenado do trabalhador, no dia do pagamento. Como os salários eram baixos, os "camaradas" estavam, sempre, devendo para o usineiro. Presos economicamente, estavam também seus corpos à usina. Mesmo que desejassem abandonar o emprego, não poderiam fazê-lo livremente, uma vez que estavam em débito. Assim, as fugas foram constantes. Frente a isso, o proprietário colocava dois ou mais camaradas no encalço do fujão e, a cada dia de perseguição, correspondia um determinado desconto na folha de pagamento do fugitivo. Quando capturado, era o trabalhador conduzido de volta à usina. Além de ter sofrido perdas salariais, era o mesmo exposto a castigos que, tal como no período em que vigorava oficialmente a escravidão, tinha como instrumentos de suplício o tronco. Nele eram presos os braços, pernas e pescoço do trabalhador, o qual ficava exposto ao relento, após ter sido surrado.

Além dos "camaradas", existiam também os trabalhadores especializados, cujo trabalho e tratamento diferenciavam, em muito, ao dispensado aos primeiros.

Seus cargos eram os seguintes:

- ENCARREGADO GERAL - espécie de gerente da usina;
- CHEFE DA FÁBRICA - responsável pela direção da Casa das Máquinas;
- CONTADOR E GUARDA-LIVROS - responsável pela escrituração geral da usina;
- ENCARREGADO DO DEPÓSITO - responsável pelo armazenamento da produção;
- ENCARREGADO DO ARMAZÉM - responsável pelo setor comercial e
- ENCARREGADO DA FAZENDA - responsável pelo gado e sub-produtos.

Esse tipo de organização social vigorou até 1930, ocasião em que, com o advento da era getulista (1930/45), novos rumos foram traçados para a nação brasileira. Para os Estados enviaram-se interventores que possuíam, dentre suas tarefas, a de diminuir o poder oligárquico existente e implantar a obediência civil ao governo central.

Em Mato Grosso, o Interventor Antonino Medina Gonçalves tentou extirpar o poder dos "coronéis", atacando o regime de escravidão existente nas usinas. Para tanto, perseguiu e até mandou deter os usineiros, impondo-lhes a obrigatoriedade da adoção do salário mínimo, do registro do empregado junto ao Ministério do Trabalho e adotou a justiça do trabalho, como o foro responsável pela decisão e julgamento dos dissídios. Estes mecanismos visavam retirar das mãos dos "coronéis" todo poder que, historicamente, fora exercido por eles. Este movimento vai criar um impasse momentâneo na organização social do trabalho em Mato Grosso. O poder secular dos grandes proprietários não poderia ser abalado por leis superiores ou decretos; o poder dos "coronéis" só irá demonstrar sinais de enfraquecimento no momento em que outros poderes irão se impor aos deles e a organização de classe se tornará forte.

Em Mato Grosso o poder dos "coronéis" vai se estender ainda por muitos anos e somente irá demonstrar sinais de decadência no momento em que os segmentos sociais conseguiram se organizar em sindicatos, associações, federações, locais onde irão lutar pelos seus interesses de classe, libertando, portando, da "proteção" dos "coronéis". (Decreto-Lei nº 3.855, datado de 21/11/1941, o qual criou o Estatuto da Lavoura Canavieira).

Em 1933, com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foram estabelecidas quotas de produção por região. Somente as usinas que produzissem acima de 100.000 sacas anuais gozariam dos benefícios do Instituto. Dessa forma, Mato Grosso ficou, praticamente, excluído desses benefícios, uma vez que, com sua reduzida produção, não conseguiria suportar a concorrência com outras regiões do país.

#### O RELÓGIO DO TEMPO NAS USINAS

Os trabalhadores das usinas, chamados de "camaradas" seguiam, diariamente, o seguinte ritmo:

- 4:00hs - Badalavam os sinos: despertar
- Quebra torto (café da manhã) feito individualmente, em casa do trabalhador;
- 5:00hs - Início dos trabalhos;
- 9:00hs - Café com pão - servido a todos os trabalhadores, no local do trabalho;
- 11:00hs - Almoço - refeição feita em casa dos trabalhadores;
- 13:00hs - Reinício dos trabalhos;
- 19:00hs - término dos trabalhos - nos períodos de plantio e entre-safras;
- 22:00hs - término dos trabalhos por ocasião das safras.

#### AS DEMAIS INSTALAÇÕES DA USINA

A arquitetura de maior porte, dentro da usina, era a Casa das Máquinas, denominação dada ao local onde era desenvolvida a maior parte do sistema produtivo. Ali existiam moendas, decantadoras, caldeiras, etc

Além dessa fábrica, existia uma "Casa Grande", geralmente assobradada e também conhecida como "Casa de Vivenda". Ali residia o proprietário da usina com sua família. Aos "camaradas" eram reservadas pequenas casas, geralmente geminadas. Além das construções de residência, existiam ainda, dentro das usinas de maior porte, escolas, armazéns, depósitos (com tonéis contendo caldo de cana, melado, aguardente e alcool), serrarias, moinhos (destinados à fabricação de farinhas) e máquinas de beneficiar arroz. Na usina do ITAICI, situada às margens do rio Cuiabá, foi estabelecida uma

moeda de cobre, cunhada na própria usina e de valor e uso internos, que era chamada TAREFA. Cunhava-se ali três tipos de Tarefa: a de "meia", a de "uma" e a de "duas" tarefas. As inscrições dessa moeda eram as seguintes: em uma das faces estava gravado "USINA DO ITAICI" e de outro "O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM"

Além dessas edificações, contava ainda a usina com extensa quantidade de terras onde parte delas era dedicada ao plantio de cana-de-açúcar; outra era ocupada com roças, onde se plantava arroz, feijão, milho, mandioca, árvores frutíferas, etc. Finalmente, geralmente as grandes propriedades possuíam criação de animais, especialmente do gado de leite e de corte.

Apesar de toda essa área ocupada, as usinas, por se constituírem em verdadeiros latifúndios, deixavam improdutivas grandes extensões de terra. Os canaviais se alinhavam ao longo dos rios que, uma vez cheios, na vazante deixavam adubada a terra, não necessitando de fertilizantes artificiais. Essa disposição dos canaviais fazia com que os mesmos se distanciassem, cada vez mais, da Casa das Máquinas. O transporte das "partidas" de cana era feito inicialmente em lombo de animais e, posteriormente, (séc.XX) por locomotivas que, sobre trilhos e puxadas a animais, conduziam a cana até a Casa das Máquinas. Na medida em que as canas iam sendo plantadas ao longo dos rios e se distanciavam, cada vez mais do local de moagem, seu transporte passou a ser feito por barcos e lanchas, o que vinha a encarecer, sobremaneira, o produto final. Este distanciamento fazia com que as canas fossem colhidas e, somente muitas horas depois, chegassem à moenda. Esse intervalo entre colheita e moagem, fazia muitas vezes, com que as canas azedassem, diminuindo seu teor de sacarose, comprometendo a qualidade do açúcar.

As usinas de açúcar, hoje, ou se transformaram em usinas de alcool ou estão se prestando a outros tipos de atividades, especialmente a criação de gado. Os edifícios das usinas antigas, assim como sua maquinaria, hoje ultrapassada, se encontram, muitas vezes, sob o mato cerrado. Porém, mereciam estar tombadas pelo patrimônio histórico e artístico regional, uma vez que representaram um momento importante na história social e econômica de nosso Estado.

# REFERÊNCIAS

## PARTE I – EDIÇÃO 1986

ARRUDA, Antônio. *Chá e Cuiabanês. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 4/dez./1986, p. 4.

\_\_\_\_\_. *De Empréstimo e de Fiado. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 29/dez./1986, p. 7.

ASSIS, Edvaldo de. *Mato Grosso: Negro Forro & Sociedade Escravocrata. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 31/jul./1986, p. 6 e 15.

\_\_\_\_\_. *Quilombos em Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 29/dez./1986, p. 10 e 11.

AVELINO, Leônidas Querobim. *Os Manifestos de Bordo: Acervo Precioso. Diário Oficial – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 25/set./1986, p. 6 e 9.

BARROS, João Moreira de. *Uma Tradição Definitivamente Morta em Cuiabá: As Touradas. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 4/dez./1986, p. 7.

BRANDÃO, Jesus Silva da. *Cuiabá e o Mito do Isolamento. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 6/nov./1986, p. 7.

CALHÃO, Antônio Ernani Pedroso. *Mário Corrêa no Fogo Cruzado de “A Reacção”. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: IOMAT, 31/jul./1986, p. 4 e 16.

LEITE, Luis-Phillippe. *O Pioneiro do Rádio – Amadorismo em Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: IOMAT, 31/jul./1986, p. 5 e 9.

\_\_\_\_\_. *Um Senhor de Engenho Simples e Operoso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 6/nov./1986, p. 13.

MATTOS, Gabriel Francisco. *Basílica do Senhor Bom Jesus: Apontamentos Históricos. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 29/dez./1986, p. 14 a 16.

MORGADO, Eliane Maria Oliveira; ASSIS, Edvaldo de. SILVA, Luiza Pereira da. *Arrendamento na Usina Ressaca. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 29/dez./1986, p. 4 e 5.

MOURA, Carlos Francisco. *Camões no Extremo Oeste. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 29/dez./1986, p. 12 e 13.

PACHECO, Jôny Augusto. *As Formas de Domínio do Poder: A Conjuntura Política de Mato Grosso (1912-1918). Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 28/ago./1986, p. 15 e 16.

PALMA, Maria Luiza Canavarros. *Ideologia e Saber da Dona-de-Casa. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 6/nov./1986, p. 10 e 12.

ROSA, Carlos Alberto. *O Caso Maria Eugenia. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 31/jul./1986, p. 12 e 13.

SILVA, Octayde Jorge da. *Uma “Wall Street” Cabocla. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 25/set./1986, p. 10 e 16.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Reprodução da Administração Colonial nas Minas de Cuiabá. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 6/nov./1986, p. 8 e 9.

## PARTE II – EDIÇÃO 1987

ARRUDA, Marta. *Mato Grosso: No Tempo do 44. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 27/fev./1987, p. 3.

JUCÁ, Pedro Rocha. *Rondon e a sua Epopéia nos Sertões. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 20/mai./1987, p. 11 a 16.

MOURA, Carlos Francisco. *Escravos Muçulmanos em Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 4/ago./1987, p. 2.

NEGUETTE, Lenine. *Sobre as Ouvidorias de Cuiabá e Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 5/fev./1987, p. 11 a 15.

PIMENTEL, Hélio Ferreira. *Cemitérios de Cuiabá: Arte e Sociedade. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 4/ago./1987, p. 10 e 11.

SILVA, Ubaldo Monteiro da. *Os 260 Anos da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 5/fev./1987, p. 6.

## PARTE III – EDIÇÃO 1988

PAIVA, Ana Mesquita de. *O apelo de Vila Bela ao Rei de Portugal. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 3/ago./1988, p. 8 e 9.

PIMENTEL, Hélio Ferreira. *O Museu Dom José. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 5/jan./1988, p. 14 a 16.

RANDAZZO, Vera. *Eis onde estão as Alfaias e os Lampeões de Cuiabá. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 5/jan./1988, p. 10 e 11.

RODRIGUES, Dunga. *As Festas de São João em Cuiabá. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 5/jan./1988, p. 7 a 9.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Produção Açucareira em Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal*. Cuiabá: UFMT/IOMAT, 3/ago./1988, p. 10 e 12.



O Projeto Ouro & Mel tem a missão de publicar catálogos de fontes e estudos de referência, em formato impresso e digital, sobre a história, memória e cultura de Cuiabá e Mato Grosso, a partir de uma ação entre a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel-MT), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Fundação Uniselva, tendo a EdUFMT - Editora Universitária e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) como responsáveis pela sua execução. O financiamento da ação é resultado da emenda parlamentar destinada pelo deputado estadual Allan Kardec Pinto Acosta Benitez - no ano de 2017, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT).

## SOBRE OS AUTORES



NILEIDE SOUZA DOURADO

Doutora em Educação (UFMT). Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR/IGHD/UFMT. Professora do PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História e Membro do IHG-MT. [nileide@terra.com.br](mailto:nileide@terra.com.br)



ELIANE MARIA OLIVEIRA MORGADO

Mestre em História (UFMT). Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR/IGHD/UFMT. Especialista em Organização de Arquivos (IEB/ECA/USP). Psicóloga (UNIC/MT). [elianeomorgado@gmail.com](mailto:elianeomorgado@gmail.com)



MARCIO ANTÔNIO ALVES DA ROCHA

Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação (UNIP/SP). Formação e Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Eletroeletrônica. Formação Técnica de Nível Médio de Técnico em Contabilidade Técnico em Microfilmagem - Responsável pelo Laboratório de Microfilmagem, Digitalização e Mídia do NDIHR/IGHD/UFMT. [marcior@ufmt.br](mailto:marcior@ufmt.br)



Coordenação:

Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD)  
Renilson Rosa Ribeiro (História/IGHD-EdUFMT)

Equipe de Pesquisadores:

Cristiane Thais do Amaral Cerzósimo Gomes (História/IGHD)  
Divanize Carbonieri (letras/IL)  
Eliane Maria Oliveira Morgado (NDIHR/IGHD)  
Elizabeth Figueiredo de Sá (GEM/IE)  
Elizabeth Madureira Siqueira (IHGMT)  
Francisco Xavier Freire Rodrigues (Sociologia/ICHS)  
José Serafim Bertoloto (ECCO/FCA)  
Márcio Antonio Alves da Rocha (NDIHR/IGHD)  
Maria Thereza de Oliveira Azevedo (ECCO/FCA)  
Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD)  
Osvaldo Rodrigues Junior (História/IGHD)  
Renilson Rosa Ribeiro (História/IGHD-EdUFMT)  
Sonia Regina Romancini (Geografia/IGHD)  
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa (Geografia/IGHD)

Equipe de Apoio a Pesquisa:

Ana Flávia Freire Bispo (História/IGHD)  
Barbara Cristina Lozano (História/IGHD)  
Ivanildo César Neres (História/IGHD)  
Jhucyrllene Campos dos Santos (PPGHIS/UFMT)  
Pedro Pinto Duarte Agnolon (História/IGHD)

O *Projeto Ouro & Mel* tem a missão de publicar catálogos de fontes e estudos de referência, em formato impresso e digital, sobre a história, memória e cultura de Cuiabá e Mato Grosso, a partir de uma ação entre a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer (Secel-MT), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Fundação Uniselva, tendo a EdUFMT - Editora Universitária e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) como responsáveis pela sua execução. O financiamento da ação é resultado da emenda parlamentar destinada pelo deputado estadual Allan Kardec Pinto Acosta Benitez - no ano de 2017, Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT).



Apoio:

